

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências
Curso de Doutorado

Cláudia Bacelar Batista

A Ciência em Berkeley

– Salvador, 2010 –

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências
Curso de Doutorado

Cláudia Bacelar Batista

A Ciência em Berkeley

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, História e Filosofia da Ciência da UFBA/UEFS, sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva.

– Salvador, 2010 –

Cláudia Bacelar Batista

A Ciência em Berkeley

Este exemplar corresponde à redação final da tese
submetida à comissão julgadora em ___/___/___.

Banca:

Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva (Orientador)

Prof. Dr. Abel Lassalle Casanave

Prof. Dr. Aurino Ribeiro Filho

Prof. Dr. Daniel Tourinho Peres

Prof. Dr. Moacyr Ayres Novaes Filho

Para João Cláudio, Pedro, Júlia,
Mariana, Joaquim e Amélia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a meu orientador, Prof. João Carlos Salles, que acompanha minha pesquisa sobre a filosofia de Berkeley desde a Dissertação de Mestrado. Meu trabalho em filosofia, sob sua orientação, sempre se fez no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática. Assim, agradeço aos meus colegas de grupo, em especial, a André de Jesus Nascimento e Wagner Teles de Oliveira.

Agradeço aos Professores Aurino Ribeiro Filho e Daniel Tourinho Peres pelas importantes contribuições e sugestões quando da qualificação.

Agradeço ao Prof. Ernest Sosa, que foi meu supervisor no estágio de doutoramento desenvolvido na Rutgers University (New Jersey – USA). Certamente, o estímulo de suas aulas e observações está presente em meu trabalho.

Agradeço também à Profa. Martha Bolton, que, também na Rutgers, coordenou um grupo de leitura voltado ao *De Motu*, de Berkeley.

Agradeço, enfim, à FAPESB o auxílio ao projeto de pesquisa que resultou nesta tese, e também à CAPES, pela bolsa concedida, bem como especialmente por ter possibilitado o estágio na Rutgers University.

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	08
Lista de Abreviaturas	09
Introdução	11
Capítulo I	
O Relevo Berkeleyano entre a Filosofia e a Ciência	27
Capítulo II	
A Visão em Berkeley: O Problema de Molyneux	53
Capítulo III	
O Desafio Cético	85
Conclusão	121
Referências Bibliográficas	133

RESUMO

A diferença entre filosofia e ciência não é sempre clara ou pacífica. Poder-se-ia acreditar que tal diferença só estaria bem consumada a partir da filosofia crítica de Kant, quando as tarefas próprias da reflexão filosófica não teriam resposta puramente científica. Não obstante isso, a nosso juízo, tal distinção já se faria notar, com um matiz bastante específico, na obra berkeleyana, ainda que de modo bem mais tênue e, devemos convir, nem sempre tão evidente. Conquanto tenha tratado de questões metodológicas e substantivas sobre a ciência, não se poderia afirmar, em sentido forte, que Berkeley tenha fixado de forma constante e adequada uma posição concernente à natureza da ciência. Porém, podemos argumentar que, ao articular uma visão amplamente difundida pelos filósofos do século XVIII (a saber, a negação da possibilidade da existência da causalidade dentro da natureza), Berkeley pretendia retirar da ciência a pretensão de que ela poderia revelar a estrutura causal última da realidade, ou seja, o seu propósito também era limitar a ciência, mesmo o fazendo em uma perspectiva de todo singular. Desse modo, já com Berkeley, podemos discernir o que é próprio desses campos de saber, refletindo sobre quão distintas em natureza são suas soluções, mesmo quando (por vezes, tão-somente por fazer algo próximo de uma epistemologia) as dimensões se confundem. Tendo em conta a natureza por vezes inconstante de tal distinção, em nossa tese analisaremos os diversos confrontos de Berkeley com a produção científica de sua época, mostrando como para ele a filosofia opera no campo dos fundamentos, sendo suas respostas constitutivas de uma epistemo-metafísica, em muito similar ao próprio exercício da filosofia crítica, mas também bastante semelhante em seus procedimentos à filosofia da linguagem contemporânea, em especial, na linhagem de uma terapia dos usos conceituais da filosofia e da ciência. Dessa forma, uma filosofia nada anedótica mostra fôlego epistemológico invulgar e, assim, consistindo em uma terapia de conceitos, pode trazer uma contribuição extraordinária à transposição do conteúdo científico e seu ensino.

Palavras-chave

Berkeley, filosofia da ciência, Newton, epistemo-metafísica, imaterialismo, empirismo.

ABSTRACT

The difference between philosophy and science is not always clear or peaceful. One could believe that such a difference would only be well completed from Kant's critical philosophy, when the tasks proper to philosophical thought would not have a purely scientific answer. Despite all that, in our view, such a distinction would already make itself noticeable, with very specific shades, in the Berkeleyana work, although in a much more tenuous way and, we must agree, not always so evident. Although he dealt with methodological and substantive issues on science, one could not strongly assure that Berkeley had taken a constant and adequate position concerning the nature of science. However, we can argue that, on articulating a view largely spread by the 18th century philosophers (namely, the denial of the possibility of the existence of chance in nature), Berkeley intended to take away from science the pretension that it could reveal the ultimate causal structure of reality, that is, his intention was also limiting science into a perspective of its own. Thus, with Berkeley, we can discern what is proper of those fields of knowledge, reflecting on how distinct in nature their solutions are, even when (at times, only for doing something close to an epistemology) dimensions become mixed up. Taking into account the nature of such a distinction, sometimes inconstant, this thesis analyses Berkeley's various confrontations with the scientific production of his time, showing how, according to him, philosophy operates in the field of fundamentals, his answers constituting an episteme-metaphysic, often similar to the exercise of critical philosophy itself, but also very similar in its procedures to the philosophy of contemporary language, especially in the lineage of a therapy of philosophy and science conceptual uses. Thus, a philosophy not at all anecdotal shows uncommon epistemological breath and, so, consisting of a therapy of concepts, can bring an extraordinary contribution to the transposition of the scientific content and its teaching.

Key-words:

Berkeley, philosophy of science, Newton, episteme-metaphysic, immaterialism, empiricism

LISTA DE ABREVIATURAS

ALC – Alciphron, or the Minute Philosopher

ANL – The Analyst; or, A discourse addressed to an infidel mathematician

DeM – De Motu, sive de Motus principio et natura, et de Causa communicationis Motuum

DFT – A Defense of Free Thinking in Mathematics

DHP – Three Dialogues between Hylas and Philonous

NTV – An Essay towards a New Theory of Vision

PC – Philosophical Commentaries

PKU – A Treatise concerning the Principles of Human Knowledge

QRT – The Querist, containing several queries proposed to the consideration of the public

SRS – Siris: a chain of philosophical reflexions and inquiries concerning the virtues of tar-water, and divers other subjects

TVV – The theory of vision vindicated and explained

Only by meditation and reasoning can truly active causes be brought to light from out of enveloping darkness, and to some extent known. But to treat of them is the concern of first philosophy or metaphysics. And if to each science its province were allotted, its limits assigned, and the principles and objects which belong to it accurately distinguished, we could treat each with greater ease and perspicuity.

George Berkeley, *De Motu*, § 72.

INTRODUÇÃO

1.

A história da filosofia é pródiga em afirmar, a partir de Kant, uma diferença clara entre filosofia e ciência, tornando-se mesmo tal distinção quase pacífica. Porém, a nosso juízo, tal distinção já se faria notar, com um matiz bastante específico, na obra berkeleyana, ainda que de modo bem mais tênue e, devemos convir, nem sempre tão evidente. Conquanto tenha tratado de questões metodológicas e substantivas sobre a ciência, não se poderia afirmar, em sentido forte, que Berkeley tenha fixado de forma constante e adequada uma posição concernente à natureza da ciência. Porém, podemos argumentar que, ao articular uma visão amplamente difundida pelos filósofos do século XVIII (a saber, a negação da possibilidade da existência da causalidade dentro da natureza),¹ Berkeley pretendia retirar da ciência a pretensão de que ela poderia revelar a estrutura causal última da realidade, ou seja, o seu propósito também era limitar a ciência em uma perspectiva que lhe seria própria. Desse modo, já com Berkeley, podemos discernir o que pertence a cada um desses campos do saber, refletindo sobre quão distintas em natureza são suas soluções, mesmo quando (talvez por fazer algo próximo de uma epistemologia) as dimensões se confundem.

Um filósofo que nega sentido à noção de matéria ou existência independente do mundo físico parece, todavia, ter mesmo pouco a dizer sobre a atividade da ciência, que tendemos a subordinar a tais pressupostos. Ao contrário, por fazer a terapia da linguagem científica e da linguagem filosófica, sua contribuição pode ser bastante mais proveitosa, resultando de suas reflexões uma visão mais atual da ciência e uma visão mais sofisticada da filosofia. Afinal de contas, esse imaterialista radical pode bem lembrar-nos: no que importa, a noção de matéria não agrega valor à investigação científica, podendo mesmo implicar confusões e mal-entendidos. Mais ainda, a exterioridade do mundo, se pode confortar o senso comum, tende a eludir o comprometimento do mundo por nossas redes teóricas, sendo antes de duvidar que algo verdadeiramente se nos escape, com o que parece próprio do que pode ser dito coincidir

¹ Cf. TVV II § 24.

com o estatuto simbólico do universo sensível, para além do qual nada se diz, nem cabe à ciência pretender dizer.

O imaterialismo, aliás, tão-somente se aprofunda, como se instado a confirmar-se à medida que desfila por novos objetos tecidos pelo discurso científico. Assim, não precisa negar existência independente aos objetos do tato, ao tempo que examina o estatuto dos objetos dados à visão. Entretanto, aquele gesto logo se confirma, em favor da consistência do sistema, do olhar que aviva o necessário à construção da experiência pelo conhecimento científico, nunca fazendo transbordar desnecessariamente delírios metafísicos. O imaterialismo pode assim ser considerado uma aplicação do princípio de parcimônia ou ainda uma aplicação consistente da navalha de Ockham. E não deixa de ser relevante notar que sua obra, desde o primeiro ensaio sobre a visão, se articula como discurso sobre as pretensões da ciência, sem iludir-se com um acesso não mediado ao mundo. Poderes ocultos podem então ser banidos fazendo a visão cuidar da visão, o tato cuidar do tato, sem fazer pela razão o que não se dá pelos sentidos próprios, nem admitir que, por tal restrição metódica, tenhamos empobrecido alguma experiência.

Passos de má metafísica e fé deletéria devem ser evitados, mas isso bem o garantem um bom método e uma perspectiva acertada. Afinal, é cuidado simples “considerar de forma precisa nossas próprias idéias, distinguir onde houver diferença, chamar as coisas pelos seus nomes corretos, definir os termos e não nos confundirmos, e a outros, por seu uso ambíguo”. A não observância desse método tem resultado desastroso:

O descuido ou omissão desses procedimentos frequentemente produziu erros; daí os homens falarem como se uma idéia fosse a causa eficiente de outra, daí tomarem inferências da razão por percepções dos sentidos, daí confundirem o poder que reside em algo externo com o objeto próprio dos sentidos, que, na verdade, não é mais que nossa própria idéia.²

O método vem assim a serviço da posição acertada em metafísica:

Devemos ter em conta que o meio mais apropriado é não procurar por substâncias desconhecidas, causas, agentes e poderes externos, nem raciocinar ou inferir qualquer coisa acerca ou a partir de coisas obscuras, não percebidas e completamente desconhecidas.³

Uma boa metafísica, a evitar portanto hipóteses indevidas, parece apta então a dialogar com a boa ciência. É assim em uma linha de boa epistemologia que podemos situar suas restrições à Religião Natural. Esta, desse modo, seria exemplo de equívoco

² TVV, § 16. Tr. de José Oscar de Almeida Marques.

³ TVV, § 17. Tr. de José Oscar de Almeida Marques.

teológico porque, em primeiro lugar, simplesmente comportaria falta de contenção científica. Uma epistemologia parece então eivada de cuidados premonitórios, típicos de uma filosofia da linguagem, assim como o labor filosófico torna-se terapêutico, *avant la lettre*, pois o gesto filosófico ele próprio, quando produtor de abstrações, quando afastado do senso comum, é compreendido como uma espécie de doença, que provoca as mesmas dificuldades das quais depois se queixa.⁴ Assim, a filosofia e a ciência são amiúde vítimas de sua própria ação. Não lhes cabe reagir apenas a uma intromissão externa, o que configura o quadro que naturalmente exige uma terapia: “Não enganamos apenas os outros pelo uso inconstante ou ambíguo dos termos, mas frequentemente a nós mesmos”.⁵

Aparentemente clara a si mesma, a obra, todavia, situa-se em território delicado na história da filosofia. Ela se elabora em momento pré-crítico, sendo então um dos seus méritos o conduzir ao limite um projeto em breve condenado, a saber, o de tratar dedutiva e rigorosamente temas que ultrapassam as possibilidades do entendimento. O “Prefácio” ao **Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano** é peça das mais eloqüentes, em força e quase inocência, ao repassar temas da metafísica (existência e imaterialidade de Deus ou a natural imortalidade da alma), que pretende expor de modo imparcial, demonstrado, exaustivo, necessário e, enfim, em acordo com a verdade. Não precisamos, entretanto, ler sua obra como se condenada ao anedótico, ao literário. Não precisamos, ainda, lançar-lhe um olhar meramente nostálgico. Ao contrário, estamos diante de um projeto epistemológico vigoroso, que, em sendo anterior à filosofia crítica, entretanto também a ultrapassa pelo recurso a procedimentos que só serão corriqueiros após a virada lingüística. Enfim, podemos anotar com sua obra que empreendimentos teóricos assim levados ao limite mesmo de suas possibilidades nunca perdem em atualidade ou em capacidade de inspirar ou de participar de nossas reflexões atuais, afirmando-se com pleno direito como obra clássica e essencial da filosofia e, no que importa para esta tese, da filosofia das ciências.

Como perspectiva atual (mesmo se questionável), podemos registrar que Berkeley se dirige ao discurso científico não lhe recusando méritos nem afirmando uma distinção de princípio em relação à filosofia. Em postura pós-crítica, que será partilhada por contemporâneos nossos, a filosofia e a ciência se procuram:

⁴ “(...) parece-me que a maior parte, se não todas as dificuldades que até agora detiveram os filósofos e barraram o caminho do conhecimento, nós as provocamos, levantando a poeira e depois queixando-nos de não ver.” (PKU, Introdução, § 3.)

⁵ TVV, § 33. Tr. de José Oscar de Almeida Marques.

O trabalho da ciência e da especulação é deslindar nossos preconceitos e equívocos, retificando as conexões mais próximas, distinguindo coisas que são diferentes em vez de confusas e desconcertantes, dando-nos perspectivas distintas, corrigindo gradualmente nossos juízos e conduzindo-os à exatidão filosófica.⁶

E, para dizer o verdadeiro e o consistente, filosofia e ciência deveriam ambas evitar as ciladas da linguagem. Por outro lado, Berkeley não confunde o trabalho de gênero filosófico, conceitual, que também cabe à ciência, com seu trabalho, por assim dizer, experimental, que envolve, por exemplo,

a consideração física do olho, nervo óptico, películas, humores, refrações, natureza corpórea e movimento da luz, ou a aplicação geométrica de linhas e ângulos, na prática ou teoria, em lentes e espelhos, para calcular e reduzir a alguma regra e medida nossos juízos, na medida em que estes sejam conformes aos objetos da geometria.⁷

A perspectiva conceitual, a empírica e a matemática são assim complementares. Não obstante, a resposta radicalmente negativa ao problema de Molyneux (que apresentaremos e discutiremos de modo mais exaustivo) é uma afirmação da constituição possível da experiência sem a suposição de dimensão *a priori* da sensibilidade.⁸ Um problema (experimental, para alguns), sendo tratado de forma plenamente teórica, afirma um lugar forte para Berkeley na história da filosofia, a saber, o de um empirismo idealista radical. Com isso, a posição extravagante perde todo sabor anedótico, podendo assim dialogar com o melhor da filosofia contemporânea. E a filosofia, que parecia simplesmente entremesclar-se com a ciência, pode retomar um objeto próprio. No caso do diálogo com a óptica, seu objeto é a própria natureza da visão (explicar como a mente vê), separando-se de questões científicas, com as quais seu objeto não deixa de estar intrinsecamente ligado, mas que se mostrariam próprias da anatomia ou de experimentos (que explicam o sentido da visão pelo mecanismo do olho) ou da física ou da geometria (que consideram partículas movendo-se em certas linhas, raios de luz refratados ou refletidos, cruzando-se ou formando ângulos).⁹

Em todo caso, sabendo ele discernir o próprio da filosofia, não deve ser recriminado ao encontrar “comprovação” experimental para o que infere teoricamente.

⁶ TVV, § 35. Tr. de José Oscar de Almeida Marques.

⁷ TVV, § 37. Tr. de José Oscar de Almeida Marques.

⁸ Cf. NTV, § 128.

⁹ Cf. TVV, § 43. Tr. de José Oscar de Almeida Marques. A pergunta propriamente filosófica, dirigida à visão como uma faculdade da alma: “como é possível que um conjunto de idéias completamente diferentes das idéias tangíveis possa mesmo assim sugerir-las a nós, dado que não há nenhuma conexão necessária entre elas?” (§ 43). Um mistério, pois, que solicita teses filosóficas, como a suposição de uma Autor da natureza a conferir-lhe unidade, e que obviamente a ciência não pode responder.

Mais uma vez, traçando a distinção crítica, a mescla entre filosofia e ciência tem sabor ora pré-crítico, em postulados ontológicos, ora pós-críticos, em atitudes de filosofia da linguagem. Assim, por exemplo, o problema lógico proposto por Molyneux, cujo interesse se situa em interrogar a unidade da experiência, foi tratado por alguns como um problema experimental, e é como tal também saudado por um Berkeley satisfeito, que pensa encontrar resposta empírica para o que já decidira teoricamente, de modo semelhante a como, no século seguinte, veio a ficar satisfeito um Schopenhauer ao reconhecer no advento dos daguerreótipos uma “comprovação” empírica para a natureza retiniana da cor, que antes estabelecera de modo transcendental.¹⁰

2.

Berkeley confrontou-se com as ciências numa extensão razoável de textos. **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão e A Teoria da Visão ou Linguagem Visual Justificada e Explicada** discutem a visão através de uma contraposição à óptica geométrica. O **De Motu** dialoga com a mecânica newtoniana, questionando os conceitos de força, inércia, gravidade e espaço absoluto na dinâmica e na cinética. As obras **Alciphron, or the Minute Philosopher, The Analyst, A Defense of Free Thinking in Mathematics** e **Of Infinites** referem-se à matemática fazendo objeções à noção de necessidade, pela qual se privilegiaria o significado em detrimento do signo ou referência empírica. O **The Querist** propõe uma teoria econômica, explicitando, sobretudo, o surgimento da moeda; e no **Siris** encontramos o resultado de um estudo duplo-cego na área das ciências médicas. Esses diálogos diversos com a ciência, aparentando uma colcha de retalhos multicolorida, seriam costurados por um fio único, na forma de uma crítica da causalidade, visto ser esta algo que ultrapassaria a experiência e, portanto, levaria a um mau uso e abuso da linguagem. A causalidade, por ser produto da razão, só poderia ser tratada na esfera de um conhecimento filosófico de natureza metafísica – conhecimento que assume como tarefa impor limites à razão, e trata a linguagem como meio e nunca um fim em si mesmo, porquanto determinada por regras que se estabeleceriam na prática do uso.

¹⁰ “Assim, por fatos e experimentos, aqueles pontos da teoria que pareciam os mais distantes da compreensão ordinária foram confirmados em não pequena medida, muitos anos depois de eu ter sido conduzido pelo raciocínio à sua descoberta.” **TVV**, § 71. Tr. de José Oscar de Almeida Marques.

Explicar com sucesso a compreensão teórica ou inteligível das propriedades sensíveis dependeria de uma justificação que se manifesta como tarefa filosófica, uma vez que, como vimos, ao falar de uma teoria visual, afirma Berkeley: “explicar como a mente ou a alma de um homem simplesmente vê é uma coisa, e pertence à filosofia”,¹¹ ou seja, a sua tarefa (ou o campo da sua autonomia) é mostrar o que capacita o observador a dizer o que percebe ou o que é próprio do saber. Porém, isso não significaria uma negação ou uma rejeição do que há de favorável e de útil no conhecimento científico. Ao revés de tal afirmação, aqui se estaria a combater o relativismo metodológico bem como o relativismo conceitual. Afinal, a percepção seria o princípio que, subjacente a qualquer conhecimento, dá forma às idéias e determina o limite do mundo.¹² Isso faria, então, Berkeley ressaltar dois critérios para o conhecimento: 1. A investigação dos fatos que justificam a correspondência entre a percepção e a idéia; 2. a análise crítica da linguagem, a fim de evitar o mau uso e abuso.¹³

O idealismo berkeleyano foi uma tentativa de resolver um problema nuclear na teoria do conhecimento, qual seja, a explicação do modo como a substância espiritual incorporaria o mundo sensível, a união entre a percepção e a mente. Tal idealismo nasceria de uma cadeia de razões que procuravam separar o conhecimento epistemológico (as idéias inteligíveis) da fração mínima que compõe a realidade (a ontologia fundada nas idéias heterogêneas de cada sentido), vindicando para a metafísica o lugar de fato e de direito para o estudo e descrição dessa última categoria. Para Berkeley, a realidade estaria fundada nas idéias sensíveis, lugar do qual deveriam partir as hipóteses explicativas, tanto da ciência quanto as relativas às questões da fé cristã. Admitida contudo por Berkeley, a doutrina da distinção entre corpo e mente terminaria por conduzir a uma espécie de ceticismo, porquanto não deixaria de veicular certa desconfiança sobre o conhecimento sensível, restando saber como seria assegurada a compatibilidade ou identidade entre o percebido e aquilo que é a sua percepção – ou, com o perdão do anacronismo no uso da terminologia, como suprimir a oposição entre a ‘imagem’ e a ‘imagem de’.

Foi a esse problema que se dirigiu Berkeley com a solução de transformar as coisas em idéias ou, o que é o mesmo, com a negação da existência de objetos externos

¹¹ **TVV** § 43.

¹² Cf. **NTV** § 12.

¹³ Cf. **PKU**, Introduction, §3.

independentes da percepção, reduzindo a operação a essas duas características essenciais (o mundo externo e a subjetividade) e permitindo a sua junção. Essa visão idealista dissolveria a distinção entre percepção e ato reflexivo, herdada da metafísica tradicional, que separaria os sensíveis próprios (a percepção) do sensível comum (a extensão) e aventaria a idéia de objeto como uma coleção de percepções homogêneas. Sendo a extensão ou a matéria o suporte dos atributos sensíveis, de que forma se daria a união entre essas duas naturezas tão diversas? E mais, sendo a primeira categoria de caráter quantitativo e a segunda de caráter qualitativo, como ficaria assegurado o comércio entre uma e outra? No enfrentamento de tais questões, a solução berkeleyana para o impasse foi amalgamar as duas qualidades, demonstrando que onde uma ocorre também estará a outra qualidade, a saber, na mente – sustentáculo das percepções imediatas provenientes de cada um dos sentidos e das percepções mediatas, no qual um sentido pode sugerir sensações próprias de outros, por exemplo, o cheiro do perfume trazendo à mente a idéia de uma rosa.

Com tal identificação entre a percepção e a sua imagem, pareceu a Berkeley que o mundo fenomênico ficaria mais bem ordenado e disposto ao conhecimento. A longa e perpétua discussão metafísica entre o que é essência e o que é existência deixaria de fazer sentido, pois agora ser é ser percebido, ou seja, o ser da percepção é uma idéia e o ser da idéia é uma percepção. Embora tome a palavra idéia no seu sentido mais corriqueiro significando pensamento, *insight*, opinião, etc., no vocabulário berkeleyano, no uso mais estrito e técnico, poderíamos dizer que *idéia* tem as seguintes significações:

1. idéias imediatas: são as sensações impressas diretamente pelos sentidos, como as percepções visuais das luzes e cores;
2. idéias mediatas: provenientes de cada sentido e unidas pelo hábito, passam a ser reforçadas pela sugestão da linguagem, por exemplo, quando falamos de uma forma visível que é contudo uma idéia imediata do tato;
3. idéias de memória: é a capacidade que a mente tem de trazer a tona eventos já percebidos;
4. idéias de imaginação: são as projeções, a exemplo de predições da ciência ou as criações e quimeras, tal como o unicórnio e a sereia, sendo que, diferentemente das idéias quiméricas, as idéias projetivas podem ser dotadas de realidade;

5. idéias do entendimento: constructos da razão, a exemplo das hipóteses matemáticas e das escrituras sagradas;
6. noções: espécies um pouco abaixo do estatuto das idéias, porquanto nasceriam não da semelhança mas de uma inferência – *e. g.*, ao dialogarmos com outrem, notamos também a presença de um ser percipiente, diferente de si próprio percebido, como um rubor indicando o sentimento da vergonha.

Porém, apesar dessas distinções possíveis, todas elas passíveis de exemplificação em textos de Berkeley, devemos notar que, a cada ilação feita ou desfeita, são as idéias imediatas o resíduo último além do qual nada haveria. Com efeito,

é evidente que Berkeley usou a palavra `idéia` como ‘significado estrito de uma sensação, uma imagem sensorial ou um quadro mental, ocorrendo todas as vezes em que a distinção se fazia importante para o seu argumento. E de fato isso não é de modo algum surpreendente, uma vez que essa significação restrita conforma-se com a sua assertiva consistentemente sustentada que para uma *idéia* `ser é ser percebido`.¹⁴

O problema subjacente a tais definições conceituais é questão com fama e fortuna na história da filosofia, qual seja, o problema mesmo do conhecimento, mais precisamente o que, ao fim e ao cabo, decidiria o estatuto da experiência. A epistemologia berkeleyana seria uma tentativa de estabelecer em que devem consistir os primeiros princípios para uma ciência, tendo por pressuposto que a percepção requer uma aprendizagem, baseada na experiência, reforçada pelo hábito e refletida de forma mediata pela sugestão – e não uma questão de estimulação sensorial imediata e direta entre o sujeito percipiente e os objetos externos. A ciência, então, é a consideração dos signos através de uma interpretação correta dos seus significados, observando-se rigorosamente os domínios desta conexão, para a qual se dirige toda a crítica berkeleyana: a) a não existência da matéria; b) a impossibilidade de se formar idéias abstratas; c) o mundo ser uma linguagem visual pela qual nos fala o Autor da natureza. Em outras palavras, a verdade está no detalhe, na percepção pura de cada coisa e não na unidade que é o olhar da ciência. O objeto próprio da ciência seria, então, não uma revelação das causas eficientes – objeto da metafísica –, mas antes a demonstração da uniformidade subjacente a todo fenômeno natural.¹⁵ Desse modo, Berkeley fará uma

¹⁴ PARK, D., *On Taking Ideas Seriously*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. p. 35.

¹⁵ Cf. BELFRAGE B., *Vers une nouvelle interprétation de la Théorie de la vision de Berkeley*, in **Berkeley: langage de la perception et art de voir**, p. 160.

distinção entre metafísica (enquanto estudo da causa eficiente) e a ciência (enquanto estudo da causa formal).

Para Berkeley, uma teoria científica bem sucedida seria aquela que, ao revelar-se demonstrativa, também se beneficiaria da experiência. Havendo uma supremacia da prática sobre a investigação, a ciência é uma construção teórica enunciativa, tendo como princípio básico a percepção. Seria, pois, por analogia e pela repetição que um signo evocaria o sentido da sua ligação, cujo significado se determinaria apenas dentro de um contexto que teria como medida a finitude da percepção e como limites a atenção e o interesse.¹⁶ A filosofia, por sua vez, ao procurar pela possibilidade de conhecermos com verdade, ficaria aquém ou além de qualquer outro campo de conhecimento, isto é, retirar-nos-ia os véus de uma crença ingênua para podermos assim ir ao encontro das coisas mesmas. Nesse caso, como a ciência traduziria em teses o mundo real, vivido e subjetivo, sendo ademais uma atividade humana, só pode estar longe de verdades últimas e intocáveis. Logo, a filosofia berkeleyana pode servir como introdução a quantos se interessem pela questão da natureza da ciência, uma vez que propõe critérios para um pensamento crítico acerca das afirmações empíricas.

Na época de Berkeley, tratar de questões metafísicas era estar no âmbito do amplo conceito de ciência, sem que isso significasse uma relação de parentesco estrito com a filosofia da natureza – por exemplo, de Newton, Kepler, e até mesmo de Barrow e Tacquet. Por conseguinte, é notável que a atenção de alguns comentadores tenha reforçado antes o fracasso que o sentido do olhar berkeleyano. Assim, criticado por defender teorias superadas ou pouco prováveis para uma ciência empírica, Berkeley parece situar-se em um plano secundário ou quase anedótico da história do pensamento. Ora, como nem sempre o efetivo é mais valioso que o possível, narrativas científicas extravagantes e mesmo falsas podem conservar grande valor filosófico. Por conseguinte, teorias científicas passíveis de refutação não têm diminuído *ipso facto* seu valor filosófico, devendo ser recuperadas em seu sentido e alcance – o que, de resto, já é sintoma de uma importante distinção entre filosofia e ciência.

Realçar a metafísica berkeleyana, ao tempo que ela faz uma distinção entre filosofia e ciência, seria transformá-la em mais do que um objeto de curiosidade restrito àqueles poucos que se interessam pela história da negação da matéria no século XVIII. Por outro lado, ler e interpretar essa obra como uma metafísica vigorosa e coerente com

¹⁶ Cf. **TVV** § 14 e § 85.

seus postulados é fazê-la dialogar com nosso tempo, com força própria de um filosofar crítico e arguto. Assim, para o que foi e continua sendo o apelo para um pensar reflexivo, diante do que é exposto como verdade, a postura do “filósofo de primeira linha”, na linhagem de Berkeley, levar-nos-ia sempre a afastar a cortina das palavras, em busca do que seria próprio do caráter do homem sábio: o pensamento claro e evidente. E, por isso mesmo, compreendemos que Berkeley pode contribuir para o desenvolvimento de um entendimento mais integral da metafísica e da matéria científica com conseqüente desenvolvimento de um rico e autêntico debate acerca da epistemologia.

3.

Tendo isso em conta, nossa tese fica assim constituída:

No primeiro capítulo, **O Relevo Berkeleyano entre a Filosofia e a Ciência**, a nossa pesquisa investigará o conceito de ‘filosofia’ no sistema berkeleyano. Embora isso possa parecer ocioso ou revestido de alguma obviedade, devemos recordar, em primeiro lugar, que inúmeras são as definições de filosofia. Neste sentido, para evitarmos uma especulação vazia ou até mesmo certa reivindicação de um anarquismo conceitual, o seu rigor e limite só podem ser traçados ali na sua origem, isto é, na consulta a cada obra filosófica, recuperando a compreensão particular de um dado pensador. E, sendo assim, mesmo existindo infindáveis definições da natureza filosófica, cada uma delas remete a um campo próprio de um pensamento crítico rigoroso.

Berkeley vê a filosofia como aspiração à sabedoria e à verdade, por oposição a dúvidas e dificuldades, visto ser então a filosofia o campo mesmo da evidência e da clareza. Com isso, por exigir quase nada, ocuparia uma posição ao lado do homem comum, qual seja, não duvidar da identidade entre o que percebe e o que de fato corresponde à realidade, livrando-se de um só golpe dos paradoxos, das inconstâncias e, sobretudo, do ceticismo. Ora, essa vindicação de certa congruência entre filosofia e senso comum radica-se em dois pilares de sustentação do arcabouço berkeleyano, a saber, o imaterialismo e a crítica à linguagem, ambos presentes nas obras de juventude **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão, Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano e Três Diálogos entre Hylas e Pilonous**. Por sua vez, nas

obras de maturidade, a exemplo do **Alciphron**, Berkeley aprofunda ainda mais sua crítica à linguagem, sem nada desviar-se do imaterialismo e do idealismo.

Acompanhando uma *démarche* da obra, podemos ver que, em seu momento mais madura, a filosofia se caracteriza mais precisamente como a medicina da alma humana, ou seja, aquela que cura os males da mente, como se estivesse a imunizá-la contra posições indutivistas ou mesmo ingênuas. Diferentemente do filósofo de segunda mão, produto de um pensamento acrítico, a confundir idéias novas com trivialidades abstrusas e até mesmo risíveis ou jocosas, o filósofo de primeira grandeza seria aquele que saberia dar limites à razão, tratando do mau uso e abuso da linguagem e alcançando, enfim, o que é, afinal, ponto de partida e também de chegada de tudo: uma metafísica que, ao aclarar o fundamento último da experiência, estabeleceria as condições do verdadeiro conhecimento, tanto na vida cotidiana quanto na ciência e na religião.

O segundo capítulo, **A Visão em Berkeley: O Problema de Molyneux**, trata da questão da visão – tema que perpassa toda a filosofia de Berkeley. Além de ele próprio ter editado cinco vezes **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, dedicou a esta questão o quarto diálogo do **Alciphron**, publicando mais tarde a obra concernente à visão que considerou uma teoria tomada em seu sentido pleno, **A Teoria da Visão Confirmada e Explicada**. Tal destaque para o tema tem, certamente, uma razão de ser. Para Berkeley, diferentemente do tato, da audição, do olfato e do gosto, é muito mais a visão que nos daria a falsa impressão da existência de mundo exterior e independente da percepção – impressão reforçada pela imaginação ou sugestão e renovada pela linguagem.¹⁷ Então, ao afirmar que não há uma idéia comum a quaisquer dos sentidos (no nosso caso, entre a visão e o tato), Berkeley utiliza-se do sentido que nos parece levar à idéia de exterioridade, juntamente com o que parece vindicar uma idéia de matéria, mas para defender a tese central do ensaio, qual seja, a heterogeneidade das idéias, principal argumento tanto para seu idealismo como para o imaterialismo.

É dentro desse horizonte que chegamos ao célebre caso do cego de Molyneux, evocado por Berkeley para assentar a tese da heterogeneidade das idéias. O exemplo isola o visível para desvelar o paradigma da percepção verdadeira, deslocando o pensamento para atingir o imediato, átomo último do conhecimento, sem a contaminação da experiência, da sugestão ou do hábito.¹⁸ Por isso, um cego de

¹⁷ Cf. NTV § 126.

¹⁸ Cf. BRYKMAN, G., *Hétérogénéité des idées sensibles et 'langage de la Nature in Berkeley: langage de la perception et art de voir*, p. 41.

nascença, capaz de distinguir pelo tato um cubo de uma esfera, ao recuperar a visão, não distinguiria o cubo da esfera, à primeira vista, da mesma maneira que lhe pareceriam o cubo e a esfera tão interiores quanto as paixões de sua alma.¹⁹

O problema do cego de Molyneux é tomado, portanto, no sentido de tornar possível generalizar que qualquer percepção imediata garante e assegura a existência do percebido, e o mundo das idéias corresponde, ponto a ponto, ao mundo sensível. Berkeley mostrará, como veremos, que, tudo bem considerado, só os nossos sentidos podem proporcionar as bases adequadas para o conhecimento das propriedades espaciais, negando a possibilidade do sistema visual como representação imperfeita de um mundo externo. Por isso, o cego só pode tomar tudo que vê, ao recuperar a visão, como estando em seus olhos ou, melhor dizendo, em sua mente.²⁰

O terceiro capítulo aborda **O Desafio Cético**. A possibilidade da existência de um gênio enganador, aventada por Descartes, continua a suscitar problemas na epistemologia contemporânea – *e. g.*, diante de um cesto de maçãs, com a tarefa de separar as frutas estragadas das boas, para usar uma das imagens caras a Ernest Sosa, ao despejar no chão toda a carga e junto com ela a totalidade das nossas crenças, não ficaríamos assim desprovidos de quaisquer critérios? Como executar agora tal tarefa? O nosso propósito é, então, examinar a resposta de Berkeley a esse problema cético, ao tempo que ressaltaremos a sua importância atual, respeitando e mantendo-o, contudo, no seu contexto histórico.

Nesse capítulo, tomaremos sobretudo como base a obra **De Motu**, que, tendo por temas o movimento, o espaço e o tempo, é a mais importante resposta berkeleyana a problemas metafísicos e epistemológicos levantados por Torricelli, Borrelli, Descartes, Leibniz e, principalmente, por um dos maiores físicos do seu e do nosso tempo, Isaac Newton. Afirma Berkeley: “Não percebo sabedoria alguma em qualquer um deles, exceto Newton. Os demais nada mais são do que meros niilistas, uns frívolos”.²¹ Diferentemente da posição cartesiana (que, para Berkeley, serviria apenas para a duplicação do mundo ou a criação fútil de arquétipos), o método aqui se volta à procura das razões certas e não à dúvida sobre a possibilidade do conhecimento.²²

¹⁹ Berkeley viu acontecer fato semelhante, quando, antes de escrever a **TVV**, Cheselden operou uma criança cega desde a mais tenra idade.

²⁰ Cf. **TVV** § 41.

²¹ **PC**, § 372.

²² “Pois se elas (as coisas) são consideradas como notas ou imagens, imputadas como coisas ou arquétipos existindo fora da mente, então estaríamos envolvendo tudo num ceticismo”. (**PKU** § 87).

Não é preciso despir-se da experiência. A resposta certa já se encontraria aqui, no *background* de cada homem através do processo de introspecção, acesso para as sensações internas. É, pois, nessa introspecção que se encontra a verdade, focalizando-se a atenção num elemento escolhido do processo perceptual para a detecção das reais características do objeto:

Contudo, “força”, “gravidade” e palavras dessa ordem são freqüentemente tomadas (deveras corretamente), em concreto, a fim de significar o corpo em movimento, a dificuldade da resistência, etc. Mas, quando usadas pelos filósofos para significar certas naturezas prescindidas e abstraídas de todas as coisas então, não sendo objetos do sentido nem concebidas pela imaginação, só produzem, verdadeiramente, erros e confusões.²³

O mundo fica, assim, em essência, tal e qual nos aparece. No século XVIII, é flagrante um imenso avanço técnico e teórico nas ciências naturais, a ponto de suas teses passarem a ser vistas como a explicação última dos processos naturais, bem como ponto de partida e sustentação de teses metafísicas, acarretando um laço singular entre a nova ciência e a velha filosofia. Desse modo, Berkeley acredita testemunhar o surgimento de uma má metafísica, fruto de uma pseudo-sabedoria em conjunção com uma pobreza intelectual. Cenário que, diz Gavin Ardley, ao persistir até hoje, mostraria como os inimigos de Berkeley são, também, os nossos inimigos.²⁴

Em 1721, aparece, em primeira publicação, o **De Motu**, cujo subtítulo é “O Princípio, a Natureza e a Causa da Comunicação do Movimento”. E, em 1734, o **The Analyst**, que retoma a querela contra os livres pensadores iniciada no **Alciphron**. Ambos são produtos da tentativa, por parte de Berkeley, de afastar da metafísica das más doutrinas originadas das falsas crenças espelhadas no sucesso da ciência empírica de então.²⁵ Tais obras teriam então o claro propósito de recolocar a meditação filosófica de volta aos trilhos da boa metafísica, sem negar, contudo, o que pode haver de certo e útil na ciência.²⁶

A ciência, nessa compreensão berkeleyana, seria o lugar da observação da experiência, a fim de descrever as leis físicas do universo e da predição (via experimentação) dos fenômenos daí derivados.²⁷ Ressaltar a heterogeneidade das idéias seria aceitar que as idéias dos diferentes sentidos não são reproduções umas das outras,

²³ DeM, §6.

²⁴ Cf. ARDLEY, G. **Berkeley's Renovation of Philosophy**, p. VII.

²⁵ Cf. DeM, § 34.

²⁶ Cf. DeM, § 42.

²⁷ Cf. DeM, § 35.

embora sejam suplementares, proporcionando diferentes tipos de informação para a ampliação do entendimento e uma melhor compreensão do todo. Nessa compreensão, perceber é estar dentro do alcance sensorial, não cabendo diferença entre a existência e a essência – não por um parentesco de família ou similitude, mas por uma sugestão mediada pelo hábito, em que uma idéia representa indiferentemente outra idéia. Assim, por exemplo, vivenciamos a força (idéia tátil) quando sentimos a fadiga e o desconforto ao suspender um corpo pesado. Percebemos a aceleração (idéia visível) na queda dos corpos. Porém, nada haveria na percepção visual que contivesse em si mesma idéia alguma de força.²⁸ A coordenação entre a força e o movimento não seria uma operação *a priori*, tampouco ocorreria por uma conexão necessária. Confirmada pela repetição na experiência, a sugestão criaria conexões contingentes, formadas no domínio do sensível, cujo solo é a própria natureza do real e cujo paradigma é o *esse est percipi*.²⁹

Na **Conclusão**, esperamos enfim mostrar, sintetizando as características da epistemo-metafísica berkleyana e os episódios de seu freqüente e constitutivo confronto com as ciências, que apenas é dado à ciência considerar os signos através de uma interpretação coerente dos seus significados e, em conseqüência, só podemos falar de causa enquanto conexão arbitrária apreendida pela experiência e não como causa eficiente, pois esta se daria por um espírito ativo que se encontra fora do mundo fenomênico, com o que ilustramos a crítica berkeleyana à metafísica tradicional. Assim, parece-nos que, tomando como horizonte de perspectiva tal ciência, Berkeley tece o caminho em direção a uma metafísica idealista e imaterialista inerente ao conjunto de toda a sua obra, ao passo que constrói um método para o bem proceder em caminhos epistemológicos da ciência e, sobretudo, da filosofia.

Tal como o poeta faz uso da metáfora sem nos impingir a máscara como a própria face, Berkeley pode tanto criticar o seu uso quanto lançar mão do artifício ao falar, por exemplo, das sensações como uma linguagem da natureza, tomando-a como ilustração e não como a representação da coisa em concreto.³⁰ A experiência, tal como uma gramática, obedece a regras de ordem e sucessão. O universo sendo um todo

²⁸ Cf. DeM, § 4.

²⁹ “*Esse est percipi* significa não apenas a redução de toda transcendência à imanência da consciência, mas, também, uma vez terminada a primeira etapa da reflexão, a justificação do fenômeno da transcendência e do próprio senso comum”. (PRADO Jr. B., *Por Que Rir da Filosofia*, in **Alguns Ensaios**, p.114.)

³⁰ Cf. DeM, § 3.

integrado, tal como uma linguagem, as suas partes só poderiam ser compreendidas dentro de um contexto.³¹

A ciência, portanto, ao tomar o artifício como a realidade, perde a capacidade de justificação ou de serem verdadeiras as suas teses. Assim, nessa ambiência, sendo o conhecimento empírico uma questão particular e individual, a ciência só poderia ficar restrita à percepção. Em outras palavras, a investigação das leis da natureza não deveria comportar as causas eficientes. O caráter operativo da ciência empírica caracteriza-se como instrumento de auxílio na compreensão do mundo; logo, é sempre meio e nunca um fim em si mesmo.³² A filosofia, sendo o entendimento do todo, isto é, a visão da natureza de cada coisa em sua inteireza, procuraria pelas razões de cada relação e, por conseguinte, trataria de ambos, o conceito (a linguagem) e a forma (a percepção). Afirmando-se, desse modo, uma distinção clara e precisa entre filosofia e ciência.

A obra de Berkeley, saída assim de um confronto radical com as ciências diversas de sua época, opera um esforço de reconstrução extraordinário. Certamente, as ciências não poderiam ficar diminuídas por tal reconstrução de seu significado e estrutura. Caso contrário, os resultados eloqüentes, teóricos e práticos, do trabalho científico falariam por si e serviriam à denúncia da insuficiência de sua filosofia. Como não é o caso, a obra traz uma lição especial ela mesma sobre a reconstrução do discurso científico em termos inusitados para os próprios cientistas, mas pretensamente mais imunes ao erro e à contradição.

Dessa forma, a epistemo-metafísica de Berkeley é, ela inteira, um desafio de explicação dos resultados e teses da ciência sem compromisso com os preconceitos que, à sua revelia, ameaçaria o mais sofisticado tempo de produção científica de ignorância a mais profunda. Tal reconstrução, em sendo conceitual, dispõe os produtos da ciência a uma exposição de sua estrutura teórica sem recurso a noções que, aparentando solidez, seriam da ordem do preconceito.

O exemplo mais saliente é também o mais evidente. A exposição dos resultados da ciência costuma enfrentar, em sala, a dificuldade de apresentação dos objetos passíveis de explicação de noções partilhadas por alunos e mesmo por professores. É certamente o caso de noções como substância, natureza e, é claro, matéria. A obra de Berkeley mostra-se assim exemplo de uma radical terapia conceitual, a ponto de mesmo as mentes mais refinadas anatematizarem preventivamente suas posições como

³¹ Cf. **DeM**, § 43.

³² Cf. **DeM**, § 39.

anedóticas, apesar de ele, sabedor da estranheza que provocaria, ter-nos alertado contra a fraqueza dos que estariam dispostos a rejeitar verdades demonstráveis por serem contrárias a preconceitos da humanidade.³³ Dessa forma, em nossa conclusão, por sua relevância, não deixaremos de aproximar os resultados desse empreendimento filosófico (de resto, tão marcado pelos resultados salientes de um momento especial da história das ciências) de questões relativas ao ensino de ciências.

³³ Cf. **PKU**, Prefácio.

CAPÍTULO I: O Relevo Berkeleyano entre a Filosofia e a Ciência

Como conceituar, de modo claro e preciso, a filosofia, que antes se apresenta como uma miríade temática tramada por estilos os mais diversos? Essa tem sido uma das próprias questões da filosofia. Afinal, uma posição encastelada que mantivesse as mesmas feições e cores inalteradas na linha do tempo, uma *philosophia perennis*, tal coisa parece não haver. Estaria então a filosofia condenada a uma não legitimação eterna do seu conceito? Isso também não pareceria de todo plausível, visto que aí onde “os ingênuos só vêem fatos diversos, acontecimentos amontoados”,³⁴ algumas vezes até contraditórios, haveria uma regularidade, qual seja, enquanto continente, a filosofia é uma reflexão sobre o pensamento ou o conhecimento que tem como idealidade certa pretensão de universalidade e pergunta tão-somente pela significação ou interpretação do mundo, sem negar a sua existência. Ao nascer junto com seus postulados, a filosofia torna-se ela critério de si mesma, fixando suas essências, delimitando sua forma, discernindo os princípios e a arte de interrogar e investigar o saber, cujo conteúdo ou conceito só pode ser determinado de modo particular, na consulta a cada obra filosófica, de modo a recuperar a compreensão individual de cada pensador. O propósito deste capítulo é então investigar o conceito de filosofia no sistema berkeleyano.

Alciphron or The Minute Philosopher, a mais extensa das obras berkeleyanas, tem padecido de uma má interpretação, afigurando-se ora como uma bela peça de literatura, ora como uma fervorosa apologia religiosa. É, deveras, marcada por um sofisticado estilo literário em defesa da fé cristã, mas nem mesmo assim seria por isso menos filosófica. Nessa obra, Berkeley propõe a filosofia como a solução terapêutica para o filósofo menor (*the second hand philosopher*).³⁵ Aqui, a filosofia seria um estado de familiaridade com o conhecimento, descrito menos por uma auto-evidência e mais pelo entendimento da interação e articulação dos conceitos entre si. Com isso, limita-se a tarefa filosófica a uma apreensão paciente da realidade, em oposição a uma busca

³⁴ LEBRUN, G. *Por que Filósofo in A Filosofia e sua História*, p. 24.

³⁵ Cf. ALC, VII, p. 327.

ansiosa por posições afirmativas que sustentariam mensurações, e se inclina para a sugestão de um relevo entre filosofia e ciência.

Ao criticar o indutivismo como a base que estabeleceria os fundamentos de uma ciência empírica e da religião, Berkeley faz um elogio à Metafísica como a ciência que procura pelo ser das coisas, pelo estatuto da experiência que irá conformar o conhecimento. Através, pois, de uma querela com o livre pensamento, Berkeley defende a filosofia como caminho para o verdadeiro sábio, ao tempo que avança na discussão sobre a linguagem – mais precisamente, uma Teoria Emotiva da Linguagem, segundo a qual determinadas palavras, a exemplo de ‘graça’, não poderiam significar idéias sensíveis aprendidas ostensivamente, podendo ser significativas, porém, dentro de um determinado uso.

Para Berkeley, a filosofia seria uma promessa de serenidade espiritual, pois ela nos remeteria ao estudo da sabedoria e verdade, levando sempre em última instância a uma maior clareza da mente e evidência do conhecimento.³⁶ Porém, como todo instrumento, por não ser um fim em si mesmo, mas o meio de intermediação para alcançar o gozo de tal posição, “a filosofia é uma arma que deveria ser cautelosa e parcimoniosamente usada”,³⁷ sendo, por conseguinte, dever do sábio “pensar com os doutos, falar como o vulgo”.³⁸ Essa prescrição encontra-se radicada em dois dos pilares de sustentação do arcabouço do sistema berkeleyano (a saber, o imaterialismo e o idealismo), porquanto são os filósofos que sustentam as idéias como o imediatamente percebido existente tão-só na mente, enquanto os homens do vulgo opinam que as coisas reais são o imediatamente percebido, transmutando-se o idealismo e o senso comum em duas vias de um mesmo caminho.³⁹ Assim, ao reduzir coisas em idéias e posteriormente idéias em coisas, é o imaterialismo que traria o homem de volta ao senso comum e à linguagem ordinária.

1. O Imaterialismo

Entre os filósofos e cientistas do século XVII, era opinião corrente a distinção entre as qualidades. As qualidades primárias (forma, tamanho, volume, número,

³⁶ PKU, § 1.

³⁷ BRYKMAN, G., *Microscopes and Philosophical Method*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. p. 70.

³⁸ PKU, § 51.

³⁹ Cf. **DHP III**, pp. 262-263.

movimento, repouso e até a gravidade) encontrar-se-iam nos objetos, e as sensações daí derivadas lhes seriam semelhantes. Por outro lado, as percepções das qualidades secundárias (cor, odor, sabor, som e temperatura) em nada corresponderiam ao real objeto.⁴⁰ Para Berkeley, essa seria uma tese científica – o desvelamento da natureza em termos de objetos físicos –, elevada, contudo, indevidamente à categoria de verdade metafísica. A explicação materialista e mecanicista dos fenômenos do mundo apenas pela consideração das qualidades primárias “em algum grau contrastaria com a experiência ordinária”.⁴¹

Ora, para quem considera o fenômeno sensorial como a coisa em sua completude, a realidade deveria ser explicada pela perspectiva do sujeito percipiente: suas vontades, seus interesses, suas sensações e conteúdos perceptuais.⁴² Não haveria por que aceitar a tradicional distinção entre as meras sensações e as suas causas físicas. Se o ser das coisas é ser percebido, uma coisa existe apenas como o objeto da percepção, quer humana, quer divina.⁴³ O mundo real se traduz na apreensão sensível. A noção quimérica de causa material introduziria a ilusão de uma natureza oculta ou de uma essência íntima, acarretando um conhecimento especulativo acerca da existência e, portanto, inalcançável pelo entendimento humano.⁴⁴ É justamente essa suposição cética insidiosa que “Berkeley vê como o erro maior, antes que o relativismo perceptual ou a distinção epistemológica entre a aparência e a realidade”.⁴⁵

A defesa berkeleyana da correspondência entre a experiência sensível e o mundo estaria baseada na rejeição da abstração entre qualidade primária e qualidade secundária, isto é, “todos os tipos padrões das qualidades sensíveis são igualmente objetivos e reais tais como percebidos ou experienciados”.⁴⁶ Perante a afirmação de que, fora das qualidades primárias nada seria distintamente percebido, a disjunção entre os sentidos e a realidade aventaria a presença da incognoscível substância material independente da mente. Todavia, apenas os espíritos são ativos; e as qualidades primárias, propaladas como marcas da matéria, não poderiam ser causa ou explicação de

⁴⁰ Cf. **DHP I**, pp. 187-188.

⁴¹ WILSON, M.D., *The Phenomenalisms of Leibniz and Berkeley*, in **Essays on the Philosophy of George Berkeley**. p.5.

⁴² Cf. **PKU**, § 99.

⁴³ Cf. **DHP I**, p. 229.

⁴⁴ Cf. **PKU**, § 101.

⁴⁵ WILSON, M.D., Did Berkeley Completely Misunderstand the Basis of the Primary-Secondary Quality Distinction in Locke? in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p. 110.

⁴⁶ WILSON, M.D., *The Phenomenalisms of Leibniz and Berkeley*, in **Essays on the Philosophy of George Berkeley**, p.10.

qualquer evento.⁴⁷ Assim como a temperatura da água pode parecer fria para uma mão e quente para a outra, de igual modo a figura e a extensão podem variar de uma pessoa para a outra ou até para uma mesma pessoa, a depender da posição do olho.⁴⁸ Conseqüentemente, estando toda realidade material reduzida às percepções, a abstração seria dissolvida através do escrutínio rigoroso dos atos da consciência.⁴⁹

Essa abstração também engendraria uma desconfiança em relação às percepções, como se os sentidos nos enganassem e, por conseqüência, fosse de pouco valor o conhecimento empírico subjetivo. As teorias objetivas da ciência, preches de verdade, espelhariam com mais propriedade o mundo real, e através de instrumentos técnicos, a exemplo do microscópio, aprimorariam e ampliariam os sentidos.⁵⁰ Então, a leitura científica das leis naturais se converteria na explicação última da realidade ou de como as coisas são em si mesmas. Entretanto, uma vez que identificava o fenômeno sensível com as coisas mesmas, Berkeley negava que uma ciência pudesse revelar acontecimentos não apreendidos pelos sentidos.⁵¹ Em outras palavras, essas noções incompatíveis com o julgamento de toda humanidade estariam a serviço de confusões e embaraços do entendimento gerando dúvidas e dificuldades sem fim.⁵²

Afirmando o real valor das qualidades classificadas como não objetivas, ou aparências imprecisas do fenômeno, Berkeley estava preocupado em defender a realidade tal como ela se apresenta à experiência sensível ordinária, pois tomar as coisas como o fenômeno perceptivo seria afirmar que elas têm existência apenas na substância percipiente. Com isso, afirmaria que os corpos são coleções de percepções sensíveis ou idéias; promoveria o imaterialismo como o meio natural para desvendar os enigmas e paradoxos originários da filosofia materialista e retiraria qualquer superioridade argumentativa desse suposto “realismo científico”, pretensamente capaz de agarrar e elucidar as relações causais. Como todas as coisas (exceto a mente) são inertes e, portanto, ineficazes, a filosofia imaterialista de Berkeley explicaria os fatos da experiência colocando-se a serviço tanto da metafísica quanto da epistemologia. E daqui resultariam duas tarefas cruciais a esse sistema: blindar a filosofia da ilusão de ver a ciência solucionar as suas questões de uma vez por todas e, como prescrição normativa

⁴⁷ Cf. **PKU**, § 50.

⁴⁸ Cf. **PKU**, § 14.

⁴⁹ Cf. **DHP II**, p.120

⁵⁰ Cf. **DHP II**, p. 208.

⁵¹ Cf. **DHP II**, pp. 229-230.

⁵² Cf. **DHP III**, p. 244.

epistemológica, evitar a abstração.⁵³ Com isso, refutaria tanto o ceticismo epistemológico quanto o ceticismo teológico.

O ceticismo epistemológico tinha suas raízes na suposição de um hiato entre a percepção e os objetos que compõem o mundo, gerando a conseqüente diferença dos objetos inteligíveis e dos objetos sensíveis ou, em outras palavras, a distinção entre realidade (as qualidades primárias) e aparência (as qualidades secundárias).⁵⁴ Sendo uma das principais causas de erro e dificuldade nas ciências, além de ir de encontro ao senso comum, o problema emergiria da perda do padrão de critério de correção e verdade, prescindindo do que há de mais simples e familiar em nós, a saber, a experiência, deixando como herança o mais completo solipsismo:

Supor uma distinção entre coisas e idéias leva para longe toda e qualquer verdade e, conseqüentemente, deixa-nos num ceticismo completo, uma vez que todo o conhecimento fica empobrecido quando confinado às nossas próprias idéias.⁵⁵

Para Berkeley, ceticismo e ateísmo são apenas faces diferentes da mesma moeda: a crença na matéria. Então, o ceticismo teológico surgiria da admissão da causa material, ao promover um mundo independente de um Criador e negar, portanto, que tudo que nos cerca é constituído pela linguagem do Autor da Natureza e presente em nossas mentes como efeito da Sua atividade causal.⁵⁶ Eis, pois, o argumento em favor da existência de Deus: se as idéias sensíveis não são causas de si mesmas, tampouco podem essas causas estar em nós, espíritos finitos e limitados; logo, a causa eficiente só pode ser Deus, que dá ordem ao mundo, garantindo a forma e o conteúdo veraz da percepção.

Deus asseguraria o efeito ontológico e cognitivo do conhecimento e transformaria a linguagem dos signos em um instrumento tornando o mundo perceptível ao homem. Tal compreensão resolver-se-ia no registro de regularidade, constância e permanência – características que só poderiam estar reunidas num Espírito infinito, onipotente e onipresente.⁵⁷ Vale notar que, embora esse Deus seja o mesmo da tradição cristã, aqui se trataria de um Deus lógico e necessário para a tarefa causal metafísica, a saber, o que quer que exista só pode se estabelecido numa relação interna entre o

⁵³ Cf. **DHP III**, pp. 257-258.

⁵⁴ Cf. **PKU**, § 86.

⁵⁵ **PC**, § 606.

⁵⁶ “Uma vez que se admite a matéria, desafio qualquer um a provar que Deus não é matéria”. (**PC**, § 625).

⁵⁷ Cf. **DHP II**, p. 215.

pensamento e a experiência. A defesa teológica se faz então menos por razões doutrinárias e mais por argumentos metafísicos:

É no entendimento de Deus que existem os arquétipos das idéias que fornecem todos os critérios e exigências de identidade como se tivessem existência absoluta.⁵⁸

Tudo que esteja eternamente percebido na mente de Deus é perceptível ao homem, não como representação, visto que assim carregaria consigo a idéia da existência de uma matéria, mas sim como idéia.

Vemos o que Deus vê, percebemos como Deus percebe. Dito dessa maneira, a percepção e o perceptível são idênticos, tornando possível que as percepções constituam séries coerentes e ordenadas. Tal coerência e ordenação bem podem cifrar o que chamaríamos o curso da natureza organizado pelas leis desse Autor e pela conexão entre os sentidos – linguagem com a qual Ele nos fala. As percepções transformaram-se, então, em conexões que seguem o curso natural de critérios qualitativos de vividez, estabilidade e coerência, de sorte que a intermitência do ser se dá apenas na percepção e não na existência, tornando-se possível ler e descobrir nas coisas as leis do universo.

A causalidade, para Berkeley, só pode ocorrer numa direção: na atividade de quem faz a inferência, ou seja, na mente do sujeito percipiente. E há razões para isso. Admitir que a causa seja um laço interno entre as idéias, assegurando uma conexão necessária, desembocaria em um materialismo; por outro lado, se a causa é sempre atividade, ela só pode estar na substância espiritual, humana ou divina. Por isso mesmo, não procede uma das críticas lançadas contra Berkeley, a saber, a de que retirar a matéria em favor de uma substância espiritual seria pouco mais que um jogo de cena sem qualquer mudança real.⁵⁹ Afinal, se da matéria nada podemos saber ou perceber, sendo óbvia sua inutilidade para o conhecimento, podemos ter uma noção da substância espiritual, ou seja, um conceito inferido das percepções pelo espírito que acompanham as paixões e as operações da mente.⁶⁰

A substância espiritual do outro nos ficaria assegurada quando percebemos, por exemplo, através de uma idéia imediata visual da cor, a palidez ou o rubor da sua face, como o significado, de maneira mediata, das paixões ou operações que vão pela sua

⁵⁸ BRANCO, R. A., *A Percepção Visual em Berkeley*, p. 117.

⁵⁹ Cf. PC, § 850.

⁶⁰ A esse respeito, diz Grayling: “O ponto crucial é que sem a experiência não obtemos as noções; assim, é inequívoco o empirismo de Berkeley.” (*Berkeley’s argument for immaterialism*, p.172).

alma.⁶¹ Da substância divina, certificamo-nos da sua existência, entre outras tantas coisas, pelo fato de não podermos escolher alguns signos, que antes se nos impõem, como quando, ao acordar, ao abrimos os olhos, nossa vontade não pode escolher o que vai aparecer ou não no campo visual, de sorte que, não sendo as idéias sensíveis causas de si mesmas, nem sendo nós sua causa, estas só podem ser atribuídas ao Autor da Natureza.⁶²

Qualquer tipo de ceticismo dissolver-se-ia na afirmação da identidade entre a experiência e o mundo, assegurando as idéias como as próprias coisas.⁶³ Assim, ficam justificados como objeto do conhecimento humano as idéias impressas pelos sentidos ou formadas pelas operações da mente, tais como a memória, a vontade, a imaginação, etc. Da mesma forma, a distinção entre as coisas e as idéias se desvanece, pois o *esse est percipi*. Em outras palavras, se as coisas são coleções de qualidades que por sua vez são idéias sensíveis existindo unicamente na mente, então para uma coisa existir é ser percebida.⁶⁴ Por outro lado, isso não impediria que, para conveniência da vida ordinária, imputássemos às coisas um poder causal, embora, de fato, seja através da atividade do espírito que teríamos a experiência da conexão entre eventos, instância última das operações produzidas pela atividade do Altíssimo. Revela-se, portanto, inútil e vazio o conceito de matéria, pois tudo que compõe o mundo, isto é, as leis mantenedoras e reguladoras do seu ordenamento seriam apresentadas e explicadas em termos de dois elementos de diferente natureza, a saber, mente e percepção.⁶⁵ Ademais, uma entidade extra-mental e inerte não produziria percepção alguma, por não ser passível de mudança, movimento, transformação.

O argumento berkeleyano imaterialista sustentar-se-ia por três princípios, a saber, (1) o princípio da distinção, que afirma a diferença entre mente e idéia; (2) o princípio da inércia, pois ser é ser percebido e (3) o princípio de identidade que proclama como semelhantes idéia e percepção.⁶⁶ Com esses princípios, fica claro o sentido de Berkeley intitular-se defensor do senso comum. Afinal, mesmo sem dirigir seus olhos para cima, ainda assim um homem simples pode categoricamente afirmar o azul do céu. Em contrapartida, quando diante de uma rosa, o filósofo materialista afirma a existência de poderes ocultos incognoscíveis como causa de a flor *parecer* vermelha,

⁶¹ Cf. NTV, § 9.

⁶² TVV, § 13.

⁶³ PKU, § 5.

⁶⁴ PKU, § 3.

⁶⁵ PKU, § 17.

⁶⁶ GRAYLING, A.G., *Berkeley's argument for immaterialism*, p. 184.

mesmo que no seu entendimento ela não o seja de fato.⁶⁷ Para ele, as regras da semelhança valeriam somente para as qualidades primárias ou idéias comuns a cada sentido, tais como extensão, forma, movimento, etc. Ora,

tal compreensão é a imposta pela corrente materialista, na qual alguma coisa inacessível à percepção seria a causa originária subjacente às qualidades percebidas.⁶⁸

Seria como se por detrás, por exemplo, de uma percepção visual marrom de graduação variada, dada ao tato como uma superfície lisa, com uma forma e determinado tamanho, houvesse além de tudo isso o objeto denominado mesa.⁶⁹

Para o sistema berkeleyano, a investigação filosófica teria como ponto de partida a análise da experiência, pois qualquer conhecimento diz respeito a como o objeto aparece para o sujeito, haja vista a não separação entre as qualidades, ficando assim constituída a cadeia do conhecimento: O nível primário (ou fenomenologia da consciência) consistiria dos dados sensíveis imediatos de cada sentido, das noções e dos compostos derivados de cada um ou de ambos. Tratado tão-só pelo escrutínio rigoroso da análise filosófica especulativa da experiência (a exemplo do problema do cego de Molyneux), é daqui que se reivindica a regra epistêmica de não haver idéias abstratas, sendo os conceitos não derivados da percepção vazios de significação. O nível secundário (ou o fenômeno da percepção) corresponderia então ao modo como a mente, porção ativa do mundo, dá origem ao fenômeno ordenado e familiar da experiência.⁷⁰

Nada do nível primário seria concebido sem o nível secundário. Todavia, o conteúdo da fenomenologia da consciência é sempre um fenômeno perceptual, isto é, sob a regência da atividade causal da mente o nível primeiro produziria o segundo nível. Poder-se-ia, por isso, considerar Berkeley um duvidoso empirista. A idéia de substância espiritual aparentemente solicitaria um recurso epistêmico não sensível. Porém, afirma ele: “Não há nada no intelecto que não emane dos sentidos”.⁷¹ Alcançado pela observação da constância e regularidade das percepções e transformado em linguagem para nossa maior comodidade e bem estar, o nível terciário (ou metafísico) descreveria

⁶⁷ “As idéias das qualidades primárias dos corpos assemelham-se a eles e suas configurações existem realmente nos próprios corpos; todavia, as idéias produzidas em nós pelas qualidades secundárias não tem semelhança alguma com eles. Nossas idéias em nada se assemelham ao que existe nos corpos em si mesmos”. (LOCKE, J., *An Essay Concerning Human Understanding*, II.VIII. 15).

⁶⁸ GRAYLING, A.G., *Berkeley’s argument for immaterialism*, p. 180.

⁶⁹ Logo, não nos parece proceder a fraqueza imputada por Bertrand Russel à filosofia de Berkeley. (Cf. *The Problems of Philosophy*, em especial o capítulo 4).

⁷⁰ NTV, § 130.

⁷¹ Cf. PC, § 779.

enfim como a atividade causal da mente produz o nível primeiro (nesse caso, a Mente Infinita) e o segundo nível (produto das mentes finitas).⁷²

Em essência, a noção de matéria seria rejeitada pela ausência de bases empíricas, bem como a aceitação da metáfora como matéria sendo a realidade que sustenta e explica a ligação dos seus acidentes.⁷³ Sendo o mundo formado por qualidades sensíveis, essas só poderiam existir enquanto percepções formadas na mente, ou seja, as idéias são os objetos dos sentidos ou do entendimento, e sempre de origem empírica. Porque há diferentes modos de perceber, tanto pelas inúmeras mentes finitas quanto por Aquele que eternamente tudo vê e percebe, afirma-se a intermitência como atributo da percepção e não da existência, negando o mundo externo à mente, ao afirmar que ser é ser percebido. Nesse sentido, Berkeley poderia servir para o debate epistemológico contemporâneo acerca do que significa ser realista, visto que defende a existência do mundo independente do pensamento e da experiência das mentes finitas.⁷⁴

2. O Idealismo

O idealismo, grosso modo, é uma afirmação filosófica de identidade entre as idéias e as coisas tais como percebidas ou concebidas pela mente, com propósito de resolver a suposta incompatibilidade entre o mundo aparente e o mundo real, origem de “abismo tão radical que já não poderíamos estar seguros acerca da existência do mundo real minimamente correspondente à nossa apreensão”.⁷⁵ Para Berkeley, esse abismo não estaria eficazmente vencido se tais garantias estivessem radicadas na defesa epistemológica de uma substância material extensa, que faria o mundo ser visto como um complexo mecanismo redutível a extensão, movimento, número, figura, e desprovido de qualquer qualidade sensível. E o abismo persistiria mesmo sendo admitida a substância pensante, bem como as suas verdades sendo garantidas como o lugar das relações de idéias pela não-existência do deus enganador, onde tudo pareceria ficar claro e preciso.

Insistindo mais uma vez no novo princípio, o *esse est percipi*, o idealismo berkeleyano defenderia um conhecimento seguro e real restrito às idéias, ou seja, a

⁷² Cf. **DHP** II, p. 216.

⁷³ Cf. **PKU**, § 17.

⁷⁴ Cf. **DHP** II, pp. 210-211.

⁷⁵ Cf. AYERS, M.R., *Berkeley, Ideas, and Idealism*, in **Reexamining Berkeley's Philosophy**, p.15.

crença na existência tal como percebida ou concebida pela mente, não havendo diferenças entre o produto da experiência ordinária e o objeto de qualquer investigação, seja na ciência, seja na metafísica. “E que percebemos além das nossas próprias idéias ou sensações? E não repugna admitir que alguma ou um conjunto delas possa existir sem ser percebido?”⁷⁶ Por conseguinte, a promoção do mundo físico constituído por uma substância material, causa das idéias ou sensações, seria inconsistente. “Ora, para uma idéia, existir em coisa não percipiente envolve contradição, porque ter uma idéia é o mesmo que percebê-la.”⁷⁷

Ao romper com qualquer teoria da representação que porventura afirme uma diferença entre a realidade formal e a realidade objetiva, Berkeley vai defender a heterogeneidade dos sentidos, a fim de estabelecer a unidade do objeto sensível entre a existência e a percepção, a partir da diversidade das idéias.⁷⁸ Diferentemente do tato, da audição, do olfato e do gosto, é muito mais a visão que nos daria a falsa impressão da existência de mundo exterior e independente da percepção – impressão reforçada pela imaginação ou sugestão e renovada pela linguagem.⁷⁹ Então, ao afirmar que não há uma idéia comum a quaisquer dos sentidos (nesse caso, à visão e ao tato), Berkeley utiliza-se do sentido que parece levar-nos à idéia de exterioridade, juntamente com o que parece vindicar uma idéia de matéria, mas para defender exatamente sua tese central: a heterogeneidade das idéias, principal argumento para seu idealismo. Destarte, quem se ativer às percepções atinge o verdadeiro conhecimento ou compreensão, o horizonte que a mente pode abarcar. Quanto maior este horizonte, tanto melhor o julgamento. Por isso, raciocinar é examinar; donde ser a idéia, mais que uma visão externa das coisas, uma percepção interna, oriunda dos órgãos dos sentidos, coincidindo com as coisas elas mesmas, de sorte que se pode reivindicar o retorno aos primeiros princípios claros e evidentes para a constituição de qualquer conhecimento – à metafísica, enfim, enquanto ciência desses primeiros princípios.

Estando somente subordinada às condições da percepção, a heterogeneidade das idéias acarreta o idealismo justamente por demonstrar que não há uma conexão necessária entre a visão e o tato, mas sim uma conexão mediada pelo hábito e cunhada pela experiência. Dessa forma, o mundo encontrar-se-ia dessubstancializado, não havendo uma matéria independente dos sentidos, determinada pela estrutura das coisas,

⁷⁶ PKU, § 4.

⁷⁷ PKU, § 7.

⁷⁸ Cf. BERLIOZ, D., *Introduction*, in **Berkeley: langage de la perception et art de voir**, p. 13.

⁷⁹ Cf. NTV, § 126.

nem qualidades primárias (extensão, forma, movimento, consistência, número) separadas das qualidades secundárias (cor, som, sabor, etc.), pois tal distinção envolveria a contradição de pressupor a absurda existência de uma matéria inerte.⁸⁰ Porquanto ser é ser percebido, nada pode assim existir separado de uma qualidade sensível perceptível. Ao pretender demonstrar a impossibilidade da abstração, Berkeley quer demonstrar especialmente, como se fora por distinção categorial, que uma idéia só pode ser semelhante a outra idéia em sentido fraco, isto é, ela não pode ser comparada a outra idéia qualquer, mas apenas a uma do mesmo sentido.

O idealismo de Berkeley ganhou poucos adeptos e foi rapidamente dispensado como se fora oposto ao senso comum – com o melhor do qual, ao contrário, ele sempre acreditou coincidir. Ora, rejeitar que nossas idéias representem alguma coisa de material e substancial fora de nós faz Berkeley transformar de maneira radical o conceito de causa, que deixa de ser uma ilação interna precisamente por sua natureza passiva, ligando-se agora ao conceito de significação dos sinais captados pelo espírito, através da ação, vontade e investigação. Dessa forma, a visão é “a linguagem em que o Supremo Espírito nos informa das idéias táteis”,⁸¹ permitindo-nos prever e agir dentro das associações que faz com as outras sensações.

Só a visão nos pode dar a idéia do todo e nos permite formar julgamentos que são imprescindíveis para a garantia da experiência. E, conseqüentemente, estar nessa posição é colocar-se de acordo com a maioria dos homens, ou seja, entre o que percebemos e conhecemos não cabem diferenças. Por isso, como descrito no § 37 do **Tratado Sobre os Princípios do Conhecimento Humano**, se cada objeto físico nada fosse além de uma coleção de idéias percebidas, teríamos sempre um conhecimento verdadeiro e público, no sentido de que mais de uma pessoa perceberia o mesmo objeto; enquanto as palavras, sendo de imposição arbitrária, comportariam variedades e diferenças.⁸² Ao vermos, digamos, parte de um pára-choque, uma porta e a maçaneta de um carro, vemos todo o objeto.⁸³ E essas afirmações são de todo compatíveis com o senso comum.

A compreensão dos três níveis da cadeia do conhecimento, para Berkeley, evidenciaria sua posição ao lado do senso comum, pois

⁸⁰ Cf. NTV, § 43.

⁸¹ NTV, § 147.

⁸² Cf. DHP III, p. 247.

⁸³ Cf. PAPPAS, G., *Berkeley, Perception, and Common Sense*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p.7.

Nas circunstâncias ordinárias da vida, conservam-se quaisquer frases, enquanto nos provocam sentimentos ou disposições para agir segundo nosso bem estar, mas errôneas se tomadas em sentido estrito e especulativo.⁸⁴

E o círculo do conhecimento, uma vez bem explicado, nos levaria a falar como o vulgo e a pensar como sábios. Por conseguinte, o que nos faz tomar eventos distintos como causas naturais – a fumaça como sinal do fogo (o fenômeno da percepção) – seria uma sucessão de idéias heterogêneas e sem conexões necessárias, porém dotadas de regularidade e constância apreendidas tão-só pela mente (a fenomenologia da percepção). Obra do Autor (o nível metafísico), a sucessão dá origem ao costume, à experiência e à linguagem comum.⁸⁵ Através da descrição de como o mundo é ou deveria ser, Berkeley tentava combater o ceticismo maior, qual seja, o conhecimento humano como de ordem pouco precisa e sem bases evidenciais para garantir então a existência do mundo tal como percebida. E, ao assim proceder, afastava o ceticismo mais tênue, isto é, a dúvida dirigida contra os sentidos como instrumentos imprecisos para apreender o real.

O argumento mais forte também vencendo o mais fraco. A raiz do ceticismo seria a distinção entre o que percebemos (a idéia) e o que se consideraria como o arquétipo da percepção (a idéia de).⁸⁶ A solução aqui é negar a diferença entre aparência e realidade, bem como seu resultado desastroso, a saber, a duplicação dos objetos. “Não estou transformando coisas em idéias, mas antes idéias em coisas”.⁸⁷ E, com isso, procurava-se esclarecer a natureza da cognição e as condições da verdade. Destarte, o propósito de Berkeley ao desacreditar a explanação da representação é mostrar que a sugestão (uma conexão baseada na experiência) é o único método que suporta verificação, sendo, portanto, o único testável e comprovável.

Ao rejeitar o substrato dos acidentes fora da mente (“se se pode falar em rejeitar o que nem na imaginação teve existência”),⁸⁸ Berkeley utiliza-se da heterogeneidade das idéias como negação da matéria e conseqüente crítica à abstração. A tese da heterogeneidade das idéias inicia-se como uma crítica à teoria geométrica.⁸⁹ Por não

⁸⁴ PKU, § 52.

⁸⁵ Cf. GRAYLING, A. C., **Berkeley The Central Arguments**, p.23.

⁸⁶ Cf. PKU, § 87.

⁸⁷ DHP III, p. 244.

⁸⁸ PKU, § 37.

⁸⁹ Certos comentadores de Berkeley, a exemplo de Armstrong e Pitcher, não consideram a heterogeneidade das idéias como pilar principal de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**. Porém, ao terminar cada seção da obra demonstrando a heterogeneidade das idéias, parece-nos que Berkeley quer reforçar essa tese como a questão central da obra.

explicar a origem da imaginação que liga a visão ao tato, promover-se-ia a falsa idéia, reforçada pela linguagem, de uma exterioridade advinda da visão, ou seja, “a sugestão comporta o erro e a denominação coisifica”.⁹⁰ O perceptível (ou, em outras palavras, a possibilidade da percepção) é o tato – sentido que daria estabilidade a uma idéia, possibilitando que esta seja lançada para fora da mente e, desse modo, se torne pública.

As idéias imediatas são básicas e, por corresponderem diretamente aos dados dos sentidos, seriam as mesmas para todos. As idéias mediatas dependem das peculiaridades e experiências de cada um, sendo, portanto, secundárias e variáveis de indivíduo para indivíduo. Contudo, ao reivindicar um primado “ontológico” para o tato e um primado “epistemológico” para o visível, é a experiência que transforma as conexões em noções e antecipações. A experiência, junto com a sugestão (que opera por indução), constrói o espaço e as posições das coisas, fundando o mundo e a possibilidade de compreendê-lo. Por ser sua estabilidade superior à sua variação e, por isso, estender-se ao futuro, a sugestão é muito mais reprodutiva do que produtiva.⁹¹

Berkeley utiliza-se de conexões lingüísticas para explicar as conexões naturais, que são criação do Autor da Natureza. De certa forma, tais conexões são arbitrárias como a linguagem humana, não havendo na experiência o que seria semelhança ou identidade.⁹² Porém, assim como as letras não podem deixar de sugerir o som, do mesmo modo o visível remete inexoravelmente ao tangível,⁹³ transformando o paradigma do *esse est percipi*, como se fora um jogo de fundo e figura. A interpretação pela sugestão começa a fazer-se no terreno do sensível, ou seja, o objeto ou unidade constrói-se graças à imaginação calcada na natureza, no real.⁹⁴

A nossa tarefa visual é entender como conhecemos a experiência visual, descartando a afirmação de que poderia ser uma deficiência do nosso sistema visual essa dissociação entre o mundo e a percepção. Por isso mesmo, o microscópio não implementaria uma melhoria no sistema visual, causando, ao revés, uma dissociação entre o signo e o significado e, embora de utilidade em outros campos, construiria uma

⁹⁰ GIL, F., **Berkeley: Uma Filosofia da Conexão**, p. 18.

⁹¹ Cf. NTV, § 144.

⁹² Cf. NTV, § 143.

⁹³ Cf. BRYKMAN, G.. *Microscopes and Philosophical Method*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**.

⁹⁴ “O pato-lebre é só o paradigma, a figura extrema de uma percepção que é sempre – já imaginação. Tacto e visão, a unidade que formam e o sentimento da exterioridade *suggest or signify one the other*, por um efeito de conexão ocorrendo necessariamente desde que uma aparência se dá ao olhar ou ao tato. Espontaneamente – automaticamente – a imaginação cria as coisas e interpreta-as como reais.” (GIL, F., **Berkeley: Uma Filosofia da Conexão**, p. 36.)

percepção que em nada contribui para a preservação da vida ordinária.⁹⁵ Quer dizer, nosso sistema visual operaria independentemente do tato e nele não haveria lugar para uma percepção imediata de um objeto tangível, e isso não por um erro ou por uma deficiência das suas operações. Aprenderíamos a associar o tamanho visível ao tangível sem prejuízo algum e sem precisar incorporar fatos ou acrescentar conceitos (como o de conexão necessária), apenas simplificando a explicação e resolvendo o problema, ao aceitarmos a heterogeneidade das idéias e seu resultado idealista.

Berkeley rejeita o olho microscópico e o telescópico porque estes supõem que qualquer parte da matéria, independente da mente, teria uma conexão causal apropriada com o visível, formulável por uma transformação geométrica baseada no cálculo entre a distância do objeto externo e a imagem na retina. Ora, se assim ocorresse, uma pulga visualizada nos seus mais ínfimos detalhes seria mais real do que vista a olho nu, como uma pequena mancha negra imprecisa. Fosse a visão microscópica mais precisa, carregaria consigo um certo status de verdade maior, enquanto a visão comum nunca corresponderia ao real. Contudo, deve-se ressaltar que, evidentemente, não se está a condenar o uso do microscópio ou do telescópio. Este não parece ser o caso, pois ver bem, dentro desse âmbito da heterogeneidade, significa remeter-se a uma correlação a mais próxima possível entre o tamanho visível e o tangível, e apenas nesse contexto ver através do microscópio ou do telescópio não seria de fato ver melhor.⁹⁶

O idealismo em Berkeley emerge como uma questão de princípio, pois baseado na heterogeneidade das idéias e,

quando os homens falam da extensão como uma idéia comum a dois sentidos, é com uma suposição secreta que podemos fixar à extensão todas as outras qualidades tangíveis e visíveis e formar daí uma idéia abstrata que seria comum a ambos, a visão e o tato.⁹⁷

Separar as qualidades primárias das qualidades secundárias imputaria às primeiras uma existência absoluta numa substância não percipiente e insensível ou inerte, posicionando-se frontalmente contra a grande tese imaterialista: o que não pode ser aprendido sensivelmente, tampouco serviria como meio de intermediação para qualquer conhecimento, visto que o *esse est percipi* e, mais a mais, nos enredaria numa teia urdida por uma razão cheia de palavras vazias e inúteis.

⁹⁵ Cf. NTV, § 85.

⁹⁶ Cf. NTV, § 85.

⁹⁷ NTV, § 122.

À abstração, só restaria como única possibilidade realizar-se na separação de uma idéia em face de outra idéia (como, por exemplo, um corpo sem braço), mas jamais poderia separar o objeto da sua própria percepção, tal como o movimento sem um corpo.⁹⁸ Logo, o imaterialismo e o idealismo pressupõem a inexistência de idéias abstratas e, ademais, ressaltariam que a primeira condição da existência é a visibilidade ou signo, visto ser o olhar quem constituiria e individualizaria o objeto – não sendo este mais que uma coleção de qualidades heterogêneas sem suporte material. E, assim, de modo singular, Berkeley nos enredaria em uma circularidade virtuosa.

Do imaterialismo explícito dos objetos visíveis, seguir-se-ia a indistinção entre qualidades primárias e secundárias, ou seja, fora de uma mente percipiente à idéia, se assim pudéssemos chamá-la, não caberia qualquer qualidade perceptível tangível ou visível – e, à subtração do signo, nada restaria.⁹⁹ Negar a matéria em favor de uma substância imaterialista e espiritual, em certo sentido, é fazer uma “terapia” da linguagem, mantendo a inteligibilidade do mundo e conferindo existência às coisas. E, sendo assim, o espírito é quem organizaria a percepção e criaria o hábito; a matéria seria, tão-somente, inútil e contraditória.¹⁰⁰

Seria essa a prova positiva de ser o signo quem torna possível a compreensão do todo, não havendo uma relação de reciprocidade entre o visível (o signo) e o tangível (o significado), porque este a nada se liga, a não ser consigo mesmo; por outro lado, sem o signo não há significação. A visão transforma-se numa linguagem em que o sentido corresponde à constituição e à individuação do objeto através da imaginação. Ressaltar a heterogeneidade das idéias seria aceitar que as idéias dos diferentes sentidos não são reproduções umas das outras, embora sejam, todavia, suplementares, proporcionando diferentes tipos de informação para a ampliação do entendimento e uma melhor compreensão do todo. Nessa compreensão, perceber é estar dentro do alcance sensorial, não cabendo diferença entre a existência e a essência, não por um parentesco de família ou similitude, mas por uma sugestão mediada pelo hábito, em que uma idéia representa indiferentemente outra idéia.

Depois de aprendida a conexão habitual entre as idéias heterogêneas da visão e do tato, os objetos próprios da visão formam uma linguagem através da qual regulamos as nossas ações em vista do futuro. Neste sentido, podemos dizer que ver é prever, pois

⁹⁸ Cf. **PC**, § 365.

⁹⁹ Cf. **ANL**, § 37.

¹⁰⁰ Cf. **PC**, § 464.

a visão nos dá a idéia do todo, transformando um conjunto de idéias diferentes e desconectadas em um objeto – produto de duas operações distintas e, contudo, complementares: uma operação visível, porque segue o princípio dos observáveis (ser é ser percebido) e que age por estímulo; enquanto a outra age por sugestão mediada pela imaginação, de sorte que, assim unidas, formam a idéia de objeto, do uno. Porém, é preciso entender que esta imaginação não é de todo livre. Ela opera dentro de determinados limites, ao contrário do delírio ou da ilusão, *primeiro* por depender de um estímulo, de ser percebida para existir; *segundo*, só é significativa dentro de um contexto, determinado pelo uso, tendo assim algum critério público e, *terceiro*, uma vez aprendida, a conexão deixa de ser arbitrária. Então, a unidade será a idéia visível enquanto ligada à idéia tangível por uma operação da imaginação.

A percepção visual expressa o que seja a percepção em geral para Berkeley, ou seja, um processo que inclui a imaginação e o aprendido através da experiência, levando-o a afirmar, em **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**.

a) a heterogeneidade radical dos seres sensíveis e, portanto, a inviabilidade de sensíveis comuns; b) a não existência de idéias abstratas que se sobrepujassem e anulassem em certa medida os efeitos da dita heterogeneidade; e c) que a unidade do objeto é fruto da mente, na sua relação com a experiência e, como tal, é a mente que efetua a individuação do objeto.¹⁰¹

Esta operação engloba a previsão de um futuro, tendo em vista dois objetos distintos: a garantia da sobrevivência (evitando o que nos causa dores e danos e privilegiando as fontes de prazer e bem estar físico) e a possibilidade do conhecer, compreendendo as leis da natureza em busca da verdade, em prol da ciência e da filosofia, colocando-nos, assim, a um só tempo, em ação conforme o senso comum e pensando como os sábios. Portanto, se a visão é uma linguagem, este é o seu modo específico de significar.

Conceber ou, o que é o mesmo, formar uma idéia com sentido só seria legítimo quando convertido em possíveis situações da experiência.¹⁰² Então, “é condição para posse e aplicação de um conceito ter valor de troca na experiência”.¹⁰³ Ao limitar o possível ou o que pode ser concebido pela experiência, distingue-se a fantasia e a ilusão da realidade e a noção de sentido passa a ter critérios de verdade mais rigorosos perante a afirmação do possível apenas como não contraditório. Tal como o imaterialismo, o

¹⁰¹ BRANCO, R.A., **A Percepção Visual em Berkeley**, p. 183.

¹⁰² Cf. **TVV**, § 18.

¹⁰³ GRAYLING, A. C., **Berkeley The Central Arguments**, p. 36.

idealismo também é um realismo porque reconhece os conteúdos da mente restritos ao que há ou pode haver.¹⁰⁴

3. Crítica a Linguagem

De acordo com Berkeley, a idéia não é um instrumento através do qual apreendemos os objetos; e, acerca deles, teríamos apenas um conhecimento parcial. Em verdade, o mundo sendo constituído de seqüências de idéias, não o percebemos por meio delas, uma vez que “uma idéia é o seu próprio objeto”.¹⁰⁵ O sentido seria então constituído em termos de evidência, ou seja, concebível em possíveis situações empíricas.¹⁰⁶ Um conceito só terá conteúdo se convertido num fenômeno da experiência. Desse modo, quando as palavras demarcam nada que possua um referente sensível, não se poderia fazer julgamento lógico algum.¹⁰⁷ A crítica à linguagem mostra-se assim central tanto para a rejeição da teoria materialista, quanto para a promoção da metafísica imaterialista, que considera como grande ilusão tomar os termos de significação geral como idéias abstratas, isto é, a crença que “todo nome traça e exhibe na mente uma idéia separada e distinta de todas as outras”.¹⁰⁸

A meta filosófica de Berkeley inscreve-se na procura dos primeiros princípios. Notadamente, encontrar as respostas certas e combater falsos problemas envolveria uma crítica do abuso e mau uso da linguagem, “origem principal de dúvida e complexidade da especulação como de erros e dificuldades inúmeras em quase todos os domínios do conhecimento”.¹⁰⁹ O cerne do problema seria a abstração enquanto tentativa de vincular cada palavra a uma idéia, como se houvesse um traço geral comum a todos os indivíduos de uma classe, uma espécie de essência interna abstraída de qualquer característica accidental e particular, bem como pensar o uso de uma palavra sempre trazendo à mente seu referente sensível.¹¹⁰ Embora a aplicação das palavras deva

¹⁰⁴ Cf. **PKU**, § 82.

¹⁰⁵ **PC**, § 660.

¹⁰⁶ Cf. **NTV**, § 130.

¹⁰⁷ “Tomando-se como certa a teoria das idéias de Berkeley, qualquer idéia abstrata é logicamente impossível; a descrição de suas características é uma contradição formal.” (BOLTON, M. B., *Berkeley's Objection to Abstract Ideas and Unconceived Objects*, in **Essays on The Philosophy of George Berkeley**, p. 63.)

¹⁰⁸ **ALC**, VII- 5.

¹⁰⁹ **PKU**, § 6.

¹¹⁰ “A avaliação do conhecimento é domínio prático de particulares, não a intuição de essências.” (**ALC**, VII- 11.)

referir-se às coisas ou objetos sensíveis, decerto nem sempre tratamos do mundo de modo direto, mas mediatemente através do uso dos signos ou linguagem.¹¹¹

Neste ponto importa-nos fazer algumas considerações sobre as diferenças concernentes ao que Berkeley entendia como abstração. Por um lado, uma idéia seria abstrata por não contemplar todas as percepções particulares possíveis e, logo, infinita e impossível de ser formulada e com isso passando a falsa impressão de ser o único modo para a explicação de como as idéias gerais podem se tornar universais, ponto vital para a universalização das leis da natureza. Problema de fácil resolução, uma vez que ser é ser percebido e, portanto, por todos testável e comprovável, fazendo com que a ciência berkeleyana tenha um traço deveras positivo. Do outro lado, as idéias abstratas seriam de formulação impossível, por separar o que não pode ser separado e, portanto, uma idéia sem conteúdo – a exemplo de uma linha sem cor ou comprimento, que não teria qualquer representação espacial dentro ou até mesmo fora da mente.¹¹² É abstração incognoscível e vazia de conteúdo que causaria o ceticismo, a maior preocupação desse irlandês.

Nesse sistema filosófico, uma proposição geral seria aquela que está em conformidade com todas as caracterizações particulares, sem traços essenciais e necessários anteriores à experiência.¹¹³ Um termo geral refere-se a qualquer percepção compatível com a coleção de idéias por ele nomeada e determinada no contexto e nas regras que estabelecem o seu uso. “Um termo pode referir-se a inúmeros indivíduos de uma classe e, contudo, reter um sentido unívoco.”¹¹⁴ Seria assim porque para Berkeley, a similaridade estaria na definição e não representação.

Uma coisa é manter constante a definição de um nome, outra é fazer com que ele represente sempre a mesma idéia; uma é necessária, a outra inútil e impraticável.¹¹⁵

Então um termo seria contraditório quando trouxesse em sua definição uma propriedade logicamente incompatível, *e.g.*, a definição de força como um princípio imanente e anímico da matéria ou, então, quando, sem critérios para sua identificação, seria de significado vazio – a exemplo da expressão espaço absoluto.¹¹⁶ Todavia, restaria um modo possível de abstração, qual seja: “considerar partes ou qualidades separadas de

¹¹¹ Cf. **ALC**, VII-5.

¹¹² Cf. **TVV**, § 127.

¹¹³ **PKU**, Introduction, § 15.

¹¹⁴ **BROOK, R.**, **Berkeley's Philosophy of Science**, p.13.

¹¹⁵ **PKU**, Introduction, § 18.

¹¹⁶ Cf. **DHP I**, p. 177.

outras com que estão unidas no mesmo objeto mas possam existir sem elas,”¹¹⁷ tais como imaginar um nariz fora de um face ou conceber o perfume da rosa fora de uma percepção imediata.

Construir um protótipo de uma idéia abstrata pela linguagem é dela fazer um mau uso, pois a nada remeteria. Seria a imaginação agindo através das conexões e subordinada a uma experiência que construiria a ilusão de que duas ou mais idéias heterogêneas formariam apenas um objeto, ou um nome. Ora, com isso, assegurar-se-ia não haver uma identidade entre as palavras e as coisas ou uma percepção imediata através da linguagem. E, por ser assim, é que um inglês, encontrando um estrangeiro que usa as mesmas palavras de seu idioma, porém em sentido contrário, mesmo estando acostumado a elas, não deixaria de fazer um julgamento errado acerca das idéias anexadas àqueles sons.¹¹⁸ Logo, a linguagem nunca é um fim em si mesma, mas sempre um meio de tornar pública a compreensão do mundo perceptível.

Se, como afirma no **Siris**,¹¹⁹ conhecer é compreender as relações entre as percepções, é preciso estar consciente de que a linguagem é sempre sugestão, evitando erros e abusos, através de uma terapia que nos levará a entender que ela só é significativa dentro do contexto do uso e sob determinadas regras.¹²⁰ O nome, por exemplo, nada mais sugere que um conjunto de idéias experimentado sempre de forma semelhante, e não como erroneamente pensam os doutos e os ilustrados, para os quais o nome daria conta de um único e mesmo objeto.¹²¹

O nome, assim como a idéia, não tem então um contorno limitado. Tal como uma figura se destaca do fundo, vai sempre depender do contexto, das regras do uso. Sendo esta operação de individuação arbitrária e derivada da comodidade da experiência, em vez de evocar um nome para cada idéia, é mais simples, por assim dizer, falar do objeto como se fosse um conjunto de percepções particulares variadas e mutáveis.

Portanto, o que quer que a mente considere como um, isso é a unidade. Toda combinação de idéias é considerada como uma única coisa e em sinal disso é marcada por um nome.”¹²²

¹¹⁷ **PKU**, Introduction, § 10.

¹¹⁸ Cf. **NTV** § 32.

¹¹⁹ **SRS**, § 253.

¹²⁰ Cf. **NTV** § 51.

¹²¹ Cf. **NTV** § 128

¹²² **NTV** § 109.

A unidade seria fruto de uma operação de denominação que põe nome aos recortes efetuados pela mente. Ao afirmar isto, Berkeley reivindica para as palavras, tal como para a percepção, o princípio de exigência dos observáveis (porque se refere a uma idéia particular e não a uma idéia abstrata) e o princípio de exigência de semelhança no sentido e não na representação. Dessa maneira,

por exemplo, o triângulo define-se ‘uma superfície limitada por três linhas retas’ e por este nome denota-se uma certa idéia e não outra. A isto respondo que na definição não se diz se a superfície é grande ou pequena, branca ou preta, se os lados são longos ou curtos, iguais ou desiguais, nem os ângulos segundo os quais se inclinam; em tudo pode haver grande variedade, e portanto nenhuma idéia determinada limita a significação da palavra triângulo.¹²³

Também por isso, o nome é sempre saturado e significativo, visto que, mesmo sendo arbitrário, após a sua familiarização e uso constante, terá sempre o mesmo sentido e, usada desse modo, a linguagem vai suscitar disposições e condutas e demonstrar a verdade, refletindo na experiência um padrão de comportamento.¹²⁴

Já a abstração, por não comportar limites, não se submete ao princípio dos observáveis, admitindo a separação das qualidades em primárias e secundárias e, conseqüentemente, as idéias abstrusas de matéria e de externalidade. A abstração só se submete ao princípio da semelhança em sentido forte, isto é, negando a heterogeneidade das idéias e conduzindo a uma contradição, pois aqui um signo análogo nunca evoca um sentido análogo. É sempre uma idéia insaturada e, por isto mesmo, incapaz de gerar a experiência, o hábito, o costume. Berkeley dirá que, para incluir-se uma idéia em uma classe, é preciso que haja semelhança, conformidade ou que provoque sempre o mesmo efeito com alguma coisa já percebida anteriormente e aí colocada, não podendo nunca ser inteiramente nova.¹²⁵ Por tais razões, as palavras devem ser sempre operadas como nomes, signo geral para significar idéias particulares, e nunca como termos abstratos, idéias que nada apontam.

O problema nasceria, sobretudo, do fato de que, para operar, a imaginação necessita de certo esquecimento, sendo por isso que, numa linguagem familiar, som e significado estão tão unidos que pareceria haver entre eles uma ligação por conexão necessária e não por contingência.¹²⁶ Torna-se imperioso afastar, então, as cortinas das

¹²³ PKU, Introduction, § 18.

¹²⁴ Cf. ALC, VII-8.

¹²⁵ Cf. NTV, § 128.

¹²⁶ Cf. NTV, § 51.

palavras para se chegar às coisas mesmas, onde o *esse est percipi*, e isto só se poderia encontrar na experiência, no uso dentro de um contexto.¹²⁷

Não houve, contudo, em Berkeley a intenção de negar ou mesmo menosprezar a importância da linguagem, sendo sua filosofia um projeto que, ao ultrapassar as percepções privadas, daria esse passo a mais em direção ao conhecimento. Embora reconheça a impossibilidade de pensarmos sem uma linguagem, uma vez que “se os homens ao pensar pusessem de lado as palavras seria impossível errar em questões de fatos. Certamente não posso errar em questões de simples percepção.”¹²⁸ Berkeley faz uso do homem solitário como mais um dos seus experimentos de pensamento para mostrar que, na ausência de inferências e construções teóricas, os fatos se revelam tais como são: as idéias caracterizadas pela passividade, sem ligações causais ou necessárias.¹²⁹ Sua recomendação seria um alerta para as ilusões criadas pelas palavras, a exemplo de uma existência sem percepção.¹³⁰

Uma abstração seria, na concepção berkeleyana, uma razão de extensão ininteligível, sem conteúdo determinado ou particular, o que a tornaria de impossível compreensão.¹³¹ E o que não possui delimitação finita é uma idéia cega, sem conteúdo. Ficaríamos, por assim dizer, condenados não a um mundo materialista ou externo à mente, mas a mundo nenhum, a um impedimento lógico a qualquer compreensão sobre o que nos rodeia. Desse modo, sendo contingente, a conexão não nos permitiria ir além da relação de uma palavra com a outra, em que cada signo só teria sentido dentro de uma conjuntura específica, sem uma ilação necessária que o atraia para uma idéia determinada.¹³² Ao confundir meios com fins, esquecemo-nos que a palavra é sempre sinal, nunca significado, não tendo uma finalidade em si mesma, porquanto não possui uma determinação precisa e única.¹³³ A palavra é, mas enquanto prognóstico. Apenas assim, utilizada de modo o mais rigoroso possível e segundo uma “terapia” que mantenha a constância das significações, a linguagem pode distribuir o conhecimento entre os homens.

¹²⁷ Cf. NTV, § 144.

¹²⁸ PC, § 693.

¹²⁹ Cf. PC, §§ 560, 589, 648 e 727.

¹³⁰ PC, § 584.

¹³¹ Cf. NTV, § 123.

¹³² Cf. NTV, § 144.

¹³³ Cf. NTV, § 120.

4. O Olhar do Filósofo

Marcado pelas grandes descobertas do universo através da ótica, o século XVIII tem como tema constante a visão como metáfora, sendo Berkeley um dos seus representantes mais originais ao utilizá-la como método filosófico crítico e analítico. Destarte, eis o olho do filósofo: míope (porquanto envolvido na inspeção minuciosa das idéias e da linguagem) e, ao mesmo tempo, amplo e metafísico, contemplando de um só golpe o todo, quase a ocupar o lugar da Providência.¹³⁴

Estranhamente contraditórias (como fora a experiência extrema de colocar-se ora como uma mente incorpórea ora como um cego de nascença para compreender a visão como paradigma de uma percepção inaugural), a visão humanamente míope e a visão como perfeição divina se entrelaçam a fim de fazer emergir a filosofia, tanto como continente quanto como conteúdo.¹³⁵ Ressalta-se assim ainda mais a visão como o *pathos* da sua filosofia, pois é esse sentido que aparentemente nos levaria a acreditar na existência de objetos externos independentes da percepção. Examinemos primeiro a visão míope.

A visão filosófica estreita e minuciosa do conhecimento teria como alvo mostrar a percepção enquanto fim em si mesmo, porquanto, a percepção não teria outro objetivo a não ser perceber tendo como critério a identidade em sentido forte: idéia e percepção é a mesma coisa. Então, a abstração, considerada por Berkeley como um dos maiores erros filosóficos da sua época, seria o sinal da necessidade do olhar se fazer míope. Criar uma abstração é dissociar o percebido do ato mesmo da percepção, da própria possibilidade de se fazer conhecer. Como poderia o espírito formar uma idéia de cor que não seja vermelha, azul, branca ou qualquer cor determinada? Que se aponte essa cor, desafia Berkeley, a um só tempo todas elas e nenhuma delas.¹³⁶ Nessa atmosfera, dizer que um espírito existe é dizer que ele percebe assim como dizer que uma coisa existe é dizê-la percebida, ou seja, que seu *esse é percipi*.¹³⁷ “O impasse parece completo: não podemos viver razoavelmente a crença no objeto exterior sem reconhecer a pertinência

¹³⁴ “No primeiro caso é significativa a inspeção minuciosa de um objeto definido; no segundo, a contemplação de todo o universo do ponto de vista da Providência” (BRYKMAN, G. *Microscopes and Philosophical Method*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p. 71).

¹³⁵ Cf. **NTV**, §§ 153-155.

¹³⁶ Cf. **PKU**, Introduction § 8.

¹³⁷ Cf. **PKU**, Introduction § 3.

das objeções”.¹³⁸ E aqui só haveria duas escolhas: percorrer a esmo o labiríntico ceticismo ou agarrar-se ao fio condutor do imaterialismo.¹³⁹

Pelo exame e mediação dos atos subjetivos da consciência, Berkeley limita o valor e o alcance do conhecimento, dissolvendo a percepção em uma série de átomos para melhor compreender o processo de associação, através do qual o conhecimento é estruturado. Assim, os princípios da experiência vão servir de base para a edificação de qualquer doutrina: para se determinar o valor do conhecimento objetivo, tornar-se-ia necessária a investigação das condições subjetivas das operações do entendimento. Tudo que é conhecido e pensado resulta da atividade de pensar e perceber exercidas pelo sujeito. Por conseguinte, se o *esse é percipi* uma coisa não poderia ser visualizada por intermédio de outra coisa que é ela mesma imperceptível. Não haveria como separar qualidades primárias das secundárias. O filósofo da representação ou da abstração, ao não reconhecer as percepções ou idéias como apresentações reais da existência, esqueceria o que vemos e tocamos são sensações, levando-nos a distinção abstrusa entre a idéia como arquétipo (aparência vazia) e uma interioridade inacessível (a causalidade), confundindo existência real com a idéia fantasiosa de existência absoluta.¹⁴⁰

Seria também a abstração que, ao causar uma inautenticidade do conhecimento, traria consigo um rebuscamento inútil da linguagem, isto é,

começa-se a construir sistemas menos sobre noções do que sobre palavras inventadas pelo vulgo unicamente para a comodidade e presteza das ações cotidianas, sem levar em conta a especulação.¹⁴¹

A linguagem, ao ser regida por um princípio de significação, mudaria de sentido e de acordo com o contexto e, conseqüentemente, estaria sujeita ao mau uso e abuso.¹⁴² Agindo através das conexões e subordinada a uma experiência, a imaginação construiria a ilusão de que duas ou mais idéias heterogêneas formariam apenas um nome, o que, à primeira vista, nos faria erroneamente pensar que

objetos gramaticais, se significativos, deveriam ter referentes sensíveis e, do mesmo modo, que o entendimento consistiria em uma tradução imediata do signo em um referente sensível.¹⁴³

A palavra já traria consigo a prescrição do seu uso e, dessa forma, seria a idéia que se remeteria à palavra e não o contrário, uma vez nenhuma idéia poder representar um

¹³⁸ LEBRUN, G., *Berkeley ou le sceptique malgré lui*, in **A Filosofia e sua História**, p. 427.

¹³⁹ Cf. **PKU**, Introduction, § 1.

¹⁴⁰ Cf. **DHP II**, p 228.

¹⁴¹ **DHP II**, p 246.

¹⁴² **PKU**, Introduction, § 6.

¹⁴³ BROOK, R. J., **Berkeley's Philosophy of Science**, p. 7.

número infinito de percepções particulares e, logo, só poder significar enquanto idéia geral e não como uma abstração. Porta-voz de Berkeley, Euphranor diz no **Alciphron** que as palavras são como fichas em um jogo: embora cada ficha signifique determinada quantidade, fazemos uso dela sem precisar nos reportar a cada instante a quanto ela se refere.¹⁴⁴

É preciso estar consciente da linguagem como um instrumento determinado por regras e significativo tão-só dentro de um contexto, em que suas palavras representam um conjunto de idéias heterogêneas. É, pois, dessa maneira que o nome triângulo significa indiferentemente um triângulo agudo, obtuso, equilátero, grande, pequeno, de ferro, de madeira, vermelho, amarelo, etc. Portanto, um termo torna-se geral e significativo e pode referir-se a qualquer percepção particular de propriedades compatíveis com a coleção de idéias nomeada por ele. Nesse tratamento, além de comunicar idéias, evidenciam-se todos os outros possíveis usos de uma linguagem, a saber: “exaltar uma paixão, excitar ou combater uma ação, dar ao espírito uma disposição particular”.¹⁴⁵ Procurar investigar as condições que devem ser satisfeitas para que possamos ter e compartilhar um mundo sem erros é refletir sobre todo o sistema de significação. Só assim nos livraríamos das situações nas quais as palavras não corresponderiam a idéia alguma: (1) definições contraditórias, como a da matéria; (2) termos vazios, a exemplo do movimento sem direção, velocidade ou duração.¹⁴⁶

No **Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano**, Berkeley fará uma distinção entre entendimento e vontade. O entendimento é uma idéia passiva, diretamente recebida dos sentidos – logo, muito mais forte e vívido. A vontade, produzida pela imaginação e pela memória, embora oriunda do entendimento, é menos vívida e mais desorganizada. E, para Berkeley, esta seria a cadeia do conhecimento:

Os sentidos suprem a memória com imagens. Estas se tornam objetos sobre os quais a imaginação trabalha. A razão considera e julga as imagens da imaginação. Estes atos da razão tornam-se novos objetos para o entendimento.¹⁴⁷

Ora, o olhar míope, característico do entendimento e da filosofia, seria, também, o olhar da ciência. Poderia, contudo, através da ação da imaginação, cair em dúvidas e paradoxos, e o que seria virtude transformar-se-ia em vício. Tal como uma mosca na catedral, que, impedida de apreciar a beleza do conjunto pela pequenez do espaço

¹⁴⁴ Cf. **ALC**, VII-5.

¹⁴⁵ **PKU**, Introduction, § 20

¹⁴⁶ **BROOK**, R. J., **Berkeley's Philosophy of Science**, p.11.

¹⁴⁷ **SRS**, § 303.

visual, enxergaria apenas ligeiras imperfeições de efeito irrelevante, o olhar estreito torna-se agora, pela ação da vontade, sinal patognomônico de estreiteza da mente.

A miopia necessária para limitar e restringir o que de fato pode ser conhecido, perde-se em minúcias e questões tolas ao tomar a parte pelo todo e o meio pelo fim.¹⁴⁸ Com efeito, a ciência, ao sair em busca de uma explicação para a existência contínua dos objetos, teimando em afirmar a necessidade de uma substância íntima do mundo, põe em dúvida o conhecimento sensível. Tratar da causalidade seria um remontar-se de causa em causa, investigando um pseudo-problema – e, por conseqüência, sem resolução. Por outro lado, certa filosofia praticada pelos filósofos de segunda mão, ao tornar-se mero receptáculo acrítico dos conceitos da ciência, acabaria por transformar-se em agente propagador de novidades banalizantes com fins especulativos. Essa seria pois a essência do filósofo menor, “aquele que entre os mundanos passaria por teórico profundo e entre os que vivem da especulação pareceria grande conhecedor do mundo”.¹⁴⁹

É dentro desse cenário que o olhar míope do sábio rapidamente vira um olhar amplo, metafísico. Único olhar, nesse ponto, capaz de alargar a mente.

Assim como as enfermidades do corpo são tratadas pela medicina, os males da mente, por sua vez, são tratados pela filosofia, parecendo, portanto, que a filosofia é a medicina da alma humana.¹⁵⁰

O olhar amplo, de natureza metafísica e, por conseguinte, exclusivo do filósofo de primeira grandeza, ao tempo que procura as condições de possibilidade do conhecimento, sabe dar limites à razão e à imaginação, trata do mau uso e abuso da linguagem, para chegar à origem e fim de tudo, o pensamento. Como conhecer é compreender, o conhecimento seria muito mais demonstrativo do que explicativo. Por isso, para Berkeley, os fundamentos de uma ciência empírica, assim como de uma crença religiosa qualquer, não poderiam ser estabelecidos por um método indutivo. Ambos só poderiam estar alicerçados em base metafísica, por ser esta a ciência dos primeiros princípios.

Em suma, a filosofia em Berkeley significa reflexão sobre o conhecimento, em que as idéias dos sentidos são as que constituem o mundo físico procedendo, simultaneamente uma análise do sentido do enunciado. Estar nessa posição é afirmar uma identidade forte entre o *esse e o percipi* e, sobretudo, o estar imune a afirmações

¹⁴⁸ Cf. *The Guardian*, Works VII, p. 207

¹⁴⁹ *The Guardian*, Works VII, p. 206.

¹⁵⁰ *ALC*, III-16.

tolas e ingênuas tais como a adotada por Erotylus, um filósofo pequeno, que, ao ouvir falar sobre as novas pesquisas acerca da vida dos moluscos, lamentou ter nascido homem e desejou ser ele mesmo uma lesma.¹⁵¹ Ao retirar os véus das crenças ingênuas em favor de uma posição crítica, a filosofia de Berkeley afigurar-se-ia assim uma lição formadora de tal espírito.¹⁵²

¹⁵¹ Cf. **ALC**, II-14.

¹⁵² E quando uma inquietação nasce justamente da excessiva seriedade de uma sã filosofia, como afirma Bento Prado Junior, “é preciso muito mais para perder o medo de rir da filosofia, de si mesmo e do mundo – é preciso também aprender a rir através da filosofia” PRADO Jr. B., *Por Que Rir da Filosofia in Alguns Ensaios*, p.150.

CAPÍTULO II: A Visão em Berkeley: O Problema de Molyneux

Em carta datada de julho de 1688, William Molyneux faz uma pergunta a Locke: Um homem adulto, cego de nascimento, que distinguia pelo tato um cubo de uma esfera, caso começasse a enxergar, à primeira vista, apenas por olhar, apontaria qual era o cubo e qual era a esfera e, antes de estender as mãos, saberia haver uma distância entre ele e os objetos?¹⁵³ Após publicação no **Ensaio Acerca do Entendimento Humano** de Locke, o problema torna-se célebre, haja vista os filósofos que a ele se dedicaram. Além do próprio Locke, debruçaram-se sobre o problema Diderot, Condillac, Voltaire, Leibniz. E tratamentos mais contemporâneos, como o de um Gareth Evans, mostram sua relevância e atualidade. Contudo, é certamente Berkeley quem o torna mais célebre e radical, usando-o como paradigma não só da percepção da forma e da distância, mas também do tamanho e da grandeza dos objetos, com o objetivo de demonstrar, por essa via, a heterogeneidade das idéias – que, como dissemos e repetimos, é tese central a **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**.

O caso do cego de Molyneux serviu como experimento de pensamento para uma questão dominante na filosofia da época, a determinação dos universais, ou seja, se expressões como homem, triângulo, etc., tornar-se-iam gerais por abstração ou por representação de idéias advindas da experiência. Ora, é justamente contra a noção de idéias gerais como abstrações derivadas de uma inferência racional quando oposta à noção de idéias sensíveis dependente da percepção que se volta a crítica de Berkeley.

Falar do sistema visual como uma operação representada por linhas e ângulos, por uma espécie de geometria natural, é criar uma abstração que descola o percebido daquilo que ele é – o que pressupõe uma idéia vazia, porquanto não poderia haver um conteúdo representacional que corresponda a alguma forma do real, além de levar-nos ao absurdo de aventar a possibilidade da existência de objetos fora de uma mente que os percebe e, conseqüentemente, ao conceito inútil e vão de matéria, que se colocaria tão-somente a serviço de um ceticismo. Entender o que vemos depende da natureza e

¹⁵³ Cf. DEGENAAR, M., **Molyneux's Problem**, p.17. (Denominado como a questão, o problema ou o cego de Molyneux, adotaremos as duas últimas referências).

perspectiva do observador e, se assim é, uma teoria sobre a óptica geometrizada estaria comprometida com a distinção entre o mundo visível (resultante das operações dos nossos órgãos dos sentidos) e o mundo externo corpóreo de onde parte o estímulo. Agora, se isto corresponde a julgamentos que explicam como vemos, não pode versar sobre o mundo externo; logo, seríamos vítimas de uma ilusão sobre o que verdadeiramente percebemos e, por conseguinte, haveria uma aplicação errônea dos princípios geométricos sobre a questão das idéias de visão. Explicar com sucesso a compreensão teórica ou inteligível das propriedades visuais depende, pois, de uma justificação que se manifesta como tarefa filosófica.¹⁵⁴

Para Berkeley, as idéias imediatas são básicas e primárias. Por corresponderem diretamente aos dados dos sentidos, são as mesmas para todos. As idéias mediatas são secundárias, dependentes da experiência e do aprendizado e, por isso, variam de indivíduo para indivíduo. Haveria, pois, o conhecimento sensorial imediatamente percebido e o conhecimento de razão ou inferencial, porém baseado em última instância numa percepção sensível.

É evidente que, quando a mente percebe qualquer idéia, não imediatamente nem por si mesma, deve ser por meio de alguma outra idéia. Assim, por exemplo, as paixões que estão na mente do outro são, por si mesmas, invisíveis para mim. Posso, todavia, percebê-las pela visão, embora não imediatamente, mas por meio das cores que elas produzem no semblante. Muitas vezes, vemos a vergonha ou o medo na fisionomia de um homem através da mudança que percebemos no seu semblante para o rubor ou a palidez.¹⁵⁵

Refletida de forma mediata, a visão não seria uma questão de estimulação sensorial imediata entre o olho e os objetos externos. Tal percepção seria produto da aprendizagem baseada na experiência e reforçada pelo hábito. Ao estabelecer em que devem consistir os primeiros princípios para essa ciência, **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão** é um trabalho de ciência, uma vez que tenta demolir alguns postulados para construir o objeto específico de visão. Entretanto, a seu modo, constitui também uma epistemologia, que, por sua feita, reflete e remete enfim a uma ontologia, de sorte que, mesmo quando reivindica algum parentesco (mesmo distante) com a ciência, esta obra berkeleyana o faz através de um viés inequivocamente filosófico. E tal viés é decerto predominante, pois é uma “teoria científica” para demonstrar o que é e como se compõe o mundo (ontologia), afirmando a unidade como uma inferência do

¹⁵⁴ Cf. BERLIOZ, D., *Introducion*, in **Berkeley: langage de la perception et art de voir**, p. 14.

¹⁵⁵ NTV, § 9.

entendimento construída através das diferentes idéias dos vários sentidos. Por conseguinte, *a maçã* é uma idéia composta por forma e consistência (idéias táteis), cor (idéia visível), cheiro (idéia olfativa) e sabor (idéia gustativa).¹⁵⁶

A visão é uma linguagem, na qual os dados sensíveis constituem o signo natural de outros dados dos sentidos. Em tal contexto, o tato é conjunto de significados contingentes, porque dependentes da experiência particular de cada indivíduo. Tudo isso reforça quanto esta é uma teoria filosófica, que procede de modo analítico para estabelecer os princípios de como vemos, ou mais precisamente de como se constitui o objeto visível, diante de um mundo imaterial e ideal. Considerando que ser é ser percebido, a teoria examina o que determina quanto pode ser percebido imediatamente e o que pode ser apreendido mediamente pela sugestão, e só então examina as possibilidades de emitir juízos verdadeiros.¹⁵⁷

Na metafísica de Berkeley, o seu viés idealista afirmaria ser o objeto uma coleção de idéias heterogêneas originárias da experiência sensível.¹⁵⁸ Por sua vez, o imaterialismo asseguraria a possibilidade da existência dos universais, porquanto o objeto é percebido de imediato sempre da mesma forma e de modo real.¹⁵⁹ As idéias, então, são entidades não materiais, mentalmente construídas e de existências dependentes da percepção.¹⁶⁰ E o mundo constituir-se-ia de espíritos finitos e do Infinito (parte ativa) e idéias ou coleções de idéias (parte passiva). Porém, por ocasião de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, Berkeley admitia (ou, pelo menos, insinuava) a possibilidade de os objetos próprios do tato existirem fora da mente.¹⁶¹ Ele só radicalizará, portanto, seu idealismo, explicitando a afirmação de que nada pode corresponder a uma realidade extra-mental, a partir do **Tratado sobre os Princípios do Entendimento Humano**, escrito um ano depois. Por isso, essa obra sobre a visão tem sido lida apenas como uma peça do idealismo e, logo, como se estivesse a meio caminho da metafísica berkeleyana.¹⁶²

¹⁵⁶ Cf. PKU, § 1.

¹⁵⁷ “Essa ligação entre palavras e coisas e palavras e ações é a mesma feita recentemente por Russell e Wittgenstein, entre outros.” (TURBAYNE, C.M., *Editor’s Commentary*, in **Berkeley, G., Works on Vision**, p.XV.)

¹⁵⁸ Cf. DHP, p. 234.

¹⁵⁹ Cf. PC, § 547.

¹⁶⁰ Cf. PAPPAS, G., *Berkeley, Perception, and Common Sense*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p.3.

¹⁶¹ “A magnitude do objeto que existe fora da mente e está a uma distância, continua sempre invariavelmente a mesma”. (NTV, § 55).

¹⁶² Cf. ATHERTON, M., **Berkeley’s Revolution in Vision**, p.10.

Nós nos situamos em oposição a essa interpretação. *Primeiro*, havia alguns motivos para Berkeley admitir, até então, a existência da matéria nos objetos do tato. Em especial, um receio de ter sua primeira obra rejeitada pela crítica especializada e pelo público em geral, preferindo assim uma “sábua economia da verdade do imaterialismo”, do qual, contudo, já estava plenamente convencido ao tempo que escrevia esse seu primeiro ensaio.¹⁶³ *Segundo*, notamos ser tal fato reforçado pelo próprio Berkeley, no § 44 do **Tratado sobre os Princípios do Entendimento Humano**, no qual afirma, a esse respeito, ter sido sempre seu intuito refutar a idéia de que objetos tangíveis possam existir fora da mente.¹⁶⁴ *Terceiro*, a heterogeneidade das idéias, tese principal do ensaio sobre a visão, tem como uma das suas conseqüências lógicas a crítica à separação entre qualidades primárias e qualidades secundárias, com o que Berkeley já repele a possibilidade de abstração entre o percebido e a capacidade de percepção (o perceptível). Ora, se não podemos separar cor (objeto visível) e extensão (objeto tangível), sendo aquela um objeto interno, também a extensão só poderá, logicamente, estar jungida a ela na mente. Com isso, mesmo de um modo mitigado, o imaterialismo já se afirma na teoria da visão. *Quarto*, no § 19 da **Teoria da Visão Justificada e Explicada**, ao afirmar que os seres que têm existência externa só podem ser objetos de outra ciência, Berkeley enuncia talvez pouco mais que um truísmo, a saber, que não poderiam ser próprios da faculdade visual por serem externos, ultrapassando *a fortiori* os limites de um tratado óptico, uma vez que os objetos da óptica (salvo luzes e cores) são todos objetos mediados pela sugestão, ou seja, significam objetos próprios e imediatos do tato. Por outro lado, podemos também perceber aqui a expressão enviesada de certa ironia, pela qual consideraríamos essa “outra ciência” como uma ciência dos doutos, cultos e eruditos – ciência que, de resto, não teria objeto nenhum, além de seus falsos problemas e controvérsias inúteis. Enfim, *quinto*, como a sugestão (cujo produto final é uma verdade indutiva) envolve uma mente ativa, a investigação de Berkeley está em plena concordância com a noção de metafísica compreendida como estudo das causas ativas, a saber, dos efeitos causados pela ação da vontade de espírito.

¹⁶³ “O ensaio também é uma obra sobre a metafísica e como tal tem dois aspectos. De um lado é uma afirmação *ad interim* de parte, e apenas de parte, do problema de Berkeley contra a matéria (...) Mas, por outro lado, dentro das bases da experiência visual, elabora um princípio válido para toda experiência sensível e, portanto, *estabelece o princípio maior do imaterialismo levado em consideração no Tratado sobre o Entendimento e permanecendo com Berkeley durante toda a sua vida.*” (LUCE, A. A., *Editor’s Introduction*, in **The Works of George Berkeley**, p. 148. Grifo nosso).

¹⁶⁴ Cf. **PKU**, § 44.

Outro aspecto da má compreensão da qual padecem as obras sobre a visão seria uma leitura, a nosso ver, equivocada, que se inicia no § 18¹⁶⁵ e se estende até o § 20¹⁶⁶ da **Teoria da Visão Considerada e Explicada**. Como o objeto deste estudo são as idéias, seria um erro procurar as causas em um poder invisível, não perceptível (como a matéria ou o agente que as produz). Tal causa não faria parte de uma ciência da visão; afinal, só conhecemos os efeitos e não a verdade exata da causa. Poder conhecer com verdade e clareza é concentrar a atenção sobre as perguntas certas, e elas não podem ser do tipo “o que é”, mas sim “como é” – neste caso, como as idéias são apreendidas juntas e qual a natureza da sua conexão, se baseada na semelhança, numa necessidade geométrica ou na experiência e no costume.

No § 43 da **Teoria da Visão Considerada e Explicada**, Berkeley responde como uma idéia pode significar outra idéia de natureza tão diferente, se não há entre elas uma conexão necessária: a “resposta apropriada é que isso se dá em virtude de uma conexão arbitrária instituída pelo Autor da Natureza.” A presença de Deus em um tratado sobre a visão decerto o subtrai do território da mera cientificidade. Essa presença alcança mesmo alguma centralidade lógica, embora não se traduza em uma prodigalidade de citações. Por exemplo, dentro do projeto berkeleyano, a questão da imaginação é um ponto principal da teoria óptica, um seu nó górdio, a ser porém desatado e não simplesmente cortado.¹⁶⁷ Cabe teoricamente à imaginação poder decidir como percebemos o tátil como visível e, primordialmente, nosso limite no que tange às alucinações, de sorte que um determinado homem nos aparece como tendo uma mesma altura quer o avistemos mais perto ou mais longe.¹⁶⁸ Ora, se as idéias sensíveis não são causas de si mesmas, tampouco podem essas causas estar em nós, espíritos finitos e limitados; logo, a causa eficiente só pode ser Deus, que dá ordem ao mundo, garantindo a forma e o conteúdo verazes da percepção. Deus assegura assim o efeito ontológico e

¹⁶⁵ “Seria errado, portanto, que alguém, ao começar a tratar da natureza da visão, ao invés de concentrar-se nas idéias visíveis, definisse o objeto da visão como aquela obscura causa, aquele poder ou agente invisível que produz idéias visíveis em nossas mentes. Certamente, tal causa ou poder não parece ser o objeto nem do sentido nem da ciência da visão, à medida que o que conhecemos por meio destes diz respeito aos efeitos.” (TVV, § 18).

¹⁶⁶ “Ainda que eu possa ter uma noção errônea da causa, ou estar completamente ignorante da sua natureza, isto, contudo, não me impede de fazer juízos verdadeiros e certos sobre minhas idéias: saber quais são as mesmas e quais são diferentes, em que concordam e em que discordam, quais estão conectadas e em que consiste essa conexão, se está fundada em uma semelhança de natureza, numa necessidade geométrica ou meramente na experiência e no costume.” (TVV, § 20).

¹⁶⁷ Cf. TVV, §52.

¹⁶⁸ Cf. NTV, § 60.

cognitivo do conhecimento e transforma a linguagem dos signos em um instrumento para que o homem possa perceber e conhecer o mundo.

Tudo eternamente percebido na mente de Deus é perceptível ao homem, não como representação, visto que assim carregaria consigo a idéia da existência de uma matéria, mas sim como idéia. Vemos o que Deus vê, percebemos como Deus percebe. Dito dessa maneira, a percepção e o perceptível são idênticos, tornando possível que as percepções constituam séries coerentes e ordenadas. Tal coerência e ordenação bem podem cifrar o que chamaríamos de experiência, um curso da natureza organizado pelas leis deste Autor e pela conexão entre a visão e o tato, linguagem com a qual Ele nos fala. As percepções transformaram-se, então, em conexões que seguem o curso natural de critérios qualitativos de vividez, estabilidade e coerência, de sorte que a intermitência do ser é só na percepção e não na existência, tornando-se possível ler e descobrir nas coisas as leis da natureza.¹⁶⁹

Considerar **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão** uma obra plena da metafísica de Berkeley não faz, porém, desaparecer de imediato todo e qualquer aspecto obscuro. Afinal, se para seu próprio autor esta é uma obra da ciência, em que medida podemos, com legitimidade, afirmar o contrário? Para tanto, levantaríamos duas hipóteses. Em primeiro lugar, no século XVIII, ainda era pouco precisa a separação radical entre ciência e filosofia, haja vista que Berkeley também se reporta ao que hoje denominamos de ciências exatas, simplesmente, como filosofia da natureza. Então, tratar de questões metafísicas era estar no âmbito do amplo conceito de ciência dessa época, sem que isso significasse uma relação de parentesco estrito com a filosofia da natureza, por exemplo, de Newton, Kepler, e até mesmo de Barrow e Tacquet. Em segundo lugar, ao tratar de questões típicas da ciência, tais como a de a imagem chegar invertida à retina e não obstante ser percebida em posição direita (ou ainda a de como explicar que apareça maior a lua no horizonte do que no meridiano, tratando-se todavia de um único e mesmo astro), as respostas de Berkeley são de todo *sui generis* para uma ciência dita formal, porque ele não chega a dar uma resposta positiva, contentando-se antes com mostrar quão insuficientes são, até aquele momento, as soluções dadas para tais problemas.

A crítica a uma teoria visual em termos de mudanças fisiológicas, de impulsos sensoriais ou de cálculos e de cálculos geométricos não significa uma rejeição ou

¹⁶⁹ Cf. BRANCO, R. A., **A Percepção Visual em Berkeley**, pp. 151-152.

negação da produção científica. Ao contrário, a ciência seria o alargamento da compreensão dos fenômenos da natureza passando da experiência privada para o domínio público. Para Berkeley caberia a filosofia explicar a questão básica do que significa ver. Em outras palavras, o que é pertinente à consciência daquele que vê. E aqui haveria uma inversão: antes de explicar a fisiologia, a física ou a geometria do espaço visual se faz necessário determinar e delimitar o objeto e este procedimento epistemológico teria uma natureza metafísica, logo, campo da filosofia.¹⁷⁰

1. A Consideração da Distância

O modo como vemos a distância está diretamente ligado ao estatuto da percepção em Berkeley e poderíamos dizer que aí já se encontra um dos temas mais fortes deste sistema: *o esse est percipi*. A percepção é o princípio que, subjacente a qualquer conhecimento, dá forma às idéias e determina o limite do mundo:

Em vão, qualquer homem pode dizer-me que eu percebo certas linhas e ângulos que introduzem na minha mente as várias idéias da distância, uma vez que eu mesmo não esteja consciente de tal coisa.¹⁷¹

No tratamento acerca da distância, Berkeley procura realçar dois fatores: 1) uma melhor justificação para os fatos que correspondem à percepção da distância em oposição a uma explicação dada por uma teoria geométrica; 2) a conclusão (para ele, absolutamente nova e surpreendente) de que nem a distância, nem as coisas colocadas à distância são em si mesmas percebidas pela visão, ou seja, a idéia da distância seria de natureza inteiramente não visual.¹⁷² Colocado de forma simples e direta, o § 1 de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão** mostra de maneira clara o propósito de Berkeley, que nele afirma tratar da diferença entre as idéias da visão e do tato, examinando se há alguma idéia comum aos dois sentidos, através do modo como percebemos a distância, a grandeza e a localização dos objetos. Berkeley ressalta o que, segundo acredita, constituiria o maior erro filosófico da sua época, qual seja, o de supor

¹⁷⁰ Embora anteriormente mencionado, esse parágrafo, entretanto, por sua função estratégica, merece ser citado de modo mais extenso: “Explicar como a mente ou a alma humana vê é a primeira coisa e pertence à filosofia. A consideração de partículas movendo-se em linhas retas, da refração, da reflexão ou cruzamento dos raios de luz como formando ângulos é a segunda coisa e pertence à geometria. Explicar o sentido da visão através do mecanismo ocular é a terceira coisa e relativa à anatomia e experimentos. De natureza especulativa, as duas últimas são de uso prático, a fim de corrigir os defeitos e remediar os distúrbios da visão, concordes com as leis naturais do sistema do mundo. Todavia, é a primeira teoria que, considerada como a faculdade da alma, nos faz entender a verdadeira natureza da visão.” (TVV, § 43).

¹⁷¹ NTV, § 12.

¹⁷² Cf. NTV, § 45.

que a percepção de um único e mesmo objeto pode dar-se de igual maneira, porém por sentidos diferentes.

Caso admitido por todos que a distância, em si mesma e imediatamente, não poderia ser vista, restaria investigar como pode ser percebida.¹⁷³ O primeiro passo é mostrar a inadequação de uma teoria geométrica para a explicação da percepção da distância – ponto em que Berkeley vai iniciar sua crítica à teoria da representação racionalista, particularmente dirigindo-se contra Descartes e Malebranche, e também contra alguns físicos, a exemplo de Barrow e Tacquet. Esta crítica denuncia que a teoria geométrica se serve de dois modelos diferentes para falar da distância, ambigüidade oculta por um mau uso da linguagem. Para as questões referentes às grandes distâncias, faria uso da sugestão (através da comparação quanto ao tamanho, a imprecisão ou a grandeza do objeto) para suplementar a informação visual.¹⁷⁴ O outro modo recorreria a uma informação de natureza geométrica para o cálculo de pequenas distâncias, no qual é o tamanho do ângulo óptico que vai determinar a localização do objeto.¹⁷⁵ Berkeley, então, ao desacreditar tal explanação geométrica, afirma serem as sugestões, porque baseadas na experiência, o único método calcado no real e capaz de ser submetido a verificações. E, sendo assim, essa explicação capaz de colar-se ao perceptível (explicação que, todos concordariam, opera em grande parte do tempo) seria a justificação possível e a única correta, ocorrendo em verdade em todas as ocasiões.

A teoria da representação (neste caso, a teoria da representação óptica) admite que haja o mundo externo (o representante), que se nos faz conhecer através de cópias distintas das idéias (a representação). Com isso, tornar-se-ia imperativo aceitarmos uma semelhança, em sentido forte, como uma ilação causal, entre o representante e o representado – o que Berkeley só pode julgar absurdo:

mas como podemos perceber esta conexão, uma vez que não percebemos nunca um tal objeto, nem podemos ter dele qualquer idéia. Ora, se não o percebemos, como podemos saber que esta conexão é infalivelmente certa?¹⁷⁶

Afinal, quem observa, não o faz consciente de linhas e ângulos. Vemos objetos à distância, sem qualquer recurso à geometria, mesmo se seguros de que ela possa fazer parte do nosso modo de representação. Nosso problema não é, com efeito, por que linhas e ângulos não fazem efetivamente parte da explicação de como vemos, mas antes

¹⁷³ Cf. **NTV**, § 11.

¹⁷⁴ Cf. **NTV**, § 3.

¹⁷⁵ Cf. **NTV**, § 5.

¹⁷⁶ **TVV**, § 24.

por que eles jamais poderiam fazer.¹⁷⁷ Os fatos estabelecidos pela teoria óptica até então reduziam a visão ao que ocorre quando os raios luminosos provenientes de um objeto chegam à retina. Destarte, explicar como o olho opera reporta-se ao campo da justificação de como os raios de luz afetam a retina, de modo que, quanto maior o ângulo formado pelos raios luminosos enviados do objeto para os olhos, tanto mais próximo o objeto; e quanto menor o ângulo, tanto mais distante. Logo, a disposição dos nossos olhos variaria conforme o tamanho do ângulo; entretanto, se não há alteração física, só a percepção pode tornar-nos conscientes dessas ocorrências.

A objeção de Berkeley a essa teoria é clara. O movimento ou a inclinação dos olhos não são em si mesmos ângulos, porque nenhum ângulo presente pode ser registrado como tal, uma vez que, na retina, tudo chega como um ponto. Todavia, a teoria da representação afirmaria, por sua feita, que as sensações são interpretações mentais derivadas das mudanças originadas pelos objetos externos. Ora, se assim fosse, o objeto enquanto representado não corresponderia ao que simplesmente é, não correspondendo o que vemos na retina ao que percebemos – o que é uma contradição. Em outras palavras, a visão seria uma ilusão em nada correspondente ao real, privando as idéias de serem signos das coisas.

A distância é imperceptível em si mesma, sendo contudo perceptível no ato da visão por uma idéia mediata e sempre no contexto das idéias, do modo como, por exemplo, podemos perceber as paixões na alma de outrem pela palidez ou rubor que lhe colore a face.¹⁷⁸ A consciência seria um fator indispensável à idéia de distância e a mente o lugar da transparência absoluta.¹⁷⁹ Nenhuma geometria natural é, assim, anterior à noção de distância ou pode assegurá-la. É o imediatamente percebido (a experiência) o indicador que sugere ao espírito, mediatemente, determinada distância. Acerca da percepção imediata, inevitável, não podemos fazer inferências, antes sendo o imediatamente sentido um produto do modo como opera o nosso sistema sensorial e, por conseguinte, tal percepção ocorre independente da nossa vontade, aparecendo transmutada já como uma garantia epistemológica, com um *status* especial e sem falhas.

A primeira razão para a rejeição da teoria geométrica invoca o fato de que não somos conscientes do uso de linhas e ângulos para o cômputo do visível.¹⁸⁰ A outra questão levantada indica que, se não vemos a distância imediatamente, devemos

¹⁷⁷ Cf. NTV, § 14.

¹⁷⁸ Cf. NTV, § 9.

¹⁷⁹ Cf. NTV, § 19.

¹⁸⁰ Cf. NTV, § 12.

procurar no conteúdo do dado sensível seus meios efetivos.¹⁸¹ E esta solução não se encontra no âmbito da anatomia, da fisiologia ou até mesmo da óptica. Ela, com efeito, só pode surgir quando tentamos falar como as coisas podem parecer distantes, e apenas na perspectiva de quem percebe, isto é, no contexto das idéias.¹⁸² Importa, pois, não só justificar o que vemos. Para tanto (ou tão pouco), o sistema geométrico até poderia ser suficiente; relevante mesmo é mostrar qual a informação em jogo e por que temos a capacidade de descobri-la – fato que ultrapassa a explicação matemática restrita a como o sistema visual opera e não a como o observador vê. À diferença da explicação matemática, a explicação de Berkeley é anterior a qualquer representação, demonstrando não ser o sistema visual que requer suplementação, porém antes aquele que percebe.

No sistema berkeleyano, por serem passivas as idéias, enquanto a causa sempre envolve atividade, uma idéia não pode ser a causa de outra idéia. Desta forma, as idéias, sempre contingentes, são de dois tipos: (a) aquelas próprias de cada sentido, as imediatamente percebidas (por exemplo, no caso da visão, somente luzes e cores; da audição, os sons; do olfato, os cheiros);¹⁸³ e (b) as mediadas, que chegam até nós pela sugestão e não pelo estímulo (por exemplo, a linguagem, a matemática, a noção de distância). Entre esses dois tipos, porém, haveria apenas uma diferença de grau ou de força e não de natureza, pois tudo é percepção.¹⁸⁴ Esta diferença de grau é o que vai estabelecer a identidade entre o sensível e o inteligível, entre o representante e o representado, realçando o fato de não estarmos diante de cópias, uma vez que tudo é idéia.¹⁸⁵ Da mesma forma, porque a idéia imediata é apreendida diretamente, enquanto as mediadas o são pela sugestão, reforçada pelo hábito e pela repetição, as idéias imediatas têm precedência sobre as mediadas – e sem as primeiras não haveria as segundas.

A solução de Berkeley para o problema da distância é dada, portanto, pela sugestão, e só essa solução pode ser avalizada pelo sistema visual. As idéias que

¹⁸¹ Cf. **NTV**, § 10.

¹⁸² “Perceber é uma coisa, julgar é outra. Do mesmo modo ser sugerido é uma coisa e ser inferido é outra. Coisas são sugeridas e percebidas pelos sentidos mas fazemos juízos e inferências pelo entendimento.” (**TVV**, § 42.)

¹⁸³ “Por conseguinte acordamos nisto: unicamente são coisas sensíveis as imediatamente percebidas pelos sentidos.” (**DHP I**, p. 57.)

¹⁸⁴ “Além das coisas próprias e imediatamente percebidas por qualquer sentido, pode haver também outras coisas sugeridas à mente por meio desses objetos próprios e imediatos; coisas essas que não são objetos daquele sentido, sendo, na verdade apenas objetos da imaginação e pertencendo originalmente a algum outro sentido ou faculdade.” (**TVV**, § 9.)

¹⁸⁵ Cf. **DeM**, § 53.

registramos quando vemos um objeto à distância são: (i) a sensação muscular do movimento dos olhos, (ii) a confusão, que é o grau em que o objeto aparece fora de foco.¹⁸⁶ Esta sensação pode ser evitada, por um período de tempo, pelo estreitamento dos olhos, cujo esforço mantém em foco o objeto próximo do olho; (iii) as sugestões pictoriais, que suplementam as duas idéias acima citadas: o número, o tamanho, o tipo, etc. das coisas vistas.¹⁸⁷ Sendo essas sensações representadas como tais (e não como eixos ou ângulos), isso já lhes garante a existência, isto é, estes são os únicos modos por que se fazem por notar a alteração dos olhos e a disposição da retina. E, por não serem as sensações subordinadas à vontade, não as podemos escolher, mas simplesmente as ter.

É, pois, pelo hábito que adquirimos a experiência. Os indicadores que medeiam a idéia de distância resultam apenas da constância e da regularidade com que são experimentados, e não por uma conexão necessária. Então, aprendemos a ver a que distância as coisas estão quando introjetamos o costume – habilidade adquirida pela experiência de condicionar o que percebemos imediatamente às sugestões (que são, todavia, conceitualmente desconectadas) com a idéia da distância.¹⁸⁸

Neste ponto, alcançamos a segunda e última verdade acerca da idéia de distância, visto que já tinha sido antes afirmado que ela não é (nem pode ser) imediatamente percebida; porém, ainda assim, Berkeley utiliza-se de um argumento adicional contra a teoria geométrica da visão, não simplesmente para desacreditá-la, mas para mostrar como ela, ao levantar princípios assentados em bases equivocadas ou errôneas, cria falsos problemas.¹⁸⁹ Berkeley já indica então uma certa desconfiança perante as palavras, ao tempo que reafirma a supremacia da experiência, afastando o que é ambíguo, duvidoso, para poder alcançar as coisas mesmas, aquilo que é.

A ilusão óptica analisada por Barrow é mais um argumento contra a teoria geométrica e representa um dos três casos citados por Berkeley para reafirmar e reforçar que, ainda que admitíssemos a verdade e a utilidade da teoria geométrica, haveria

¹⁸⁶ Cf. **NTV**, §§ 16, 21.

¹⁸⁷ Cf. **NTV**, §§ 21, 28.

¹⁸⁸ “Mas, porque a mente tem experienciado constantemente as diferentes sensações que correspondem às diferentes disposições dos olhos para que cada uma esteja acompanhada por um grau diferente de distância do objeto, desenvolveu-se uma conexão habitual ou costumeira entre essas duas espécies de idéias, de modo que, tão logo a mente percebe a sensação proveniente dos diferentes movimentos que ela dá aos olhos, a fim de aproximar as pupilas ou distanciá-las percebe, ao mesmo tempo, a idéia diversa de distância que costumava estar conectada com essa sensação; exatamente como, ao ouvir um certo som, a idéia que costumava estar associada a ele é imediatamente sugerida ao entendimento.” (**NTV**, § 17).

¹⁸⁹ Ou seja, a teoria de Barrow e, conseqüentemente, a catóptrica de Tacquet, que deriva daquela seus princípios. Cf. **NTV**, §§ 15, 29.

fenômenos que lhe escapam e que poderiam ser bem mais facilmente explicados de acordo com a heterogeneidade das idéias, ressaltando-se ainda o quanto esta teoria torna abstrusa uma questão cuja solução é bastante simples. Neste caso, o espelho curvo ou a lente dupla convexa colocada de modo a provocar a convergência dos raios no olho deveriam fazer com que o objeto parecesse ainda mais distante, e estranhamente não é o que acontece – fato que o próprio Barrow admite.¹⁹⁰

Essa confissão aponta para o fato de os raios e ângulos serem irrelevantes para a demonstração da ação visual; caso contrário, se a visão borrada fosse considerada signo de proximidade, não só se descobriria a experiência sensorial em si mesma, como também sem embaraços, como acontece na vida cotidiana. Portanto, o que se tem a explicar é como nos tornamos capazes de ter a consciência da distância pela visão. Uma vez que esta informação não é registrada na retina e o problema, então, não decorre do fato de que as coisas não pareçam estar à distância, mas muito mais porque, em verdade, assim parecem. Ora, se o que vemos na retina não corresponde ao que sentimos, então a ciência da óptica necessariamente tem que apontar que a distância não pode ser vista imediatamente.

Em suma, ao argumentar que sua teoria é superior à teoria geométrica, Berkeley está afirmando que, sendo a distância um ponto no fundo do olho que permanece invariavelmente o mesmo, embora esta seja maior ou menor,¹⁹¹ então não podemos daí inferir que haja uma representação disto na retina, algo que seja um imediatamente percebido. Restar-nos-ia então admitir que a distância seja uma experiência, isto é, aquilo que é sempre limitado, em última instância, pela percepção, apreendida através de uma outra idéia, reforçada pelo hábito.¹⁹² Então, acreditar que daríamos conta da distância de maneira direta, através de linhas e ângulos (explicação dada por Descartes e Malebranche), além de levar-nos a crer, por supostamente racional, em algo de que não estamos conscientes, faz parecer que não correspondem biunivocamente o que vemos e o que é.

Do mesmo modo, na óptica de Barrow e na captróptica de Tacquet, por falarem de uma distância métrica através de lentes e espelhos, o objeto varia grandemente de

¹⁹⁰ “Mas, quanto a mim, nem essa nem qualquer outra dificuldade pode ter uma influência tão grande sobre a minha pessoa a ponto de fazer-me renunciar àquilo que sei que é evidentemente compatível com a razão. Especialmente quando, como ocorre aqui, a dificuldade está fundada na natureza peculiar de um caso ímpar e particular.” (NTV, § 29).

¹⁹¹ Cf. NTV, § 2. Esse parágrafo é considerado uma paráfrase de uma passagem da **Nova Dióptrica** de William Molyneux (Cf. ATHERTON, M. **Berkeley's Revolution in Vision**, p. 64).

¹⁹² Cf. NTV, § 11.

posição, a depender da localização do olho, sem que isto corresponda a nada que esteja acontecendo no real.¹⁹³ Logo, a percepção é sempre algo imediato, que corresponde exatamente àquilo que é – porção mínima do mundo, aquém da qual nada é conhecido nem mesmo cognoscível. A experiência, ao contrário, por ser apreendida através do costume, é sempre mediatizada pela sugestão de um sentido que não lhe seria próprio. Assim, conquanto pela visão só possamos ver imediatamente luzes, sombras e cores, podemos, no entanto, aprender a olhar o mundo através de idéias mediatas de outro sentido (neste caso, o tato) para obter dessa forma a idéia do todo. A visão é, então, o sentido que organiza o imediatamente percebido, sugerindo o sentido do mundo, de sorte que, na grande maioria das vezes, é uma idéia mediata.

É, pois, através das idéias imediatas do tato, tais como forma e tamanho, que aprendemos a ver a distância. Quanto mais indistinto um objeto, tanto mais distante; e quanto menos nítido, tanto mais próximo.¹⁹⁴ Usamos, porém, de alguns artifícios, tais como o estreitamento dos olhos, para tornar o objeto mais distinto. Isto pareceria comportar uma certa contradição (e esta tem sido uma das muitas críticas a **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**), visto que ser é ser percebido já carregaria consigo a necessidade de ser sempre de forma consciente, enquanto do estreitamento dos olhos, por ser um ato fisiológico, não teríamos consciência alguma. Não obstante, é justamente o hábito que nos dá a ilusão de que a distância é um ato direto da visão, fazendo-nos também esquecer de tudo que dele deriva; por isso, faz-se necessário afastar o significado (idéias mediatas) para se chegar ao sentido (idéias imediatas), ou seja, sentindo e observando temos a nítida sensação e percepção de tais movimentos oculares.

Poderíamos também ser levados a pensar que o que vemos mediatamente seja independente dos dados dos sentidos. Entretanto, as idéias só podem derivar seu conteúdo da percepção, e tudo que é notado de forma mediata está subordinado ao imediatamente dado. Portanto, não podemos falar de um objeto visível à distância apreendido diretamente através de linhas e ângulos, tampouco indiretamente através de espelhos e lentes. E é dentro deste horizonte que chegamos ao caso do cego de

¹⁹³ “Berkeley oferece uma solução para o problema da percepção da distância considerada por ele superior a opinião estabelecida. É muito comum chamar a visão corrente criticada por Berkeley de ‘teoria geométrica.’ A verdade, contudo, é que essa ‘teoria geométrica’ seria uma criação do próprio Berkeley. O que ele de fato faz é isolar e criticar aqueles aspectos das teorias psicológicas da visão, à exemplo da de Descartes e Malebranche que são de natureza geométrica. Como acentua Berkeley, a explicação da percepção da distância de Descartes e de Malebranche é uma mistura de filosofia e de ciência.” (ATHERTON, M., **Berkeley’s Revolution in vision**, p. 77.)

¹⁹⁴ NTV, § 21.

Molyneux, evocado por Berkeley para assentar a tese da heterogeneidade das idéias, não só para a percepção da distância e a apreensão da grandeza e da localização dos objetos, como também, nos parágrafos finais de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, para a crítica que dirige à solução do problema dada por Molyneux e Locke. Este exemplo é um caso limite conceitual, em que a experiência se realiza na mente como uma idéia, um experimento de pensamento, e não na prática, como preferiria operar a ciência.¹⁹⁵

O exemplo isola o visível para desvelar o paradigma da percepção verdadeira, deslocando o pensamento para atingir o imediato, átomo último do conhecimento, sem a contaminação da experiência, da sugestão ou do hábito.¹⁹⁶ Por isto, um cego de nascença que conhecia e distinguia pelo tato o cubo de uma esfera, ao recuperar a visão, à primeira vista, não distinguiria o cubo da esfera, da mesma maneira como lhes pareceriam tão interiores, como as paixões de sua alma.¹⁹⁷ O exemplo do cego de Molyneux é, portanto, tomado no sentido de tornar possível generalizar que qualquer percepção imediata garante e assegura a existência do percebido, e o mundo das idéias corresponde ponto a ponto com o mundo sensível.

2. Magnitude e Heterogeneidade das Idéias

No tratamento da percepção da distância, foi enfatizada uma posição oposta à teoria geométrica da visão, bem como a conclusão de que as idéias da distância correspondem ao tangível.¹⁹⁸ Essa crítica se realiza porque a teoria geométrica se serviria de dois modelos distintos para dar conta de uma única e mesma coisa. Para as questões referentes às grandes distâncias, faria uso da sugestão, comparando o tamanho, a imprecisão ou a distinção e a grandeza do objeto, de modo a suplementar a informação visual.¹⁹⁹ Por outro lado, apelaria para informação de natureza geométrica para o cálculo

¹⁹⁵ Cf. **NTV**, § 41.

¹⁹⁶ Cf. BRYKMAN, G., *Hétérogénéité des idées sensibles et "langage de la Nature"*, p. 41.

¹⁹⁷ Berkeley teve notícia de fato semelhante, pois, antes de escrever a **Teoria da Visão Confirmada e Explicada**, Cheselden operou uma criança cega desde a mais tenra idade, deslocando então o experimento de pensamento para campo de debate aparentemente mais empírico ou estritamente científico, como se formulação relativa à possibilidade da experiência pudesse respondida por uma experiência efetiva. Vale registrar que os testemunhos futuros de cegos operados são conflitantes, quando “testados” à luz da interrogação de Molyneux, sendo muitas vezes suas respostas dependentes do modo como lhes foram formuladas perguntas.

¹⁹⁸ **NTV**, § 45.

¹⁹⁹ Embora Berkeley utilize precisamente o termo ‘magnitude’, esse termo pode abranger, na tradução para o português, significados tais como grandeza e tamanho, sem haver, contudo, perda de densidade

de pequenas distâncias, no qual o tamanho do ângulo óptico determina a localização do objeto.²⁰⁰

Haveria, por conseguinte, uma noção de distância que reflete sobre a possibilidade de falarmos se um objeto se encontra próximo ou afastado, isto é, a distância métrica, enquanto outra seria a percepção da distância como afirmação de uma exterioridade, uma idéia que pressupõe uma existência dos objetos externa e independente dos sentidos. Contra esta última noção, tratada nos parágrafos finais sobre a percepção da distância, Berkeley mostrará que, tudo bem considerado, só os nossos sentidos podem proporcionar as bases adequadas para o conhecimento das propriedades espaciais, negando a possibilidade do sistema visual como representação imperfeita de um mundo externo. Por isso, o cego de Molyneux só pode tomar tudo que vê, ao recuperar a visão, como estando em seus olhos ou, melhor dizendo, em sua mente.

A preparação para a tese principal do tratado sobre a visão começa com surpreendente afirmação da heterogeneidade das idéias ou a separação entre a visão e o tato, desaguardo, demonstrativamente, em idealismo e imaterialismo.²⁰¹ Vale ressaltar que o idealismo berkeleyano parece nascer, nessa sua primeira obra, como se fora um pressuposto estabelecido e por todos acolhido, de modo que negá-lo seria como manifestar um afastamento deveras radical da opinião da maioria dos homens, capaz de gerar o maior certo desconforto em quem, de resto, se intitula defensor incansável do senso comum. Ora, nesse sistema filosófico, o conceito de objeto ou “substância”, tomado em sentido ordinário, é uma coleção de qualidades sensíveis colhidas por um espírito ou mente percipiente, que tem o poder de ligar idéias tão diferentes umas das outras, resultando em unidade. Logo, o que Berkeley rejeita é o substrato dos acidentes fora da mente, se é que tem qualquer sentido “falar em rejeitar o que nunca teve existência nem na imaginação”.²⁰² Dessa forma, o idealismo e o senso comum são tomados e afirmados como perspectivas as mais compatíveis.²⁰³

conceitual nem gerar equívocos prejudiciais. Por isso, como recurso literário, utilizaremos tais termos como equivalentes. (Cf. NTV, § 3.)

²⁰⁰ Cf. NTV, § 5.

²⁰¹ A obra faz terminar cada seção pela reiterada demonstração da heterogeneidade das idéias – o que reforça ser esta realmente sua questão central. Porém, certos comentadores de Berkeley, a exemplo de Armstrong e Pitcher, não consideram a heterogeneidade das idéias como pilar principal de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**. Têm assim outra leitura de seu projeto, reduzindo a questão da visão da distância à expressão de imaterialismo e deixando de lado a questão da magnitude e a da localização dos objetos.

²⁰² PKU, § 37.

²⁰³ George Pappas assume posição semelhante em seu artigo *Berkeley, Perception and Common Sense*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p. 3.

A natureza desse projeto aponta para essa questão crucial, sendo um desafio investigar a possibilidade de haver qualidades comuns aos dois sentidos, ou qualidades primárias existindo separadas de qualidades secundárias.²⁰⁴ Berkeley utiliza-se da heterogeneidade das idéias como negação da matéria e conseqüente crítica à abstração. Na mesma linha, faz sua inscrição no grande debate científico da época sobre a questão dos infinitesimais defendendo a existência de um *minimum tangibile* e de um *minimum visibile* além dos quais não poderia ir a experiência.²⁰⁵ Assim, a retina, o cristalino, a pupila e os raios que formam a imagem das coisas são de natureza tangível, enquanto o retrato (isto é, a luz, a sombra e a cor) seria o objeto próprio da visão. A imagem na retina é tangível, e a sugestão a constrói como visível.²⁰⁶

A identidade dos objetos encontra-se no tangível (o significado), sendo-lhe coextensiva. A visão (o signo) serviria como previsão e é quem vai ligar-se ao tangível, e não o contrário – o que impediria de haver uma conexão necessária seguida da possibilidade de abstração.²⁰⁷ Ao defender a heterogeneidade das idéias e colocar a relação signo e significado no lugar de uma ilação interna, parece a Berkeley haver uma ordem entre as idéias – ordem até então erroneamente explicada, pois a conexão, não sendo necessária, tampouco seria ilusória.²⁰⁸

O cego de Molyneux realça simplesmente não haver uma necessidade interna na primeira percepção, ao menos, à primeira e desnuda vista. É a partir do segundo olhar ou da repetição advinda da experiência que ela se instala e

retrato e imagem têm uma raiz comum, pois a sugestão é que nos fará apreender formas, contornos, figuras e seus movimentos lhes associando luz e cor.²⁰⁹

Como tudo é idéia, podendo encontrar-se apenas na mente, não se pode separar som e significado, pois não haveria como impedir a percepção de um a não ser excluindo o outro; desse modo, mesmo descartando o laço necessário, não se deixa de reforçar o laço contingente.²¹⁰

²⁰⁴ “O meu propósito é mostrar o modo particular como percebemos, através da visão, a distância, a magnitude e a localização dos objetos. Da mesma forma, refletir sobre a diferença que há entre as idéias de visão e tato, ou se há alguma idéia comum a ambos os sentidos.” (NTV, § 1).

²⁰⁵ Cf. NTV, §§ 54, 147.

²⁰⁶ Cf. NTV, § 50.

²⁰⁷ NTV, § 126.

²⁰⁸ Não só em **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, como também no § 39 da **Teoria Visual Considerada e Explicada**, a conexão é especificada como produto da mente e não como um dado da experiência.

²⁰⁹ GIL, F., **Berkeley: Uma Filosofia da Conexão**, p. 30.

²¹⁰ NTV, § 51.

Tal como o fizera ao tratar da distância, Berkeley constrói dois caminhos para mostrar a superioridade da sua teoria sobre as teses de ordem geométrica, servindo-se do exemplo da ilusão da lua e enfatizando a heterogeneidade entre o visível e o tangível. O problema nasceria por a teoria geométrica admitir que o que vemos seja diferente da informação registrada na retina, por este registro não ter um tamanho fixo e invariável, mas não por a teoria geométrica tomar a magnitude como um objeto próprio da visão, pois o tamanho não poderia ser lido fora do espaço que ocupa na retina, se fosse visível. Em resposta a isso, a teoria geométrica se apóia sobre estruturas anátomo-fisiológicas e geométricas, que a Berkeley pareceriam facilmente refutáveis mediante a tese da heterogeneidade das idéias – que, assim, ao fim e ao cabo, se lhes demonstraria superior, pois o que importa mesmo não é explicar como o sistema opera, mas como podemos compreender a visão, explicitando de modo simples como se dão as diferentes representações do tamanho de um mesmo objeto na retina.

Berkeley afirma que a sua explicação para a distância seria por si só suficiente para desacreditar por completo a teoria geométrica e fazendo uso de um recurso eminentemente retórico, faz parecer conceder-lhe um crédito, investigando as suas soluções quanto à magnitude e a localização dos objetos. Assim, no § 53 de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, tem início a sua investigação acerca do que ele compreendia como erros crassos dos teóricos da óptica sobre a questão da magnitude.

Se uma sugestão pode ser a mesma tanto para a magnitude quanto para a distância, o lógico seria não haver uma conexão necessária entre ambas. Não é através do cômputo da distância que poderíamos entender a gama de variações no tamanho dos objetos que apenas serviriam para multiplicar argumentos ociosos de um fato que seria de fácil explicação pela heterogeneidade das idéias. A magnitude, tal como é percebida por algum conteúdo determinado ou extensão, dependeria de haver um *minimum* discriminável, que não operaria como uma coisa imediatamente vista, mas como um modo de *ver* e *falar* sobre o objeto.²¹¹ Só assim os objetos visíveis, que variam grandemente de tamanho, poderiam ser ligados aos objetos tangíveis, de tamanho fixo.

O *minimum visibile* é uma unidade de mensuração da experiência visual e pode ser independente de qualquer modo de mensurar o objeto visto.

²¹¹ No § 55 de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, Berkeley admite que a “magnitude de um objeto existe fora da mente e a uma distância” – o que, à primeira vista, pareceria uma admissão de que o tato seja independente da mente, em direção contrária ao imaterialismo e idealismo berkeleyanos. Essa nos parece, porém, uma questão de direito mais que de fato, por motivos já explicitados quando tratamos da distância.

Questões sobre o tamanho de um *minimum visibile* dizem respeito à capacidade visual, portanto, não são questões sobre o objeto visto.²¹²

O mesmo número de *minima* visíveis corresponde ao mesmo número de *minima* tangíveis, e o problema se dissolveria na associação do signo (idéias visíveis) ao significado (idéias tangíveis).

Essa correspondência biunívoca entre o *minimum* visível e o *minimum* tangível pressupõe uma ligação entre os objetos imediatos da visão (luz e cor) e os mediatos (sugestões apreendidas através do tato, tais como precisão e imprecisão, confusão e distinção).²¹³ Por conseguinte, ao ver o objeto grande e confuso, prevemos ser de tamanho tangível pequeno; e quando o vemos pequeno e preciso, de um tamanho maior – o que enfatiza a importância da sugestão. Isso levará à estranha afirmação de não haver uma conexão necessária entre o que apreendemos vendo e o tamanho visível registrado na retina, mas isso precisamente porque focaríamos nosso interesse unicamente para aprender em que medida um objeto tangível pode ser reconhecido pela sugestão visível.²¹⁴ É por isso que um polegar pode até encobrir uma torre e, contudo, ainda assim, nós o saberíamos menor do que a torre. E, também por isso, é através das idéias visuais que podemos regular nossas ações a fim de evitar danos e promover o que é útil aos nossos corpos.

A teoria geométrica assumiria posição contrária. O tamanho fixo seria de competência visual, enquanto a magnitude táctil seria a variável, o que acarretaria uma inadequação entre o que vemos e o que corresponde à realidade. Somente aceitando que a magnitude não é uma grandeza visual podemos chegar ao cerne da questão, a saber, o fenômeno que explica a ligação entre a magnitude variável e a fixa. Para Berkeley, a tarefa visual é entender como conhecemos a experiência do visível, descartando a afirmação de que poderia ser uma deficiência do nosso sistema visual essa dissociação entre o mundo e a percepção. Essa ligação necessária poderia levar à falsa pressuposição de uma ilação interna (o que seria problemático para esse sistema), porém é imperioso para a imaginação não ter consciência das suas próprias operações, pois só desse modo poderia prever e, logo, exercer seu papel construtor do conhecimento. Por isso mesmo, o uso microscópio não significaria ver melhor, causando, ao revés, uma

²¹² ATHERTON, M., *Berkeley's Revolution In Vision*, p. 135.

²¹³ Cf. NTV, §144.

²¹⁴ Cf. NTV, § 59.

dissociação entre o signo e o significado e construindo uma percepção que em nada contribuiria para a preservação da vida ordinária.²¹⁵

Perceber uma magnitude fixa e invariável, através da visão, seria apenas um aprendizado que associa o julgamento de um sentido a diferentes modalidades de outros sentidos. Destarte, continuaria havendo as mesmas percepções visuais que temos agora, conectadas ou não com as sugestões tangíveis.²¹⁶ Em síntese, nosso sistema visual operaria independentemente do tato e nele não haveria lugar para uma percepção imediata de um objeto tangível, não por um erro ou por uma deficiência das suas operações. Aprenderíamos a associar o tamanho visível ao tangível sem prejuízo algum e sem precisar incorporar fatos ou acrescentar conceitos (como o de conexão necessária). A aceitação da heterogeneidade das idéias e de suas decorrentes teses idealista e imaterialista resolveria o problema e simplificaria a explicação do fato.

Mais uma vez, como o fizera com o problema colocado por Barrow, Berkeley vai se valer de um exemplo (no caso, a ilusão da lua) para demonstrar o valor do seu sistema teórico, não só por responder a questão da ligação entre a magnitude visível e a tangível, mas sobretudo por dar um passo a mais, ao considerar o fato de a lua parecer maior em certas ocasiões do que em outras, estando, contudo, localizada no mesmo lugar, isto é, no horizonte.²¹⁷ A solução dada pela teoria geométrica para a ilusão da aparência da lua, maior no horizonte que no meridiano, faria uso do cômputo da distância, visto que a lua ocuparia uma mesma quantidade de espaço na retina, subsumindo-se que o tato é o objeto próprio e imediato da visão.

A grande lição extraída por Berkeley seria falar da grandeza da lua através da compreensão do processo de associação das idéias visíveis imediatas com as idéias visíveis mediadas do tato.²¹⁸ Sem nada acrescentar a sua avara economia ontológica, Berkeley acreditou suplantando a solução proposta pelos geômetras, explicando o fenômeno da variação do tamanho da lua no horizonte também através da heterogeneidade das ideais. A quantidade de vapores, que se altera a depender da ocasião, influenciaria as sugestões mediadas da visão, fazendo a lua parecer mais ou menos definida e, logo, maior ou menor.²¹⁹

²¹⁵ Cf. NTV, § 85.

²¹⁶ Cf. NTV, § 64.

²¹⁷ Cf. NTV, § 67.

²¹⁸ Cf. NTV, § 65.

²¹⁹ “Por que a lua parece maior próxima do horizonte do que quando está no meridiano, ainda que o ângulo sob o qual o diâmetro da lua é visto não é maior na primeira posição do que na segunda? A solução para esse problema proporcionada por Ptolomeu, Ibn al-Haitham, Witelo, Bacon, Kepler,

Aceitar o fenômeno da ilusão da lua como um fato puramente visual seria então mais um exercício vazio e inútil da razão, acarretando em última instância um abuso da linguagem, à mercê de refutações empíricas.²²⁰ Se a explicação fosse de natureza visível, entraríamos em afirmações viciosas e circulares (*e. g.*, o tamanho que vemos não é o tamanho que vemos), visto que a quantidade de raios de luz emanada da lua para a retina é a mesma, ou seja, o tamanho tangível é fixo, variando de acordo com as sugestões visuais. O fenômeno da lua, na compreensão berkeleyana, ilustraria o erro que se incorre quando não há distinção entre o tamanho visto e o tamanho que apreendemos vendo. E há de se notar que, se essa é uma hipótese ultrapassada ou nunca considerada pela ciência, o fato de maior monta é aqui a afirmação de nada haver na natureza da sugestão da distância que comporte uma afirmação necessária capaz de proporcionar informação imediata sobre a magnitude.²²¹

O imaterialismo e o idealismo em Berkeley aparecem como uma questão de princípio, pois baseados na heterogeneidade das idéias e,

quando os homens falam da extensão como uma idéia comum a dois sentidos, é com uma suposição secreta que podemos fixar à extensão todas as outras qualidades tangíveis e visíveis e formar daí uma idéia abstrata que seria comum a ambos, a visão e o tato.²²²

Isso levaria à crença de que as coisas são distintas das idéias, causando uma espécie de ceticismo e também um ateísmo por pressupor uma indistinção entre Deus e matéria. É justamente a combatê-los que Berkeley dedica toda a sua filosofia.

A explanação berkeleyana sobre a percepção da magnitude culmina com a negação dos nossos sentidos como imperfeitamente adaptados para nos informar sobre a extensão. Ora, o conceito de extensão deve remeter àquilo que é constituído de *minima* sensíveis da visão e do tato, limiar abaixo do qual os sentidos nada podem perceber, tornando-se impossível falar da existência e gerando uma rejeição ao olho microscópico.²²³ Berkeley rejeita o olho microscópico porque este supõe que qualquer parte da matéria, independente da mente, teria uma conexão causal apropriada com o visível, formulável por uma transformação geométrica baseada no cálculo entre a distância do objeto externo e a imagem na retina. E, sendo assim, uma pulga visualizada nos seus mais ínfimos detalhes seria mais real do que vista a olho nu, como uma

Hobbes, Descartes, Malebranche, Gregory, Smith, Wallis, Huygens, Helmholtz, dentre outros, parece questionável.” (TURBAYNE, C. M., *The Myth of Metaphor*, p. 185.)

²²⁰ Cf. NTV, § 77.

²²¹ Essa posição é compartilhada, por exemplo, por Atherton e Schwartz, opondo-se à opinião de Pitcher.

²²² NTV, § 122.

²²³ Cf. NTV, § 87.

pequena mancha negra imprecisa. Todavia, fosse mais precisa a visão microscópica, carregaria consigo um status de verdade maior, enquanto a visão comum nunca corresponderia ao real.

Mas, em que sentido o ato da visão exclui qualquer conexão, até mesmo a mediada pelo hábito com o tato? Ora, se o *minimum visibile* é dependente da percepção visual, ver é uma questão de comparar porções do campo visível sem que isso envolva necessidade, uma vez que não se estaria ligando idéias de diferentes sentidos, mas sim idéias semelhantes em sentido forte ou, o que é o mesmo, idéias de um único sentido. Eis, pois, o caso do cego de Molyneux – modelo de um exemplo de ficção levado ao extremo. Por isso, antes de criar o hábito, faria sentido perguntar ao cego sobre o tamanho do objeto visto pela primeira vez, não fazendo, porém, sentido algum perguntar a que distância dele estaria o objeto.²²⁴

Esse paradigma superaria a teoria geométrica, negando, primeiro, que alguns modos de ver sejam mais semelhantes ao objeto que outros. A visão, na melhor das hipóteses, seria uma cópia e não uma imagem ou arquétipo daquilo que é. E em segundo lugar, afastando o tamanho tangível como uma idéia imediata da visão. Então, ser e perceber são o mesmo e, ademais, o núcleo comum da experiência visual, uma vez que o mínimo é o mesmo para todos aqueles que foram dotados da faculdade da visão.²²⁵ Não haveria, assim, motivo algum para sequer cogitar a possibilidade de algumas partes mostrarem-se mais indiscerníveis para um sujeito que para outros, como se fosse possível uma variação na percepção da matriz do mundo. Não por acaso, portanto, a visão é um assunto de grande vulto durante toda a vida intelectual do filósofo.²²⁶

3. A Localização e a Linguagem

Berkeley lança mão do cego de Molyneux para comprovar que é apenas no contexto da experiência que o sentido da palavra se determina e, dessa forma, seria a

²²⁴ “Para Berkeley e para outros teóricos da visão, afirmar que a idéia não é imediata tratar-se-ia de uma afirmação empírica sobre o processo que nos leva a ter essa idéia. As idéias não imediatas são resultantes de processos mentais, Por oposição, as idéias imediatas são trazidas à mente por eventos não mentais. Dessa perspectiva, os processos que sustentam as idéias imediatas são semelhantes aos responsáveis pelo funcionamento dos nossos rins ou dos nossos fígados; são inteiramente orgânicos ou de natureza fisiológica.” (SCHWARTZ, R. **Seeing Distance from a Berkeleyian Perspective**, pp. 219-220).

²²⁵ Cf. NTV, § 80.

²²⁶ “Berkeley nunca perdeu o entusiasmo por sua obra de juventude, a sua nova teoria da visão. Enquanto viveu, publicou essa obra em três estilos diferentes e em dez ocasiões, portanto, ultrapassando o seu maior *best seller*, o *Siris*.” (TURBAYNE, C. M., *Editor’s Commentary in Works on Vision*, p.VII).

idéia que remete à palavra, e não o contrário – haja vista nenhuma idéia poder representar um número infinito de percepções particulares e, logo, só poder significar enquanto uma idéia geral e não como uma abstração.²²⁷ Entretanto, se tudo é idéia dependente dos sentidos (e, logo, mutável e intermitente, porquanto percepção), é preciso assegurar a permanência da realidade, a despeito da intermitência das percepções, tornando-se necessário conferir-lhe uma certeza contínua e imutável, para além da contingência da experiência limitada e finita da mente particular. Assim, a linguagem visual, criada pelo Autor da Natureza, mantendo-se sempre constante, confere estabilidade às significações, com o grande propósito de nos orientar.²²⁸

A visão será descrita, pois, como a interpretação de uma linguagem formada pelos objetos próprios deste sentido. Os dados visuais sugerem os objetos físicos como as palavras de uma linguagem ordinária sugerem seus significados.²²⁹ Nesse caso, porém, a única causa que pode permitir esta passagem da produção e circulação de signos, sem depender ou relacionar-se com a semelhança, só pode ser o plano divino de correspondência, que tanto funda a linguagem do mundo (a visão) quanto o mundo como linguagem (os objetos táteis), constituindo um curso regular. Sem Ele, não haveria ordem, tudo estaria desconectado e esmigalhado, de sorte que, simplesmente, não se constituiria a experiência. São as conexões (não por ilações internas, mas por regularidade e constância) que formam uma espécie de discurso natural, tornando perceptível o mundo, e mesmo experienciável, na relação entre o signo e as coisas significadas.

Depois de aprendida a conexão habitual entre as idéias heterogêneas da visão e do tato, os objetos próprios da visão formam uma linguagem através da qual regulamos as nossas ações em vista do futuro. Neste sentido, podemos dizer que ver é prever, pois a visão nos dá a idéia do todo, transformando um conjunto de idéias diferentes e desconectadas em um objeto, produto de duas operações distintas e, contudo, complementares: uma operação visível, porque segue o princípio dos observáveis (ser é ser percebido) e que age por estímulo; enquanto a outra age por sugestão mediada pela imaginação, de sorte que, assim unidas, formam a idéia de objeto, do uno.

Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão surge como uma nova teoria por oferecer a sugestão como resposta ao problema da visão. Operando como conexão entre

²²⁷ Cf. NTV, § 73.

²²⁸ Cf. NTV, § 147.

²²⁹ TURBAYNE, C. M., *Editor's Commentary*, in BERKELEY, G., **Works on Vision**. p. IX.

duas idéias distintas, a fim de ligar o signo ao significado e tendo como único critério o estímulo ou a percepção, a sugestão é, em suma, uma criação da mente calcada na realidade. Sendo da ordem da imaginação e não do sensível, a sugestão só se manifestaria na própria experiência e, tal como a palavra, já teria em si as regras do seu uso, porquanto é uma expectativa para identificar o objeto mais provável dentro da realidade. Neste sentido, um quadrado visível representaria muito melhor um quadrado tangível do que um círculo, reivindicando para o signo o *status* de um modelo livre de uma necessidade lógica de semelhança.²³⁰

Ao reivindicar uma passividade para a percepção, Berkeley, asseguraria uma arbitrariedade para os signos visíveis explicitando-os como a linguagem da Natureza, visto que, uma vez formada a sugestão, não mais se ligaria a outra significação e, como uma linguagem ordinária, seria arbitrária apenas no seu nascedouro.²³¹ Os sentidos, por serem puro conteúdo, apresentam, mas não representam, necessitando da repetição ou da experiência vinculada à imaginação, gerando a semelhança e esta, por sua vez, a pré-noção. Todavia, diferentemente de um delírio, a intermitência da percepção estaria só no fenômeno e não na existência, pois que o modelo se encontra na mente de Deus, afigurando-se assim o perceptível como possibilidade da percepção.²³² “Se alguma coisa é perceptível, é percebida por Deus; se alguma coisa é perceptível e pode vir a ser percebida, então existe”.²³³ Logo, o idealismo imaterialista de Berkeley afigura-se, sobretudo, um realismo.

A identidade estaria assegurada enquanto modelo existente no entendimento divino, pressupondo que a verdade não habita a representação da matéria, mas o jogo de significação da linguagem do Autor da Natureza, onde as percepções são seriadas e seqüenciais e, conseqüentemente, configuram o sentido. Logo, o tempo constitui-se junto com a experiência.²³⁴ De igual modo, o espaço também não seria condição *a*

²³⁰ Cf. NTV, § 141.

²³¹ Cf. NTV, § 139.

²³² “E tudo vem a disparar no seguinte: *existe uma mente, sem dúvida alguma, que a todos os instantes me está afetando com as impressões sensíveis que percepciono*. E da variedade e da ordem destas impressões sensíveis passo a concluir que o seu autor é *sábio, poderoso, bom*, além de toda compreensão possível. Advirta-se que não digo que vejo as coisas percepcionando-as naquilo que representa essas coisas na substância inteligível de Deus. É isso uma tese que não entendo.” (DHP II, p. 215.)

²³³ BRANCO, R. A., **A Percepção Visual em Berkeley**, p. 152.

²³⁴ “Afora isso além de nunca serem as visões de um sonho de tanta vivacidade e tão naturais, como não estão ligadas umas às outras, e como não se integram numa série única com os sucessos anteriores e os subseqüentes no desenvolvimento da nossa vida, é-nos fácil distingui-las das realidades.” (DHP III, p. 235)

priori do conhecimento, mas sim um constructo empírico, formulado intimamente com o hábito.²³⁵

Em lugar de uma geometrização da representação, que assumiria o mundo exterior e material apreendido através de idéias abstratas, Berkeley propõe-nos o modelo de uma linguagem assentada na heterogeneidade das percepções, nas quais o visível é o signo e o tátil o significado. Sua verdade se basearia não na representação (adequação entre matéria e percepção), mas na significação (relação entre duas séries seqüenciais de percepções). Dessa formulação, podemos concluir: (i) a negação do caráter necessário das conexões; (ii) a visão como uma linguagem indispensável à sobrevivência; e (iii) a sugestão como um efeito da imaginação. E, se os sentidos são vazios, então conhecer é compreender através da reprodutibilidade da percepção, que asseguraria a estabilidade do mundo, reforçando o caráter empírico e negando à razão a possibilidade de ser o átomo último da constituição do conhecimento.

Uma teoria científica que se pretenda bem sucedida revelar-se-ia demonstrativa, ao tempo que também se beneficiaria da experiência. Aqui, havendo uma supremacia da prática sobre a investigação, por ser a prática a própria percepção, ela é o que é, sem cair em dúvidas ou erros. A investigação, por ser um recorte não natural do objeto, um olhar mais dirigido que envolve uma construção teórica enunciativa, ressaltaria a importância da percepção – que para Berkeley, como já dissemos de variada maneira, é o princípio que subjaz e sustenta qualquer investigação.

À ciência só é dado considerar os signos através de uma interpretação coerente dos seus significados e, em conseqüência, só podemos falar de causa enquanto conexão arbitrária apreendida pela experiência e não como causa eficiente, pois esta se trata de um espírito ativo que se encontra fora do mundo fenomênico, ilustrando a crítica berkeleyana à metafísica tradicional. Ao criar o mundo como uma linguagem, Deus o fez inteligível e não como um agregado de signos sem leis.²³⁶ O mundo para Berkeley é uma ordem seqüencial de idéias, sendo a ciência a sua interpretação sobre os três tipos de objetos que o compõem: os objetos sensíveis ou imagens provenientes da

²³⁵ “Respondo que tais qualidades estão no espírito apenas como percebidas por ele, não como *modo* ou *atributo* mas como *idéia*; donde não deriva que a alma ou espírito seja extenso, porque a extensão existe nele somente assim; como não se conclui ser ele vermelho ou azul por estas cores, no acordo geral existirem nele e não em outra parte.” (PKU, § 49)

²³⁶ Cf. BRANCO, R. A., **A Percepção Visual em Berkeley**, p. 205.

experiência; objetos da imaginação, efeitos da sugestão; e os objetos da razão, que são as causas.²³⁷

Em uma teoria da visão, a delimitação do objeto não seria geométrica, mas semântica, pois a visão não está estruturada por linhas, ângulos ou eixos ópticos, mas enquanto signo que se remete a um significado.²³⁸ Sendo a semelhança por analogia e não por identidade, é pela repetição que um signo análogo evoca um sentido análogo de ligação puramente simbólica, cujo significado se determinaria apenas dentro de certo contexto, que teria como medida a finitude da percepção e como limite da atenção o interesse.²³⁹

Assim, parece-nos que, tomando como horizonte de perspectiva uma tal ciência, Berkeley irá tratar especificamente do problema da localização dos objetos, afirmando com sutil e peculiar ironia exatamente o que pareceria acordado por todos, revelando-se, contudo, uma falsa afirmação, de fácil refutação pela heterogeneidade das idéias, a saber,

nesse momento, não há ninguém ignorante acerca do fato de as imagens dos objetos externos serem retratadas na retina ou fundo do olho. Não podemos ver nada que não esteja de tal modo retratado (...),

acrescentando mais adiante que aí então

está a grande dificuldade: os objetos estão retratados em uma ordem invertida no fundo do olho.²⁴⁰

Com essa estranha afirmação, que é independente da resolução geométrica, Berkeley mostra ser antes necessário estabelecer se esse é um problema relevante para uma teoria da visão, ou seja, para explicar, não como o olho opera, mas como sabemos que assim ocorre ou, em outras palavras, se é um problema da ordem do visível, da competência de uma teoria relativa à visão.²⁴¹

Berkeley até poderia ter utilizado uma afirmação categórica para suplantar de uma vez por todas a questão: se não estamos conscientes de apreender uma tal imagem invertida, é porque se trata de mais um artifício da teoria óptica de levantar a poeira para queixar-se depois de não mais poder ver.²⁴² Todavia, para tornar o assunto claro e evidente, livre de qualquer e mais mínima dúvida, é preciso ir a fundo, ampliar a mente

²³⁷ Cf. TVV, §§ 9-10.

²³⁸ Cf. NTV, § 156.

²³⁹ Considerando assim que só poderíamos ver um número limitado de mínimos sensíveis. Cf. NTV, § 14 e § 85.

²⁴⁰ NTV, § 88.

²⁴¹ Cf. ATHERTON, M., *Berkeley's Revolution In Vision*, p. 144.

²⁴² Cf. PKU, § 17.

até o limite do possível e do aceitável. Afinal, a teoria geométrica tenta explicar como vemos através de fatos que explicitam como a informação visual alcança o olho, ou seja, ao confundir a causa com o efeito cairia no erro da má delimitação do objeto próprio do conhecimento, tomando “as inferências de razão pelas percepções do sentido”,²⁴³ e promovendo a visão como um processo que envolveria duas etapas: no primeiro estágio, até aceito por Berkeley, os objetos não seriam percebidos de modo imediato, mas através de raios de luz oriundos dos objetos tangíveis e que caem na retina; no segundo momento, porém, a geometria atribuiria ao sistema visual uma orientação calculada através do traçado dos raios de luz, que, ao formarem ângulos, determinariam a localização do objeto. O último estágio, é claro, causaria repulsa ao sistema berkeleyano.

Contra esse último estágio, Berkeley dirigirá a sua crítica evocando o princípio dos observáveis, isto é, a existência consiste em ser percebida e, deste modo, a única evidência que asseguraria a presença de ângulos e linhas como parte da explicação da localização dos objetos seria a consciência de tal uso pelo observador.²⁴⁴ Nada poderia ser visto que não estivesse registrado na retina, e o modo de ver já se encontraria determinado pela natureza deste registro.

Berkeley não teria como intenção negar que os *objetos tangíveis* até podem chegar invertidos a retina, visto que a luz da parte mais alta do objeto é focalizada na parte mais baixa da retina e, por seu turno, a parte mais baixa estaria focada na parte mais alta da retina – o que explicaria certo modo de acomodação do olho para apreender os extremos, respectivamente, os objetos muito grandes ou pequenos demais.²⁴⁵ O problema com a localização se faria presente, pois, se os objetos próprios da visão são luzes e cores, ainda assim, *veríamos* a localização dos objetos, cuja percepção não advém de um objeto imediato da visão.

Tudo que torna manifesto que nenhum homem, no primeiro momento que recupera a sua visão, saberia que há qualquer acordo entre esse ou aquele objeto próprio da visão, e com qualquer objeto do tato o qual estava antes familiarizado.²⁴⁶

No afã de computar a distância, a magnitude e a localização dos objetos visíveis, tomando como referência os objetos tangíveis, a teoria geométrica cometeria uma

²⁴³ **TVV**, § 16.

²⁴⁴ Cf. **NTV**, § 90.

²⁴⁵ Cf. **NTV**, § 98.

²⁴⁶ **NTV**, § 103.

abstração, propondo ao sistema visível uma tarefa de realização improvável. Conceberia como tarefa da visão formar imagens retratadas na retina, cujas propriedades espaciais estariam conectadas com a gravura do mundo externo que elas representam, solicitando informações de carácter necessário para explicar a diferença que há entre o que a retina registra e o que de real se vê. Em outras palavras, o que vemos seria uma representação fenomênica cuja orientação espacial emanaria de cálculos matemáticos.²⁴⁷

E de novo surge o cego de Molyneux, agora para provar a diferença radical entre o ver e o tocar. Ele reconheceria, por exemplo, alto, baixo, direito e esquerdo, porque de origem tátil, demonstrando já possuir uma orientação espacial, mas um conhecimento originário da experiência tátil. Entretanto, ao recuperar a visão, não encontraria nada na cor que o inclinasse a fazer esse ou aquele movimento para alcançar tal ou qual objeto.²⁴⁸ Não obstante, quando a visão se liga ao tato e, mais ainda, é reforçada pelo hábito, passa a ser previsão; e então se poderia falar *metaforicamente* de uma localização espacial fora da mente.²⁴⁹

À primeira visão, o cego perceberia uma série de manchas coloridas, distintas uma das outras, fazendo-as separar em blocos por figuras, sem saber o que corresponde a em cima, em baixo etc.²⁵⁰ Com isso, demonstraria que o imediatamente visto é uma idéia simples, enquanto a coleção de idéias complexas é um produto da sugestão.²⁵¹ Supor o contrário seria assegurar o campo visual como uma gravura do que existe fora da mente e, desta maneira, a visão seria um tipo de pintura ou um conjunto de representações de organização espacial independente da experiência.²⁵² Logo, se a idéia da visão é em si mesma diferente da idéia do tato, não seria possível comparar uma propriedade espacial visível com uma outra tangível e, por conseguinte, a imagem invertida não é de natureza visual, pouco importando a este sistema uma correção, desde que a imagem seja apreendida de forma direita pelo olho, ou antes pela mente.

Berkeley toma como exemplo a imagem de um homem. A cabeça tangível seria retratada na parte mais baixa da retina e o pé tangível na sua parte mais alta; contudo, para a visão, a cabeça estaria afastada da terra visível e os pés mais próximos dela, isto é, o homem é visualizado na posição direita, não havendo para o olho motivo algum

²⁴⁷ Cf. NTV, § 112.

²⁴⁸ Cf. NTV, § 93.

²⁴⁹ Cf. NTV, § 97.

²⁵⁰ Fato que corrobora o argumento de não haver contradição ao se falar de figura visível.

²⁵¹ Cf. NTV, § 111.

²⁵² Cf. NTV, § 107.

para realizar a inversão do que vê.²⁵³ E se esta posição seria a mais coerente com o sistema visual, como é que se poderia continuar a reivindicar uma relação de igualdade com o que é dessemelhante por natureza?

A organização espacial, então, não seria o resultado de um dado visual, mas, sobretudo, da nossa habilidade de aprender com a experiência e de organizar, através do hábito, as várias qualidades dentro de uma unidade construída pela imaginação, agregando as propriedades espaciais das idéias tangíveis às idéias visíveis, negando a existência de um espaço absoluto ou abstrato e afirmando, enfim, como solução do problema, a tese da heterogeneidade dos sentidos, que melhor respeita o princípio de economia empirista, sem agregar à experiência nenhum valor externo, tal como a idéia de uma conexão necessária.

Nas seções finais de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, depois de demonstrar como vemos as coisas próprias do tato, Berkeley radicalizará ainda mais a heterogeneidade das idéias, inferindo que não há sensíveis comuns, mas apenas os objetos próprios de cada sentido. A distinção entre essa nova teoria e as outras de origem geométrica e representacional, faz-se através da solicitação das idéias tangíveis para a complementação da explicação de como vemos. É justamente o tato que traria um tipo novo e diferente de informação, levando-a a afirmar que, em si mesmos, a distância, a magnitude e a localização seriam para a visão imperceptíveis imediatamente e, todavia, apreendidas pelo tato.

A homogeneidade dos sentidos só poderia ser concebida porque aceita a idéia de coisas externas à mente, que afetariam de modo necessário e uniforme os corpos sensíveis, cabendo à razão separar qual a representação para cada sensação. Ora, mas se tudo o que é discernível é separável, como poderíamos distinguir, por exemplo, a extensão colorida que representa uma mão, da extensão da dor nela provocada pelo calor do fogo?

O que delimitaria um objeto do outro, criando o relevo para a possibilidade de ser percebido, seria a diferença entre os cinco sentidos.²⁵⁴ E, como tudo que é particular e determinado pela sensação é dependente de uma percepção, não caberia outro lugar para a idéia, salvo a mente. Uma abstração seria, na concepção berkeleyana, uma razão de extensão inteligível, sem conteúdo determinado ou particular – o que a tornaria de

²⁵³ Cf. NTV § 144.

²⁵⁴ Cf. NTV § 122.

impossível compreensão.²⁵⁵ Conseqüentemente, a teoria geométrica, ao tratar da extensão e do espaço abstratos, termina negando a si própria.²⁵⁶ A ela sequer seria dada a possibilidade de retirar-se do seu próprio pântano ou de pular a própria sombra, culminando seu movimento numa negação de qualquer tentativa para a formulação de qualquer proposição. Nada há para se pensar nem sobre o que se falar, emergindo daí, em pleno apogeu, o ceticismo.

Reconhecer a heterogeneidade das idéias seria aceitar aquele passo a mais, além do conhecimento privado. Afinal, se uma idéia pertencesse a ambos (ao tato e à visão), não haveria nada de novo nela. E, desta posição, eis porque essa não seria uma filosofia solipsista. A crença em sensíveis comuns levaria à ilusão das idéias da visão de igual natureza às percebidas pelo tato – suposição assentada na possibilidade de se formar uma idéia abstrata, não exatamente visível nem tangível, mas sendo, paradoxalmente, as duas coisas e tendo uma existência externa à mente.

Assim, Berkeley volta a recorrer ao cego de Molyneux para reafirmar as conclusões que teria alcançado com sua teoria nova para a visão: *primeiro*, não há sensíveis comuns, pois não há uma conexão necessária entre os modos tangíveis com os quais experienciamos a distância e as sugestões visuais que lhe aventam;²⁵⁷ *segundo*, os únicos objetos imediatos da visão são luzes e cores;²⁵⁸ *terceiro*, se houvesse sensíveis comuns, então seria lícito somar uma linha visível com uma tangível;²⁵⁹ *quarto*, Locke afirmara que o cego de visão recuperada não reconheceria pela visão um objeto que lhe era familiar ao tato e, por conseqüência, a sua afirmação sobre a distância, a figura e o movimento como sensíveis comuns não procederiam;²⁶⁰ *quinto*, nenhuma dessas qualidades apresentadas como sensíveis comuns compartilhariam o mesmo conteúdo.²⁶¹ Por isso, a visão seria mais bem explicitada como uma linguagem do que considerada enquanto geometrização.²⁶²

Na **Teoria da Visão Confirmada e Explicada**, Berkeley afirma “que a visão é uma linguagem do Autor da Natureza”.²⁶³ Mas, por quais modos a visão significaria uma linguagem? Embora Berkeley tenha se dirigido a essa questão como modelo de

²⁵⁵ Cf. NTV, § 123.

²⁵⁶ NTV, § 124.

²⁵⁷ Cf. NTV, § 128.

²⁵⁸ Cf. NTV, § 129.

²⁵⁹ Cf. NTV, § 131.

²⁶⁰ Cf. NTV, §§ 132-136.

²⁶¹ Cf. NTV, §§ 137, 138.

²⁶² Cf. ATHERTON, M., *Berkeley's Revolution in Vision*, pp. 184-194.

²⁶³ TVV, § 38.

objeções e respostas, para não sermos ainda mais repetitivos, consideraremos apenas os seus argumentos:

Primeiro, assim como não haveria uma semelhança entre a palavra escrita e o que a ela se remete, embora seja chamada por um só nome, a visão existe como linguagem para representar os objetos não visuais.²⁶⁴

Segundo, uma linguagem ordinária, apesar de arbitrária, necessita de regras para estar em ordem. Por essa razão, um quadrado visível representa melhor um quadrado tangível do que o faria um círculo visível, sem ter de aventar-se uma semelhança entre eles.²⁶⁵

Terceiro, continuamos mais inclinados a considerar como uma só coisa, por exemplo, o quadrado visível e o tangível, do que a aceitar que a nota musical escrita num caderno seja da mesma espécie do som que lhe é correspondente. Isto, precisamente, adviria do fato de estar mais presente na memória o momento em que aprendemos a ligar a palavra escrita ao que ela representa, ao contrário do que ocorre com a visão e o tato.²⁶⁶ Afinal, desde o primeiro momento, ao acabarmos de nascer, tão logo abrimos os olhos, o visível e o tangível tornam-se amalgamados, induzindo-nos esse entrelaçamento a pensá-los como do mesmo tipo.²⁶⁷

E, assim, Berkeley chega ao que muitos consideram a conclusão final de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**. A visão é uma linguagem cujas conexões contingentes são estabelecidas no uso e, se a função de uma linguagem é significar, de igual modo, a função da visão é significar os meios com os quais regulamos as nossas ações. Isso nos permitiria dizer que a visão é muito mais bem representada por uma linguagem do que o seria por uma teoria geométrica, ressaltando os sentidos como o esteio do conhecimento. Porém, como é a visão que “predispõe a pensar que a geometria trata da extensão visível”, torna-se imperativo outro exemplo limite para esclarecer, definitivamente, o problema.²⁶⁸

Berkeley recorre então ao radical exemplo de uma mente incorpórea, de visão perfeita, para mostrar a inexistência de qualquer noção de distância, magnitude e

²⁶⁴ Cf. NTV, § 140.

²⁶⁵ Cf. NTV, § 143.

²⁶⁶ “É por essa razão que necessitamos de experimentos de pensamento semelhante ao cego de Molyneux, a fim de capturar uma experiência não ordinariamente acessível, por exemplo, saber o que um signo visível significa.” (ATHERTON, M., **Berkeley’s Revolution in Vision**, p.198.

²⁶⁷ Cf. NTV, § 145.

²⁶⁸ Cf. NTV, § 150.

localização.²⁶⁹ A mente incorpórea situar-se-ia em margem oposta ao cego, embora, estranhamente, seja apenas mais um argumento a favor disso que o cego já havia demonstrado: os dados visuais imediatos não são os objetos de uma teoria da visão.²⁷⁰ E, justamente, por tratar-se de extremos, um que tudo sente e nada vê e o outro que tudo vê e nada sente, eles se tocam e se complementam, perfazendo o arco completo para o entendimento de tal teoria.

Ver, mais que perceber imediatamente, é prever – um acréscimo ao conhecimento, que, desde que bem regrado pelos princípios estabelecidos e delimitado pela experiência ou uso, conduz ao alargamento do entendimento. Portanto, a vida para o cego seria mais sobrevivência do que vivência, por não ter a sugestão. Mesmo que isto significasse uma menor probabilidade de erros, conhecer menos levaria contudo a uma mente mais estreita e limitada. Analogamente ao cego, este pareceria ser o caso do “filósofo de mente curta” – nomeadamente, “os doutos e os eruditos”.

A função do sábio ou “filósofo de primeira linha” seria distribuir o conhecimento livre de barulhos, rumores ou incômodos, colocando-se ao lado e também acima do homem comum, pois teria uma melhor compreensão dos fatos da natureza.²⁷¹ Sendo a informação de fácil acesso e ampla disponibilidade, a diferença do conhecimento seria só qualitativa, estando presente naqueles que se dedicam à reflexão dos próprios pensamentos ou percepções.²⁷² Ver mais é sempre na direção de uma horizontalidade, enquanto só em Deus a visão seria vertical. Do ser só seria possível falar no devir, enquanto causa formal, na ação da ligação de uma percepção com outra. A causa eficiente de criação divina é o momento anterior à constituição do mundo. E a compreensão disso é que, em suma, separaria um “filósofo de primeira linha” de um “filósofo de mente curta”.

O ensaio sobre a visão é uma teoria, mas em estrito significado filosófico, isto é, ao livrar-se dos preconceitos e das opiniões pré-concebidas e falsamente formuladas, falaria de lugar nenhum, onde moraria a *Verdade*. Porém, até que ponto assegurar uma diferença recusando uma forma comum de representação entre a visão e o tato não seria,

²⁶⁹ Cf. NTV, §§ 153 – 155.

²⁷⁰ “Um puro espírito dotado apenas de visão estaria incapacitado para a geometria.” (DEGREMONT, R., **Berkeley**, p.11.)

²⁷¹ Cf. PKU, § 105.

²⁷² O que representaria a diferença entre o “filósofo de primeira linha” e o “filósofo de mente curta”, sem afastar-se do senso comum. “Alguns homens afirmam a existência de extensões não sensíveis. Outros afirmam que a parede não possui cor alguma, o fogo não é quente. Nós, irlandeses, não alcançamos essas verdades.” (PC, § 392).

de fato, colocar-se fora da experiência e contra o senso comum? Berkeley não negaria, afinal, vale dizer, que a maçã vista e a maçã tangível sejam o mesmo objeto.²⁷³

Ir de encontro ao senso comum seria negar a heterogeneidade das idéias, desconhecendo que ver depende de uma apreensão mental capturada pelo olho. Contrariamente, requerer o ver como diferente do tocar asseguraria aos nossos sentidos um real poder de informar acerca do que nos rodeia, juntando-se ao senso comum que crê na habilidade dos sentidos e não reivindica uma diferença entre a percepção e a existência.²⁷⁴ A maçã remontaria a não mais que uma coleção de qualidades sensoriais compartilhadas. Uma explicação geométrica é que levaria a idéia de uma magnitude como constructo visível, isto é, diferente do que existe e cuja distância e localização seriam percebidas de modo imperceptível, acarretando, em última instância, uma contradição.

Afirmar a causalidade enquanto uma conexão habitual, negando-lhe um caráter de causa eficiente, ao tempo que se mostra como uma crítica à metafísica tradicional, reivindica novos modos para constituição dessa ciência primeira. Assim, a visão se tornaria uma linguagem universal do Autor da Natureza, criada no intuito de nos orientar nos assuntos da vida.²⁷⁵ Como as palavras evocam na mente as coisas que elas significam, a visão, também, levaria as idéias que com ela estão conectadas, aprendidas pela experiência de modo arbitrário. Ao rejeitar uma solução que consideraria a visão como uma mera imagem representacional do mundo externo, insinuando com isto um caráter de dessemelhança entre o que é percebido e o objeto, Berkeley desenha o caminho em direção a uma metafísica idealista e imaterialista inerente ao conjunto de toda a sua obra, ao passo que constrói um método para o bem proceder em caminhos epistemológicos da ciência e, sobretudo, da filosofia.

²⁷³ “Não estou transformando coisas em idéias, mas antes idéias em coisas.” (DHP III, p.244)

²⁷⁴ “Pertencço à casta da gente comum, bastante simples para acreditar nos sentidos e deixar as coisas como as encontra. Para falar simplesmente, é minha opinião que as coisas reais são aquelas mesmas que vejo e apalpo, aquelas que percepciono pelos meus sentidos.” (DHP III, p. 229)

²⁷⁵ Cf. NTV, § 147.

CAPÍTULO III: O Desafio Cético

Em 1687, surge o maior tratado científico do século XVII, o **Philosophiae Naturalis Principia Mathematica**, de Isaac Newton, mencionado a seguir simplesmente como o **Principia**. Esse texto (a vários títulos, monumental) apresenta um novo sistema de mundo governado pelas leis básicas do movimento, servindo-se da teoria mecanicista para explicar a astronomia através das suas leis da dinâmica e da gravitação universal. Dados princípios unificadores de todos os fenômenos, quer terrestres, quer celestiais, a explicação do movimento da órbita lunar, por exemplo, não diferiria da explicação do movimento de um projétil próximo à superfície da terra. A aplicação dessa grande metáfora outrora cunhada por Galileu e Descartes, a mecanização do mundo ou matematização da natureza, faz Newton passar a postular, como papel precípua da teoria física, a causação do movimento no mundo natural através de formulações matemáticas, em oposição a uma desacreditada metodologia escolástica, ainda ancorada em princípios da física aristotélica.²⁷⁶

O paradigma mecanicista para explicação e uniformidade dos fenômenos do universo torna-se então dominante e, no início do século XVIII, era um dos pontos de discussão de destaque nos salões intelectuais da época. Em grande medida, Berkeley aceita e concorda com algumas dessas formulações, notadamente com a dinâmica newtoniana. Porém, por serem, do seu ponto de vista, obscuros e confusos como os dos escolásticos, o alvo da sua crítica são os conceitos da mecânica. O **De Motu**, publicado por Berkeley em 1721, seria produto dessa ambiência e, como expresso no subtítulo, propõe-se a investigar o princípio (dos §§ 1-42) e a natureza do movimento (§§ 43-66), bem como as suas causas (§§ 67-72).

Por serem os princípios que trazem as melhores razões para a fundamentação das crenças, é desse lugar que Berkeley parte para sua investigação. É nesse contexto teórico, portanto, que Berkeley, no **De Motu**, propõe-se a ir às coisas mesmas. Tal

²⁷⁶ “Força’, ‘gravidade’, ‘atração’ e termos dessa ordem são úteis para raciocínios e cálculos sobre o movimento e os corpos em movimento, mas não para entender a natureza simples do próprio movimento ou para indicar tantas qualidades distintas.” (DeM, § 17.)

como aconselhara no **Tratado sobre os Princípios sobre o Entendimento Humano**, deve-se afastar a cortina das palavras para, através da análise dos conceitos, examinar e delimitar os limites dos elementos usados na constituição do enunciado, encontrando, ao fim e ao cabo, a sua justificação. E, nesse caso, só haveria uma maneira de responder: pelo exame cuidadoso da experiência, pois “os termos abstratos deveriam ser descartados da meditação, a fim de deixar a mente fixar-se no particular e no concreto, isto é, nas coisas mesmas”.²⁷⁷

Para certa corrente da epistemologia contemporânea, esse ramo da especulação filosófica caracteriza-se tradicionalmente tanto por uma atividade avaliativa (à medida que busca uma justificação ou uma garantia para um dado conhecimento), quanto por uma normativa, por inventar e defender métodos próprios para assim proceder.²⁷⁸ Ao tomar como objeto um ramo da física, nesse caso a teoria da mecânica, Berkeley busca a ciência como inspiração para a investigação e tessitura de um modo peculiar a sua empreitada filosófica de avaliar o conhecimento, qual seja, o modelo da percepção ampla.

A percepção é o modo simples e real de chegar às coisas mesmas. Por conseguinte, poderíamos dizer dúplice a epistemologia berkeleyana, avaliativa e normativa. E, segundo julgamos, encontrar-se-ia determinada por três linhas: 1) a análise de conceitos; 2) a aplicação de um método; 3) a procura por um conhecimento claro e preciso. A avaliação da conduta da ciência, ou seja, a procura pelas garantias da verdade levará Berkeley a fazer uma demarcação das tarefas próprias e distintas da filosofia e da ciência, a ponto de insinuar que “a busca pelas causas verdadeiras só poderia afastar-nos da física, porquanto nos conduziria ao núcleo da metafísica”.²⁷⁹ Ao mesmo tempo, almejaria dois objetivos: alcançar as crenças verdadeiras e evitar o erro, donde a evidência estar justificada em termos de percepção.

Sendo, pois, a experiência um conhecimento, porquanto não haveria como separar a sensação (o percebido) da ordenação na mente (o percipiente), conhecemos em todos os casos do melhor modo, assegurando-se, dessa maneira, a formação de crenças razoáveis. Mesmo a percepção mais incipiente já seria um conhecimento. Dessa maneira, o empirismo berkeleyano vai postular uma ciência metafísica precipuamente baseada na experiência sensível, isto é, naquilo que obedece às regras de seqüência e

²⁷⁷ DeM, § 4.

²⁷⁸ Cf. GOLDMAN, A., **Epistemology and Cognition**, pp. 2-9.

²⁷⁹ JESSEPH, D.M., *Edictor's Irtroduction*, in BERKELEY G., **De Motu and The Analyst**, p. 12.

ordenação, sendo passível de critérios de verificação – em oposição, por exemplo, ao conhecimento matemático, que, como produto de uma razão, seria livre de controle.²⁸⁰

A tarefa filosófica da procura pelos primeiros princípios teria assim por meta, além de encontrar as respostas certas, combater os falsos problemas.²⁸¹ Na compreensão de Berkeley, seria a noção de abstração a origem freqüente do erro tanto na ciência como na filosofia. O abuso teórico da abstração terminaria por subsidiar um materialismo, que, como vimos, acarreta certo ceticismo e, sobretudo, o ateísmo.²⁸² A separação das qualidades primárias das qualidades secundárias conferiria às primeiras o estatuto de padrão ou imagem das coisas e às últimas, a condição de objetos do mundo que provocam as percepções.

Ora, esse abuso teórico implica a afirmação da externalidade do mundo e da existência da matéria. Mas, se tudo é idéia e o *esse est percipi*, não haveria diferença entre a percepção e sua idéia. O idealismo aventaria o imaterialismo com uma argumentação semelhante, a saber, seria contraditório tomar o conceito de matéria como substrato da figura, da extensão, do movimento, porque não haveria aí nada passível de ser conhecido, cuja existência esteja separada de uma qualidade sensível e seja exterior à mente. Logo, não haveria diferença entre as idéias (as qualidades percebidas) e o mundo (o perceptível). A abstração somente ocorreria por uma idéia abstrusa, pela qual um signo não evocaria o sentido que lhe seria análogo, com o que seu apoio em falsas analogias só pode resultar em flagrantes contra-sensos.

A explicação das regras gerais não seria feita por um aparente desvelamento das causas eficientes, mas antes por uma maior compreensão e observação dos fenômenos naturais, cuja regularidade e constância estariam asseguradas pelo Autor da Natureza. O estudo da causalidade, produto da vontade de um espírito seria de responsabilidade da metafísica.²⁸³ Parece-nos assim que Berkeley não está a rejeitar ou a desacreditar a ciência, mas sim a demolir uma espécie de “metafísica mecanicista”, que encontraria

²⁸⁰ “Mas uma coisa é servir para o cômputo e às demonstrações matemáticas, outra coisa é exhibir a natureza dos corpos.” (DeM, § 18).

²⁸¹ Cf. PC, § 556.

²⁸² Cf. PC, § 750.

²⁸³ “Portanto, considerada a diferença entre filósofos naturais e os outros homens, veremos que consiste não em conhecimento mais exato da sua causa eficiente produtora que só pode ser *a vontade de um espírito*; mas somente em compreensão mais larga, e conseqüente descoberta de analogias, harmonias, concordâncias nas obras da natureza, e explicação do efeito particular, isto é, reduzido a regras gerais.” (PKU, § 105).

apoio em “afirmações sobre o estatuto ontológico dos corpos físicos e seus poderes causais”.²⁸⁴

Uma teoria da ciência não poderia ter a pretensão de explicar as relações causais.²⁸⁵ Essas só poderiam ser descritas não por uma separação de fato entre as qualidades, mas por uma espécie de artifício: a tradução das diferentes qualidades ou idéias heterogêneas em uma correlação entre signo e significado.²⁸⁶ Com isso, a concepção do movimento ou mesmo do espaço, só poderia ser realizada através da observação comparativa entre dois corpos,²⁸⁷ assim como, no extremo oposto, a expressão do absoluto seria ela mesma inconcebível por não corresponder a idéia alguma.

1. A Crítica à Dinâmica

Os filósofos ditos newtonianos (ou, como Berkeley os chamava, os livres pensadores) apropriavam-se da teoria da dinâmica, colocando a metafísica em bases equivocadas ao assumirem como causa eficiente a idéia de força inerente aos corpos, origem e fim de toda e qualquer sucessão dos eventos naturais.²⁸⁸ Ora, o conceito de força como atividade da matéria vai de encontro à doutrina idealista que considera como causa a vontade ou a ação do espírito, pois “para ficarmos convencidos dessa verdade, nada mais é necessário senão a pura observação de nossas idéias”.²⁸⁹ Tratar a força como causa eficiente, incorporando-a tal e qual uma qualidade, é cair em dificuldades intransponíveis, uma vez que, na análise conceitual, não lhe encontraríamos um correspondente fenomênico.²⁹⁰

²⁸⁴ DOWNING, L., *Berkeley's natural philosophy and philosophy science*, in **The Cambridge Companion to Berkeley**, p. 234.

²⁸⁵ “Há leis gerais que passam através de toda a cadeia de efeitos naturais; são conhecidas pela observação e estudo da natureza, e o homem as aplica ora a fabricar objetos artificiais para uso e ornamento da vida, ora para explicar vários fenômenos.” (PKU, § 62.)

²⁸⁶ “Em verdade, todos os agentes são incorpóreos, não sendo propriamente de considerações físicas. O astrônomo, o físico, o químico, tratam da causa real, da causa eficiente ou do agente, não como tais, mas apenas por acidente.” (SRS, § 247.)

²⁸⁷ Cf. DeM, § 64.

²⁸⁸ “Berkeley estava preocupado que o grande sucesso da dinâmica newtoniana pudesse ser usado como suporte para uma concepção de natureza. E, como mostra a história, sua preocupação não era infundada.” (DOWNING, L. *Berkeley's natural philosophy and philosophy science*, in **The Cambridge Companion to Berkeley**, p. 238.)

²⁸⁹ PKU, § 25.

²⁹⁰ Cf. DeM, § 8.

A rejeição, por parte de Berkeley, da teoria da força como qualidade inerente aos corpos é uma das mais importantes na construção do seu método epistemológico.²⁹¹ Para ele, a causa eficiente não seria o objeto (de fato e de direito) da ciência empírica, porquanto na natureza não haveria necessidade, mas apenas contingência. Causa e efeito diriam respeito sim à parte ativa do mundo, isto é, à mente, sendo pois objeto da metafísica. Desse modo, a sua análise do conceito de força nasce como uma denúncia da linguagem, que é o lugar do erro, do engano, do mau uso e do abuso. Sua análise é como que uma peça orquestrada por Berkeley para dar início à crítica da abstração, aqui especificamente à força como uma idéia separada do movimento ou de qualquer outra qualidade sensível. Não por acaso, o **De Motu** se inicia com a advertência aos filósofos acerca das ilusões criadas pela linguagem, exortando-os então a não se deixarem enganar pelas belas imagens evocadas pelas metáforas.²⁹²

Dotar o objeto de relação causal seria violar a lei da heterogeneidade das idéias, criar uma abstração e afirmar e propagandear a existência da matéria, negando toda a metafísica idealista e imaterialista. A afirmação do movimento e do repouso como causa real induziria a uma falsa crença de uma explicação ontológica que seria mais bem fundamentada por aquele que procura pela causa primeira, não só do movimento ou do repouso, como também da natureza e toda a existência. “Contudo, isso é de competência da filosofia primeira ou metafísica e da teologia.”²⁹³ Postular Deus como a causa necessária responsável pela criação e como a causa suficiente responsável pela conservação da natureza, faria Berkeley acreditar ter aniquilado uma pretensa metafísica baseada em hipóteses da ciência natural – nesse caso, uma teoria do movimento calcada na idéia de força ínsita.²⁹⁴ Para Berkeley, atribuir uma *vis* ínsita aos corpos seria uma espécie de vitalismo. Ora, se Deus é a causa das idéias, só pode também sê-lo das suas propriedades e das suas relações.

A hipótese de que o tratamento da causalidade pela ciência não estaria ancorada em uma sustentação de fato, baseia-se em dois princípios epistemológicos berkeleyanos:

²⁹¹ Cf. **DeM**, § 22.

²⁹² “Na busca da verdade, a coisa mais importante é acautelar-se, a fim de não sermos atrapalhados por palavras de pouco entendimento. Quase todos os filósofos sabem disso, mas poucos observam o aviso. Contudo, isso não menos parece ocorrer nas questões tratadas pelos físicos, nas quais tem lugar o sentido, a experiência e o raciocínio matemático. Portanto, pondo de lado, tanto quanto possível, todo o preconceito originário do hábito do discurso ou da autoridade do filósofo, devemos diligentemente examinar a natureza mesma das coisas. Logo, não deveria a autoridade de qualquer ser avaliada pertinente quando, na apreciação das suas palavras e termos, nada de claro e certo pode ser aí descoberto.” (**DeM**, § 1.)

²⁹³ **DeM**, § 34.

²⁹⁴ Cf. **DeM**, § 36.

(1) a percepção é o melhor modo para dirimir dúvidas e (2) permanecer no campo das relações de idéias é ir ao encontro das coisas mesmas. Para não se deixar enganar, o filósofo deve estar atento ao mau uso e abuso da linguagem:

O mais cômico dos métodos filosóficos deve abster-se tanto quanto possível de noções abstratas e gerais (se noção for o termo certo para denotar o que não pode ser entendido).²⁹⁵

Nesse ponto, a epistemologia de Berkeley estabelece duas regras: as percepções como limites do conhecimento e a condição da significatividade. Um termo torna-se geral não por abstração mas por indiferença, ou seja, sem levar em conta qualquer singularidade. Todavia, se a força não é uma qualidade sensível, em que sentido podemos afirmar a aceitação de Berkeley da dinâmica newtoniana?²⁹⁶ Afinal, através de um recurso retórico, ele solicita o testemunho do físico inglês para afirmar a passividade dos corpos. Porém, devemos convir que isto não eliminaria todo e qualquer poder causal, porquanto ainda permanecia a afirmação de forças atrativas e repulsivas como inerentes aos corpos.²⁹⁷ Parece-nos assim que sua crítica é antes uma recusa a certa ontologia, preservando, contudo, o caráter explicativo da ciência, a fim de ampliar e facilitar o entendimento das leis naturais em termos de hipóteses ou cálculos matemáticos. Em todo caso, não resultaria daí um conhecimento metafísico da causalidade. “A atração foi certamente introduzida por Newton não como uma qualidade física real, mas apenas como hipótese matemática.”²⁹⁸ À ciência caberia, pois, a descrição e a previsão dos fenômenos; enquanto à filosofia, o discurso sobre a realidade última do mundo.

Criados por formulações matemáticas, termos tais como ‘força’, ‘gravidade’ e ‘atração’ transformam-se em teorias universais, donde poderíamos deduzir predições e fazer avanços para a produção de técnicas e aparatos que visam à comodidade e ao bem estar, enfatizando-se o aspecto instrumentalista da ciência.²⁹⁹ Por conseguinte, a crítica à dinâmica newtoniana seria por conta de esta ter postulado a força como distinta de qualquer qualidade sensível, conquanto latente na matéria, como se fora um princípio inato.³⁰⁰ Como postulado no **Alciphron VII**, a linguagem é significativa não só por

²⁹⁵ DeM, § 22.

²⁹⁶ Cf. DeM, § 28.

²⁹⁷ Cf. DeM, § 26.

²⁹⁸ DeM, § 17.

²⁹⁹ Cf. DeM, § 38.

³⁰⁰ “Mas quando se diz a força residindo nos corpos, quer por atração quer por repulsão, deve ser considerada como uma hipótese matemática e não como alguma coisa existindo na natureza.” (SRS, § 234.)

sugerir idéias, mas também por guiar e inspirar ações, sendo, aliás, desse modo que um termo da dinâmica adquire significação. Em outras palavras, é através de um conteúdo significativo que um termo geraria regras acerca das leis naturais ou princípios gerais, observados pela regularidade e pela sucessão das idéias sensíveis.³⁰¹

Ainda que não possa ser considerada como um conteúdo descritivo, mas valorada pela importância da sua aplicabilidade, uma tese científica mostra-se verdadeira quando baseada na lei da natureza – tomada como princípio e lugar da regularidade. Nessa perspectiva, o **Principia** é a melhor ferramenta para a ciência natural, porquanto não pretende falar da causa eficiente e final,³⁰² e sim proporcionar um entendimento correto da natureza, de modo semelhante a como, através das regras gramaticais, aprendemos um funcionamento da linguagem.³⁰³ Por estabelecer o ofício de cada campo do conhecimento sem recorrer ao desmerecimento de um em favor do outro, não é surpreendente a afirmação de Berkeley de que a teoria newtoniana é, enfim, uma explicação melhor da natureza do que a ciência presente na obra de Descartes.³⁰⁴ Entender a ciência como sendo de caráter instrumental, é liberá-la de qualquer compromisso com a atribuição de causa real.

Dizer que as partículas podem ser atraídas ou repelidas é apenas dizer que os seus movimentos estão em uma correta harmonia com as leis naturais.³⁰⁵

Aquele que estuda e interpreta com atenção e habilidade o discurso da natureza e, ainda assim, insiste em afirmar um conhecimento *in natura*, assemelha-se a um animal selvagem irracional: “ouve uma língua estranha e nada entende.”³⁰⁶

2. A Crítica aos Princípios

Para Berkeley, não ser possível pensar a idéia de matéria já seria, por si só, uma razão epistemológica suficiente para a negação da existência de um mundo exterior independente da percepção. A quebra da conexão necessária entre matéria e existência de idéias mostraria como a primeira é inútil para o conhecimento, pois sem conteúdo ou contraditória.

³⁰¹ Cf. **DeM**, §39.

³⁰² Cf. **PKU**, § 110.

³⁰³ Cf. **SRS**, § 234.

³⁰⁴ Cf. **SRS**, § 243.

³⁰⁵ **SRS**, § 231.

³⁰⁶ **SRS**, § 254.

“Todos afirmam que é possível sermos afetados por todas as idéias atuais, embora não houvesse corpos exteriores semelhantes a elas.”³⁰⁷ Nesse propósito, uma inferência seria legítima se derivada de uma hipótese verdadeira. Conseqüentemente, mesmo que a matéria pudesse ser uma verdade de razão, ela não se sustentaria, porque a base última de todo conhecimento é a percepção. E seríamos incapazes de compreender tanto a interação entre a matéria e a mente quanto o modo como a matéria causaria a percepção.³⁰⁸ Diferentemente da dúvida metódica cartesiana, o despojamento de todas as qualidades sensíveis até atingir-se uma mente incorpórea somente corroboraria a mesma certeza: “esse puro intelecto sem a ajuda de corpos extensos seria afetado pela mesma cadeia de sensações ou idéias como qualquer um de nós.”³⁰⁹

Sendo a matéria qualitativamente vazia e inerte, seria inútil para provocar ou causar qualquer sensação. Por outro lado, como a atividade é resultante de uma ação e de uma vontade do espírito, a existência, a permanência, e a ordenação do mundo seriam frutos da mente divina. “Todos os corpos do sistema mundano são movidos por uma mente toda poderosa em conformidade com uma reta e constante razão.”³¹⁰ Para a epistemologia desse sistema, a experiência sensorial é a evidência a ser levada em conta no estudo da natureza. E, dito isso, poderíamos afirmar como estatuto da epistemometafísica berkeleyana: (a) uma crença está justificada se e somente se baseada em uma percepção sensível; (b) uma investigação deve procurar a experiência sensível como base para a construção das crenças e a análise da veracidade de juízos emitidos.³¹¹

Para Berkeley, a relação causal seria mais bem descrita como uma relação entre fenômenos distintos, à semelhança de uma linguagem. A causa é o signo; e o efeito, o significado. A idéia de causa como uma conexão necessária implica recorrer a signos lingüísticos vazios e lançar mão de uma qualidade oculta sem correspondência a idéia alguma. O conceito de força como imanente ao corpo ou como forma substancial violaria ainda dois princípios da metafísica berkeleyana: (1) tomaria a idéia ou percepção como o agente ativo e (2) usaria como fundamento um princípio oculto e inobservável.

³⁰⁷ PKU, § 18.

³⁰⁸ Cf. PKU, § 19.

³⁰⁹ PKU, § 20.

³¹⁰ DeM, § 32.

³¹¹ Cf. ADAMS R. M., *Berkeley and Epistemology*, in **Essays on The Philosophy of George Berkeley**, pp. 154-155.

Uma teoria corroborada por essa via esconsa perderia o seu valor explicativo.³¹² A descrição do fenômeno natural não solicitaria, então, uma explicação causal. Por ser um fato não natural e produto da vontade ou da ação do Espírito governante, a causalidade é investigação de competência da ciência dos primeiros princípios ou metafísica. Por conceber a primeira lei da dinâmica como exemplo de lei científica, provando a passividade das idéias, Berkeley toma-a como exemplo metodológico de boa condução na busca das leis naturais.³¹³ O exemplo tomado para mostrar o contrário seria o conceito de aceleração como uma força vital e fora de um ato instituído por uma mente.³¹⁴

Sem possuir bases fixas ou estáveis, as entidades matemáticas funcionariam como as palavras, isto é, são significativas dentro de um contexto. Para realçar esse fato, Berkeley recorre à ironia como instrumento filosófico. Aponta como as hipóteses de Newton e Torricelli sobre força impressa, embora divergentes e opostas, são ambas consideradas corretas, pois dependentes do sistema referencial do observador. Logo, remontaria ao mesmo resultado dizer que o movimento se dá do percussor para o percutido ou que ele é gerado e, contudo, destruído no corpo atingido.³¹⁵

Segundo Berkeley, Newton tinha como princípios: (a) a gravidade como uma qualidade da matéria; (b) a força como causa eficiente; (c) a lei da gravidade, como uma função matemática entre a força impressa e parâmetros tais como a massa e a distancia.³¹⁶ Daí decorreria sua crítica à terceira lei do movimento de Newton, porque, não sendo a força ínsita ao corpo, termos como ação e reação nada acrescentariam à explicação das leis naturais.³¹⁷ Ambas sendo iguais, isto é, produtos da vontade do espírito, seriam definidas de acordo com o referencial empírico do observador e legitimamente denominadas por diferentes nomes, pois “é correto assim proceder na mecânica, na qual, em lugar da verdadeira natureza das coisas, são consideradas as idéias matemáticas.”³¹⁸ Separar a percepção do percebido, por exemplo, a ação de um corpo do seu movimento, como pressuposto pela lei da gravitação, seria simplesmente

³¹² Cf. **DeM**, § 6.

³¹³ “Todo corpo permanece em seu estado de repouso ou de movimento uniforme em linha reta, a menos que seja obrigado a mudar seu estado por forças nele impressas.” (NEWTON, I., **The Principia**, Axioms, or Laws of Motions, p. 416.)

³¹⁴ Cf. **DeM**, § 51.

³¹⁵ Cf. **DeM**, § 68.

³¹⁶ Cf. BROOK, R., **Berkeley’s Philosophy of Science**, p. 119.

³¹⁷ “A uma ação sempre se opõe uma reação igual, ou seja, as ações de dois corpos um sobre o outro sempre são iguais e se dirigem a partes contrárias.” (NEWTON, I., **The Principia**, Axioms, or Laws of Motions, p. 417.)

³¹⁸ **DeM**, § 70.

criar uma abstração. E mais, seria vindicar para a matéria uma causalidade eficiente distinta da consciência reflexiva.

No aparato conceitual berkeleyano, o estudo da causalidade deve ser chamado de fonte e princípios das coisas e pertence à metafísica. Os princípios da ciência experimental seriam denominados de fundamentos e motivos do conhecimento, pois tratam da descrição e não da existência das coisas. Por conseqüência, descrever a natureza usando a gravitação ou o poder de atração entre os corpos é semelhante às ficções usadas pelos geômetras, ou seja, fundamentos sem qualquer capacidade explicativa e sem utilidade alguma, haja vista a perda do seu poder preditivo acerca do estado futuro dos corpos. Perder a conotação de hipótese matemática é tornar o fundamento um esquema vazio. E, sob esse aspecto, não poderíamos de deixar de concordar com Brook: “Desistir da noção de força como entidade real, distinta do efeito e de sua relação causal não deixou de ser um momento radical na filosofia e mecânica”.³¹⁹

O erro da abstração é postular um signo cujo significado é vazio. “Quando considero o sentido das palavras que compõem o termo ‘substância material’ fico convencido não haver um significado distinto a elas anexado.”³²⁰ A postulação da matéria como substrato das qualidades conduziria a uma regressão infinita, na busca de uma substância cada vez mais simples. O conceito de matéria como substrato seria, pois, vazio ou inútil e, como estrutura dos objetos, seria mesmo contraditório, pois como pode o que não está dado à percepção ser exatamente a causa dos efeitos sensíveis?

Usar o conceito de força nas questões acerca da transmissão ou na teoria causal do movimento é confundir a causalidade com o significado do termo. Desde que uma idéia não é causa ou origem de outra idéia, a causalidade explicar-se-ia através da ação de um espírito, cujo tratamento caberia à metafísica. No mundo natural, não haveria causalidades, mas sucessão de eventos, cuja regularidade seria retirada das leis gerais ou universais.³²¹

Tendo assim sido formulada a questão, cabe observar, por oportuno, que não escapou a intérpretes contemporâneos a sugestão de haver uma aproximação entre as posições de Berkeley e a epistemologia de Ernest Mach, por tomarem ambos o conceito

³¹⁹ Cf. BROOK, R., *Berkeley's Philosophy of Science*, p.115.

³²⁰ PKU § 17.

³²¹ Na verdade examinando e comparando vários fenômenos, observamos alguma semelhança e conformidade entre eles. (PKU § 104.)

de força como uma hipótese matemática – posição defendida, por exemplo, por Brook, Whitrow e Popper.³²² Entretanto, por não tocar em questões essenciais da metafísica, tal aproximação entre os referidos pensadores só nos parece relevante no estudo da história das idéias, tema que ultrapassa o objeto desse trabalho. Foi justamente o uso da ciência como princípio filosófico e o uso da filosofia como fundamento científico que se dirigiu toda a crítica de Berkeley.

3. A Crítica ao Absoluto

No entendimento de Berkeley, a abstração separada de todas as qualidades não poderia sequer ser tomada como uma quimera. Conceber é ser logicamente compatível.³²³ É essa direção que toma a última parte do **De Motu**, ao examinar a hipótese acerca da existência do movimento absoluto e, portanto, a existência do espaço absoluto. A crítica à abstração como termo geral mostra suas conseqüências, a saber: não são as idéias que correspondem a nomes, mas antes um nome é que significa todas as idéias particulares. Por exemplo, o termo homem compreende toda a gama de idéias particulares inclusas nesse termo. Em contrapartida, a idéia de homem em abstrato, despida de qualquer qualidade sensível, seria uma referência vazia, um *non sense*. Ora, uma idéia de espaço absoluto, extraída da idéia de distância ou da relação entre objetos, “é uma idéia infinita, imóvel, indivisível, insensível, sem relação e sem distinção, isto é, dotada de atributos privativos ou negativos”.³²⁴

Se para Newton é a invariância da massa inercial que dá o significado operacional da existência de algo como constituinte dos corpos materiais, para Berkeley seria a idéia de tato que asseguraria a fixidez e permanência dos objetos perceptíveis. E, sendo assim, como mostrado no **Ensaio para uma Teoria da Visão**, o espaço não seria uma idéia imediata da visão e sim uma idéia mediata, na qual a percepção visível é o significado das idéias tangíveis. Desse modo, o espaço só pode ser concebido em uma relação com as partes de um corpo ou pelo livre poder de movimento desse corpo na ausência de obstáculos.³²⁵ Se ser é ser percebido, uma idéia absoluta independente da

³²² Cf. BROOK, R., *Berkeley's Philosophy of Science*; WHITROW, G. J., *Berkeley's Philosophy of Motion*, in *George Berkeley Bicentenary*; POPPER, K., *A Note on Berkeley as Precursor of Mach*, in *George Berkeley Bicentenary*.

³²³ Cf. *DeM*, § 58.

³²⁴ *DeM*, § 53.

³²⁵ Cf. *DeM*, § 55.

mente e separada de qualquer percepção não pode ser idéia alguma, suprimindo, ao afirmar-se, as condições mesmas de afirmação de sua existência.³²⁶

A idéia de espaço pressupõe a idéia de extensão, ou seja, esse conhecimento é gerado tão-somente através da percepção do movimento de um corpo em relação a outro. O movimento absoluto, o espaço absoluto e o tempo absoluto são, assim, expressões sem sentido. Porém, se tomarmos como referência o firmamento e as estrelas fixas, podemos então, nesse sentido estrito, compreender e falar sobre o movimento, o espaço e o tempo. Nesse caso, o quadro referencial, mesmo infinito, é, todavia, concebível e logicamente compatível com o entendimento. O puro absoluto envolveria uma dupla abstração: a desconsideração das qualidades sensíveis e a independência da percepção. Um conceito em uma teoria seria significativo, se derivado de “certos elementos sensoriais como cor, pressão, odor ou do domínio das coisas observáveis e suas relações”.³²⁷

Uma teoria construída em torno de idéias abstratas favoreceria o ceticismo gerado por falsas entidades, porquanto não haveria acesso a elas ou possibilidade de sua percepção. Se um termo só é significativo por corresponder a uma idéia ou suscitar uma ação, a abstração visaria a nenhum propósito, exceto às conversas fúteis e disputas inúteis. Sem estar em conformidade com a real natureza das coisas, uma abstração somente se realizaria como possibilidade lógica da imaginação, a exemplo da imagem de um nariz sem face. Portanto, ainda que admitida como logicamente possível, a imagem do céu infinito com as suas estrelas funcionaria como o espaço infinito e com a vantagem de ser tomado como um artifício do entendimento em prol do conhecimento natural, e não como base para princípios metafísicos ou como um dogma para promoção da fé.

A doutrina das idéias abstratas conduziria a dois erros: a noção dos universais como termos destituídos de todas as qualidades sensíveis e a distinção entre coisas e idéias. É a experiência que nos ensinaria o curso ordinário das coisas naturais, semelhante ao aprendizado da relação entre um signo e seu significado. Com o uso inovador de uma terminologia gramatical na explicação das conexões entre as idéias, Berkeley pretendia depurar a metafísica de embaraços provocados pelas falsas entidades, a exemplo de um princípio ativo nos corpos.

³²⁶ “E quando inspeciono tal idéia (o espaço absoluto) um pouco mais atentamente, encontro-a como a idéia do mais puro nada, se é que posso chamar isso de idéia.” (DeM, § 54.)

³²⁷ BUCHDAHL, G., *Metaphysics and the Philosophy of Science*, p. 287.

A estrutura última do mundo ou a ontologia repousaria na linguagem mantida ente as idéias sensoriais e particulares e a mente. Atentar para tais erros significaria reconhecer pretensas afirmações ontológicas originadas da ilusão e do mau entendimento dos jargões da ciência. O instrumentalismo que considera a ação na natureza como hipótese matemática mostra-se como uma relação de idéias e não como uma questão de fato, porquanto “é impossível para uma idéia fazer qualquer coisa ou, estritamente falando, ser a causa de alguma coisa”.³²⁸ Como opera sempre de modo uniforme, é o Espírito governante quem constitui a ordem da natureza garantindo a fixidez e a sucessão das suas leis.

Pelas considerações tecidas até agora, a crítica à abstração introduziria novos traços nessa epistemo-metafísica: um conceito sem conteúdo empírico seria vazio, logo inobservável; um conceito significativo e formado por um conjunto de idéias não possuiria uma ação efetiva, portanto, não teria poder causal. Sem se reportar a questões de fato, uma teoria assim prescrita, constituída por hipóteses matemáticas e, contudo, baseada em leis estabelecidas pelas regras da natureza, exibiria boas garantias explicativas e fonte segura de predições.³²⁹

Qualquer afirmação que se pretenda universal deve ser articulada em termos gerais dessa natureza, deixando de lado todos os termos abstratos. Em outras palavras, o conhecimento subsistiria no nível ontológico das idéias, além e abaixo do qual não haveria qualquer realidade empírica. Por isso, destituído de qualquer estrutura relacional, o movimento absoluto (a exemplo da experiência de pensamento do balde giratório de Newton) nada informa acerca do fenômeno de forças atrativas. A atração não se refere a qualquer movimento em abstrato, mas sim ao movimento particular e de acordo com a lei natural. “As leis primeiras do movimento foram provadas pela experiência, elaboradas pela razão e tornadas universais”, pois derivadas dos teoremas gerais da mecânica e das explicações particulares do fenômeno.³³⁰

Berkeley coloca o mundo centrado na percepção a fim de salvar a metafísica dos erros conceituais derivados do enfeitiçamento pelo grande progresso da ciência de então, sendo sua verdadeira razão de ser “a tentativa de obter a mais clara separação entre a física e a metafísica”.³³¹ Ater-se à percepção é examinar o que pode ser concebido; desse modo, o movimento só poderia ser apreendido numa estrutura de

³²⁸ PKU, § 30.

³²⁹ Cf. PKU, § 58.

³³⁰ DeM, § 36.

³³¹ BUCHDALL, G., *Metaphysics and the Philosophy of Science*, p. 317.

referência. Supor o contrário seria cair em uma abstração ou deixar-se levar por formulações científicas, nas quais tais hipóteses estariam justificadas apenas enquanto entidades matemáticas, visando a uma abordagem operacional. Em virtude do princípio metafísico (*o esse est percipi*), não haveria sentido algum em falar de movimento ou de repouso em um espaço onde tudo mais fora aniquilado.³³²

A rejeição por parte de Berkeley da noção de espaço absoluto utiliza-se de argumento semelhante àquele acerca da negação do movimento absoluto. A negação da idéia de tal espaço remonta à total ausência de qualquer corpo, nada produzindo de positivo. Também remonta a uma abstração, pois independeria de uma situação perceptual.³³³ O espaço absoluto não existiria nem mesmo como uma entidade imaginária, mas apenas como ilusão derivada das palavras. As características espaciais seriam dadas na relação entre o visível e o tangível, como bem demonstrou o cego de Molyneux.³³⁴

Aceitar a passividade das sensações, colocando a mente como centro da atividade, faria com que a metafísica berkeleyana espelhasse o mundo tal como é apreendido na estrutura empírica e plenamente disposto ao conhecimento, tendo como único limite a experiência. Já nos **Três Diálogos entre Hylas e Filonous**, o protótipo do livre pensador matemático (representado por Hylas) descreve o espaço como inalcançável e imensurável, suscitando em Filonous (porta voz de Berkeley) a necessidade de evidenciar a ausência de conteúdo empírico e a falsa pretensão metafísica dessa extensão sem fim.³³⁵ Ora, justamente sobre essa passagem, alguns comentadores, como Buchdall, têm reforçado a ausência no **De Motu** de uma teoria positiva, a ser colocada no lugar do espaço absoluto, bem como, assim dizem, a irrelevância dos argumentos de Berkeley acerca do movimento absoluto. Se pertinentes ou não, tais alegações não nos parecem dotadas de real valor para tal epistemo-metafísica. Berkeley não estaria, afinal, postulando teses ao modo de Newton, mas sim demarcando uma radical diferença entre a filosofia e a ciência. Ler o **De Motu** com o **Principia** na mão, além de incorrer em tal indistinção, apenas conduziria a uma falsa

³³² Cf. **De Motu** § 54.

³³³ Cf. **De Motu** § 55.

³³⁴ Cf. **NTV** § 132.

³³⁵ **DHP III**, pp 210-211.

interpretação do trabalho de Berkeley, indigitando-o como mal conduzido, pouco rigoroso e mesmo risível.³³⁶

Na compreensão de Berkeley, ao contrário, o puro espaço é a geometrização da natureza. Embora de utilidade na ciência natural, mostrar-se-ia, contudo, incompatível com o princípio ontológico mais bem estabelecido que um devaneio qualquer da razão.³³⁷ A matematização ou geometrização do espaço, por outro lado, seria aceita por Berkeley como um axioma euclidiano, ou seja, como recursos ditados por princípios formais. Na experiência, porém, não haveria garantia para a mensuração da extensão infinita, cabendo aqui uma diferenciação entre o eterno contínuo e a progressão *ad infinitum*. A primeira distinção é concebível, tal como a série dos números reais. A segunda, ao contrário, a extensão infinita, é o *non sense*.

Ver se dá sempre de um ponto de vista subjetivo e particular, além do qual não haveria algo como um espaço visível em si mesmo, fora de qualquer percepção, como já o teria comprovado o exame do problema proposto por Molyneux. Esse argumento é usado para determinar a não existência de uma idéia do espaço externo puramente visual e fora da mente, desde que as idéias da visão só poderiam ser consideradas em perspectiva e não no padrão fixo característico das idéias tangíveis. Usando outro experimento de pensamento, antípoda ao do cego, a mente incorpórea puramente visual e carente das idéias do tato estaria incapacitada para a apreensão espacial, igualmente à percepção do adulto cego que, ao adquirir a visão pela primeira vez, não reconheceria a distancia.³³⁸

É certo que Berkeley refletiu pouco a respeito do tempo absoluto. Encontramos algumas observações nos **Philosophical Commentaries**, nas cartas trocadas com Samuel Johnson e em algumas seções do **Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano**. No restante da sua obra, a exemplo do **De Motu**, tal questão aparece de forma pontual.³³⁹ Assim como a crítica ao movimento absoluto e ao espaço absoluto, a alegação contra a medida do tempo tomada sem qualquer referência iria ao encontro da metafísica idealista e imaterialista, para a qual ser é ser percebido. Excluída

³³⁶ “O alcance do progresso da supressão da mecânica do conceito de força como causa eficiente requer um tipo radical da reconsideração das leis do movimento de Newton que encontramos em Mach, mas não no *De Motu* de Berkeley.” (BROOK, R., **Berkeley’s Philosophy of Science**, p. 143.)

³³⁷ Cf. THRANE, G., *The Spaces of Berkeley’s World*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p. 135.

³³⁸ Cf. NTV, §§ 153-156.

³³⁹ Cf. FURLONG, E. J., *On Being Embrangled by Time*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, pp. 148-155.

de todas as ações e das idéias particulares, a duração em abstrato seria de difícil compreensão, até mesmo para o filósofo.

Um tempo infinitamente indivisível jaz sobre a necessidade absoluta, visto que na realidade ele nada representaria além da sucessão de idéias que fluem uniformemente.³⁴⁰ Em suma, o movimento absoluto, o espaço absoluto e o tempo absoluto seriam imperceptíveis, pois empiricamente negativos e logicamente impossíveis, logo inimagináveis: “A imaginação nada mais é do que a faculdade que representa as coisas sensíveis que existem de ato ou pelo menos são possíveis de existir”.³⁴¹ Conseqüentemente, o movimento, o tempo e o espaço se mostrariam verdadeiros quando tomados em uma estrutura de referência. Em um tratado metafísico, o absoluto corresponderia à nulidade da teoria da abstração – tratamento semelhante àquele usado para a explicação do mundo microscópico, pois concebemos um micro-corpo sempre em comparação com o tangível, exatamente como ocorre na vida ordinária.

Por afirmar uma diferença entre a ciência e a filosofia, haveria o conhecimento explicativo da natureza das coisas que fazem parte do mundo, ou ontologia, de domínio metafísico. E, do outro lado, haveria o conhecimento descritivo acerca da regularidade das leis naturais de caráter aplicativo e preditivo, competência da ciência.³⁴² A abstrusa indistinção entre as fronteiras dessas diferentes esferas do conhecimento apenas produziria um mundo duplicado: o real e o aparente, caindo na armadilha das palavras sem conteúdo significativo. E, dessa maneira, a epistemologia de Berkeley distinguiria quatro níveis do entendimento: (i) as percepções ou as idéias particulares; (ii) as leis da natureza inferidas das regularidades e comprovadas pela experiência; (iii) as hipóteses matemáticas de uso exclusivo da ciência e sem pretensões de explicação causal; (iv) o estudo da causalidade como a parte ativa do mundo de exclusivo tratamento metafísico. Os dois primeiros níveis seriam intercambiáveis. Porém, considerar o terceiro nível como fundamento da causa eficiente seria um erro derivado da abstração; e, por sua vez, a utilização de teorias científicas para sustentar bases metafísicas seria criar palavras vazias, com as quais o signo não corresponde ao significado, dada a separação entre existência e essência.³⁴³

³⁴⁰ Cf. PKU, §§ 97-98.

³⁴¹ DeM, § 53.

³⁴² Cf. DeM, § 72.

³⁴³ Cf. POPPER, K., *A Note on Berkeley as Precursor of Mach*, in **George Berkeley Bicentenary**, p. 31.

4. O Estatuto da Epistemo-Metafísica

Através da crítica de movimento, espaço e tempo absolutos, bem como do conceito de força como *vis ínsita*, a epistemo-metafísica berkeleyana defenderia a metafísica como o estudo da causalidade, uma vez que se trata da parte espiritual do mundo e, portanto, fora do alcance da investigação da ciência natural. Afirmando uma semelhança em sentido forte entre a percepção e o mundo por ela apreendido, os objetos seriam um complexo de idéias formado pelas diferentes sensações. Origem e causa de tudo o que existe, Deus é quem institui as leis naturais e para Berkeley essa seria “a simples razão porque a física pode descrever regularidades e não causas finais”.³⁴⁴

O móvel para Berkeley postular o método para o bom proceder no campo de estudo da ciência natural foi a leitura da obra newtoniana realizada por alguns filósofos, que a tomaram como inspiração para uma ontologia, dotando a natureza de essências ocultas imunes à apreensão sensível e conduzindo à falsa crença na existência de um novo mundo, em substituição ao mundo da vida ordinária. Uma coisa é chegar às leis da natureza contemplando o fenômeno, outra coisa seria formular hipóteses, atribuindo a elas um poder causal capaz de dotar a natureza de necessidade. A primeira coloca-se a serviço da ampliação e melhoramento do conhecimento; a segunda, de caráter equivocado, seria exemplar da estreiteza da mente daqueles que refletem pouco e falam futilidades como se estivessem tocando o essencial.

Como um cristão fervoroso do século XVIII, esse bispo irlandês vindica para o Autor da Natureza a causa das percepções como de grande força, maior vividez e autêntica verdade, em comparação com as ilusões e abstrações provocadas pela linguagem de criação humana. A substância espiritual evidenciar-se-ia necessária para a estabilidade, a ordem e a sucessão dos eventos do mundo. Estrutura lógica, tal substância é vital para a sustentação dessa metafísica idealista e imaterialista, sendo oposta à suposição de uma substância material, que, de resto, se mostraria inútil para a explicação da causalidade e da interação entre as percepções e a mente. Esses argumentos seriam suficientes para a supressão da matéria em favor da substância espiritual. Porém, para esclarecer em definitivo não ser essa posição um mero jogo de palavras de efeito retórico, Berkeley vai provar que, com ou sem a matéria, tudo mais continua na mesma.

³⁴⁴ POPPER, K., *A Note on Berkeley as Precursor of Mach*, in **George Berkeley Bicentenary**, p. 34.

Se não podemos ter de Deus uma idéia, sua existência poderia ser provada por uma noção ou uma idéia mediata extraída da sucessão e das regras da natureza independentes da vontade ou da ação humana. Por exemplo, o fato de não haver escolha sobre o que vai surgir primeiro no campo visual quando abrimos os olhos ao acordar, seria uma noção da atividade da deidade. E aqui há de se notar que essa noção estaria assegurada por uma sensação como a base desse conhecimento. Essa navalha mostra-se mais afiada do que a de Ockam, pois excluiria todos os entes que não são percebidos, preservando contudo Ele que não pode ser descartado, pois é condição da experiência, mesmo que não esteja diretamente disposto às percepções.

A postulação de um substrato espiritual como a melhor explicação para a causalidade não significaria uma defesa das idéias subjetivas em contraposição a uma matéria objetiva, pois a crítica de Berkeley vai de encontro à tese da separação entre as qualidades primárias e as qualidades secundárias, a saber, entre o objeto e os dados sensoriais desse objeto. Uma vez que o ser das coisas é ser percebido, a negação da existência da matéria é apenas a rejeição das coisas que são em princípio inconcebíveis.³⁴⁵ A transmutação das coisas sensíveis em idéias asseguraria os corpos como em princípio observáveis, mesmo quando não observados.³⁴⁶ “Expandido o princípio torna-se: ser é ser percebido ou ser perceptível.”³⁴⁷

A permanência das idéias e das suas possibilidades de apreensão estaria garantida, uma vez que não haveria diferença entre as idéias divinas e as idéias humanas, exceto em perspectiva e intensidade.³⁴⁸ A visão divina englobaria o mundo em sua totalidade, ou seja, na horizontalidade e na verticalidade, enquanto que a visão humana seria de alcance mais horizontal. A distinção de grau (e não de natureza) entre a percepção divina e a percepção humana eliminaria a possibilidade da existência de idéias reais (o lado divino) e a imagem das idéias padrão (o lado humano). E foi justamente contra o modelo de um mundo duplicado que Berkeley se debateu por toda a sua obra.

No tratamento dessas questões acerca do divino, Berkeley viu-se enredado por algumas dificuldades: (i) se a causa de todas as idéias é a vontade de Deus, não seriam essas idéias anteriores à existência desse Espírito? (ii) todas as idéias estando *ad eternum* na Sua mente, isso não levaria à crença em uma esfera maior e anterior a Ele?

³⁴⁵ Cf. McCracken, C. J., *Berkeley's Realism*, in *New Interpretations of Berkeley's Thought*, p. 26.

³⁴⁶ Cf. **PC**, § 802.

³⁴⁷ McCracken, C. J., *Berkeley's Realism*, in *New Interpretations of Berkeley's Thought*, p. 26.

³⁴⁸ Cf. **PKU**, § 81.

Consciente desses problemas, a resposta de Berkeley foi afirmar uma separação entre a mente superior e seu entendimento acerca das coisas, tal como ocorre entre a mente finita e as idéias, preservando a sua onisciência como vontade.³⁴⁹ A onisciência concede a Deus o poder de tudo criar sem solicitar a existência de qualquer coisa anterior à Sua vontade.

Evidenciando-se como um argumento forte o suficiente para sustentar a sua metafísica, a saída berkeleyana não deixaria o problema de todo apaziguado. E o que aparenta ser vício mostra-se de fato virtude. Se a ciência opera por superação, nesse sentido a obra filosófica é atemporal, ou seja, detentora de uma capacidade contínua de gerar problemas e de suscitar uma procura incessante por soluções. Onde tudo pareceria resolvido, surge de repente, na superfície, a armadilha da ausência de respostas, a atualizar a leitura cada vez que é realizada. E, do nosso ponto de vista, esse é um dos sinais da força, do vigor e do caráter atual do pensamento desse nosso filósofo e bispo irlandês.

Instituídas por Deus, as leis da natureza explicam e asseguram as coisas percebidas tanto agora quanto no futuro, se em condições adequadas. E, porque onipotente, “Seus poderes se estendem a todos os estados de coisa, independentes de serem ou não atuais”.³⁵⁰ Essas reflexões acerca do papel do Autor da Natureza levantam a dúvida se a obra berkeleyana sustenta ou não um realismo. Uma vez que as idéias permanecem estáveis tais como percebidas, quer pelo Autor, quer pela mente finita, parecer-nos-ia haver um traço de realismo, seja direto (como argumenta Grayling), seja do tipo teológico (como defende McCracken). A diferença entre esses teóricos parece ser apenas de denominação, porquanto, no essencial, ambos os tipos têm a mesma definição: no realismo, a estabilidade do objeto percebido permaneceria na percepção atual, na memória dos fatos passados ou na ordem e na sucessão das leis naturais.

Essa epistemo-metafísica tem como objetivo maior o combate ao ceticismo e ao ateísmo. Pelos motivos já apresentados, a promoção (como instituição e propaganda retórica) da substância material acarretaria posições filosóficas equivocadas. Em relação ao ateísmo, a matéria estaria em oposição direta ao *esse est percipi*. Sobre isso, diz Berkeley, “uma vez admitida a matéria, desafio qualquer um a provar não ser Deus também matéria”.³⁵¹ Por outro lado, o imaterialismo e o idealismo se mostram

³⁴⁹ Cf. PC, § 812.

³⁵⁰ DHP III, p. 253.

³⁵¹ PC, § 625.

instrumentos de maior valor para o alargamento da mente. A teoria materialista não escaparia de se deparar com uma qualidade incognoscível e, portanto, de correr o risco de lhe ser imputada uma ignorância a respeito da realidade última, ficando-se a mercê dos humores de um gênio enganador do tipo cartesiano.³⁵² Entre essa última posição, adotada pelos doutos, ou a posição do senso comum, que não faz distinção entre o existente e o percebido, Berkeley claramente tenderia para o lado do vulgo, ao tempo que reforçaria mais uma vez a sua posição ontológica como um realismo.

Para essa metafísica, a rejeição à idéia de matéria traria maiores vantagens para o conhecimento: em primeiro lugar, o conceito de matéria aparece como um conteúdo vazio e sem significado; segundo, por evocar o princípio de economia desse empirismo idealista e imaterialista, ao usar menos elementos na explicação do fenômeno; e, por último, mostra-se importante para a dissolução dos embaraços na teoria da ciência, na teologia e, sobretudo, na filosofia. Por não ser cognoscível, a substância material precisaria encontrar modalidades cada vez mais simples para atingir o seu núcleo fixo e definitivo, levando a uma regressão infinita na busca de critérios de justificação e de verificação da sua crença.³⁵³ Apartando as qualidades primárias das qualidades secundárias, a teoria materialista distinguiria o objeto conhecido do seu conhecimento, gerando um paradoxo e um discurso sem sentido. Se não é possível, por exemplo, separar a cor da extensão, restar-nos-ia apenas admitir que tudo é idéia e, logo, sem existência fora da mente.

Uma teoria é considerada falsa se engendra contradição, concluiria Berkeley.³⁵⁴ No seu entendimento, então, imaginar que as ilusões visuais estariam mais bem resolvidas pelas lentes do microscópio ou do telescópio só levantaria dúvidas céticas. A compreensão da ligação entre o tato e o visível como uma linguagem seria uma solução mais simples para a explicação das ilusões e menos cética para o conhecimento de origem sensível. Se para a visão é verdadeiro que, em comparação a um homem adulto visto a grande distância, uma criança mais próxima do observador lhe pareceria maior, isso se explicaria por ser a altura uma idéia de origem tátil, dando-se a correção da ilusão do entendimento do signo visual como previsão do significado tangível. E, dessa forma, estaria dissolvida a ilusão e, de um só golpe, explicada a sua correção, sem cair no erro cético de considerar a experiência sensível como um lugar do engano.

³⁵² Cf. **DHP III**, p. 173.

³⁵³ Cf. **DHP III**, p. 198.

³⁵⁴ Cf. **DHP III**, p. 178.

“Se a base para a inferência da distinção é epistêmica, a questão é se os objetos assim distinguidos podem ser conhecidos separadamente”³⁵⁵ – tarefa de difícil execução e, por conseguinte, uma espécie de nó górdio na tese da matéria como substrato de qualidades. Por contrariar o princípio ontológico vinculado ao *esse est percipi* e dada a ausência de bases plausíveis para a afirmação da sua existência, a matéria não pode ser conhecida.³⁵⁶ Considerar a matéria incognoscível como sustentáculo das modalidades sensíveis engendraria uma contradição pela afirmação de uma coisa como percebida e imperceptível ao mesmo tempo, *e. g.*, a idéia de força como ínsita aos corpos.

Ademais, a afirmação da essência distinta da existência ultrapassaria o limite da experiência e, conseqüentemente, do conhecimento. Ainda que pareça uma que uma idéia inteligível não deixaria, contudo, de mostrar-se além do mundo fenomênico. Logo, ainda que admissível, não haveria possibilidade de se deixar conhecer ou de haver critérios para distinguir a concepção verdadeira (a matéria) da concepção falsa (o sensível). O solo ontológico pantanoso da dessemelhança entre o conceito formal e o conceito empírico faria ruir toda a estrutura argumentativa do conhecimento que se pretende universal, como é o caso da ciência da natureza. E à matéria não restaria nem mesmo a possibilidade de se apresentar como uma idéia de razão.

Se o *esse est percipi* não faria sentido distinguir a essência da existência. Provada a inutilidade da matéria, os objetos sensíveis como uma coleção de idéias passivas e a mente como a parte ativa do mundo, sem nada mais a solicitar, essa epistemo-metafísica explicaria a conexão entre aquele que apreende e o objeto apreendido, sem levantar suspeitas ou necessidade de correção para esse conhecimento. De igual modo, se as idéias são passivas e não sendo nós a causa de algumas idéias, essas só poderiam ser um produto de uma mente superior ou Deus e, como mente e idéia são coisas distintas, não haveria por que confundir o seu Autor com a sua produção. Assim, “tudo se resolve no jogo entre a Sua sabedoria e o Seu poder”,³⁵⁷ de sorte que combater o ceticismo é combater o ateísmo, e vice versa.

Em suma, ao recomendar o exame diligente das coisas mesmas, Berkeley estaria a exortar os filósofos para a coerção e correção do pensar, pois, ao serem convertidos

³⁵⁵ FLAGE, D., *Berkeley's Epistemic Ontology: The Tree Dialogues*, in **New Interpretations of Berkeley's Thought**, p. 54.

³⁵⁶ “Supondo a existência real de seres impensantes, diferentes da de serem percebidos, não só nos é impossível conhece-lhes a natureza mas até saber que existem. Por isso vemos filósofos duvidarem dos sentidos, duvidarem da existência do céu e da terra, do que vêem ou sentem e até do seu próprio corpo.” (PKU, § 81.)

³⁵⁷ **DHP II**, p. 214.

para o real, aprenderiam a reconhecer as quimeras produzidas nos discursos vazios.³⁵⁸ Ressaltar a heterogeneidade das idéias seria simplesmente aceitar que as idéias dos diferentes sentidos não são reproduções umas das outras, embora sejam, todavia, suplementares, proporcionando diferentes tipos de informação para a ampliação do entendimento e uma melhor compreensão do todo. Nessa compreensão, perceber é estar dentro do alcance sensorial, não cabendo diferença entre a existência e a essência, e não por um parentesco de família ou similitude, mas sim por uma sugestão mediada pelo hábito, em que uma idéia representa indiferentemente outra idéia. Assim, vivenciamos a força (idéia tátil) quando, por exemplo, sentimos a fadiga e o desconforto ao suspender um corpo pesado. Quanto à aceleração (idéia visível), nós a percebemos na queda dos corpos. Porém, nada haveria na percepção visual que contivesse em si mesma idéia alguma de força.³⁵⁹ A coordenação entre a força e o movimento não seria uma operação *a priori*, tampouco ocorreria por uma conexão necessária. Entretanto, confirmada pela repetição na experiência, a sugestão criaria conexões contingentes, formadas no domínio do sensível cujo solo é a própria natureza, o real, e cujo paradigma é o *esse est percipi*.

5. A Filosofia da Matemática

Embora por um viés instrumentalista, Berkeley compreende a ciência como o lugar da observação seletiva, da experimentação, da descrição das leis naturais e de posição privilegiada para o aperfeiçoamento do entendimento ou o alargamento da mente. A sua crítica mais dura, todavia, concentra-se na aceitação das causas pela metafísica adotada das hipóteses científicas, a saber, o universo descrito em termos de movimento, carente de uma teleologia e determinado pelas estruturas matemáticas. A Deus restaria ser compreendido como o primeiro motor, que põe toda essa engrenagem em ação. E, se assim for, o mundo da vida cotidiana será uma mera aparência. Excetuando-se os doutos que concebem essa nova metafísica, todos os homens estariam aprisionados na caverna platônica, condenados a ver espectros imprecisos e fugidios em lugar do mundo verdadeiro, que se espalha a partir dos limites externos da caverna.

³⁵⁸ Cf. DeM, § 1.

³⁵⁹ Cf. DeM, § 4.

Mas, quem é dado à reflexão logo descobriria nessa visão ontológica de extração newtoniana a limitação de possuir apenas dois atributos: a figura e o movimento como atributos da matéria. E, ironicamente, seria o materialista quem toma a aparência como a realidade. Assim, se por sua localização externa e invariância as qualidades primárias diferem das qualidades secundárias, o objeto real pouco se assemelha ao objeto percebido.³⁶⁰ Diante dessa ontologia composta sobretudo de atributos quantitativos, o mundo seria descrito em linguagem matemática, na qual o signo artificial não se ligaria a qualquer significado natural. Sendo correto assim proceder na ciência, não o seria contudo na metafísica, uma vez que não haveria aí um componente ontológico correspondente, por exemplo, a uma equação ou uma fórmula matemática.

Admirador confesso da ciência, Berkeley via com desconfiança essa nova roupagem da metafísica com a qual os físicos estavam acostumados a operar e justificar seus resultados. Seu objetivo seria restaurar a metafísica que se encontrava deturpada pela adoção de critérios que lhes são externos e por uma aceitação sem escrutínio dos dogmas da ciência. A filosofia dos livres pensadores via a metafísica tradicional com preconceito como se seus princípios correspondessem a fenômenos quiméricos, enquanto a ciência moderna tratava da realidade concreta e verdadeira. Ora, se o mundo é como se nos aparece, seria justamente a tese materialista que, por separar o percebido do ato da percepção, tornaria o mundo real incognoscível e ilusório o mundo ordinário cotidiano, bem como projetaria o tratamento da causalidade como resultante da experiência, embora não haja na natureza tal coisa como a relação causal, logo além do tratamento experimental.

Desse modo, a tarefa de Berkeley é dotar o homem de plena capacidade para conhecer verdadeiramente o mundo, quer pertença ao senso comum, quer à ciência, quer ao campo daqueles de mente ampla. A contenda seria apenas com os filósofos de segunda mão, que, inebriados com o grande avanço da ciência natural, assimilariam seus resultados experimentais e seus postulados e, com isso, semeariam distorções absurdas, mas que se propagam com facilidade ao encontrar um terreno fértil entre os ingênuos e os incautos. Também se fazia necessário recuperar o status da própria filosofia como a base de todo e qualquer conhecimento, visto ser a metafísica a ciência dos primeiros princípios e a ontologia o suprimento do mundo. Sem afastar-se em nada dos seus postulados, a epistemo-metafísica berkeleyana preservaria o conhecimento do

³⁶⁰ Cf. **DHP II**, p.211.

senso comum, promoveria a volta da filosofia a seu papel real e exaltaria a investigação promovida pelas mentes engenhosas dos homens da ciência.

Diante do estrondoso sucesso da nova ciência e da sua aceitação quase unânime como se ela fosse o lugar de produção do conhecimento concreto sobre o mundo, o esforço hercúleo do filósofo irlandês tinha modestos objetivos: combater a posição cética daqueles que viam o conhecimento de origem sensível como errôneo e ilusório; e o ateísmo que brotava desse universo materialista e sem teleologia. Tal como a fonte luminosa, em que a coluna de água ergue-se até certa altura e volta a cair sobre o tanque, esse movimento que pode ser adequadamente explicado pelo princípio da gravitação, seria o mesmo que, levado até a realidade última, reconduziria os homens ao senso comum, ou seja, a negação de um desnível entre a existência e a percepção.³⁶¹ “Como a água da fonte que retorna sempre ao ponto donde é lançada, o idealismo volta a coincidir com a ‘filosofia’ do senso comum.”³⁶²

A “terapia” berkeleyana é a tentativa de varrer da filosofia conceitos vazios das noções produzidas pelo abuso de uma linguagem rica em termos abstratos, sem correlatos na experiência, ao tempo que esperava revelar a verdadeira relação da matemática nos estudos da natureza e o caráter das ciências exatas. A matéria como o substrato intransponível à percepção e a desconfiança acerca do conhecimento sensível seriam as causas da cegueira para a realidade do mundo.³⁶³ Porém, se a existência é concebida como semelhante ao percebido, o que aparece aos sentidos é a pura realidade.

Os cálculos derivados da nova ciência pareceriam demandar a existência necessária de infinitesimais. Do mesmo modo que a física lança mão de termos tais como o espaço absoluto, a matemática utiliza-se do conceito de infinitesimal para descrever o que seria o pequeno inimaginável. E aqui também se fazia urgente separar os conceitos vazios daqueles que se mostravam significativos e úteis. Para isso, deve-se “em todas as ocasiões usar de máxima modéstia para refutar os matemáticos, com a maior civilidade e respeito a fim de não estigmatizá-los como niilistas”.³⁶⁴

No que diz respeito exclusivamente às questões de fundo epistemológico ou metafísico, a objeção berkeleyana ao cálculo dirige-se contra a utilização de hipóteses contrárias nas demonstrações matemáticas, a ausência de princípios claros nessas operações, a imperceptibilidade dos infinitesimais e a conseqüente dificuldade para

³⁶¹ **DHP II**, p. 244.

³⁶² **PRADO JUNIOR, B., Alguns Ensaios**, p. 114.

³⁶³ Cf. **PKU**, § 101.

³⁶⁴ **PC**, § 633.

provar a sua existência.³⁶⁵ A sustentação de uma teoria baseada em argumentos que ultrapassariam a experiência sensível, sem submissão a provas ou contra provas de verificabilidade, mostrar-se-ia repugnante à razão, uma espécie de “fantasmas de quantidades mortas”.³⁶⁶

Sem critérios sensíveis ou formais, o cálculo infinitesimal faria com que sua demonstração inevitavelmente caísse em contradição, seja pela mudança das regras, seja por descartar alguns resultados. No bem proceder da ciência, estaria proscrito “adotar a indução no lugar da demonstração”;³⁶⁷ conseqüentemente, mesmo que a conclusão final fosse verdadeira, todavia não haveria na premissa justificação alguma para tal resultado. E, se a verdade pode ser alcançada por caminhos tortuosos, em contrapartida, na ciência só existiria uma trilha, a saber, as doutrinas consistentes com a lógica. Desse modo, ficaria evidente para quem é dado à reflexão que nem toda verdade é científica e nem toda tese da ciência é verdadeira.

Livre assim de especulações, a ciência surge mais clara e é fonte segura de referências sobre o mundo, tendo-se sempre em vista que o caráter operativo da ciência não se mesclaria com o caráter dos princípios primeiros da ciência metafísica, e isso por uma incompatibilidade de natureza. Dotada de finalidade, a matemática perderia seu critério útil, vendo-se enredada em embaraços e dificuldades das falsas interpretações e do mau uso, veiculando o ceticismo e o ateísmo. Nesse sentido, porquanto de natureza imaginativa ou de criação da mente, não haveria uma idéia abstrata de número, ou seja, ele corresponderia a uma combinação particular e arbitrária de idéias e dependente de um referencial. “Assim, a mesma extensão pode exprimir-se por um, três ou trinta e seis, conforme referida à jarda, ao pé ou à polegada.”³⁶⁸

Por não corresponder a nenhum objeto do sentido, a matemática estaria sujeita a especulações de toda ordem, e sua exatidão dependeria da observação estrita e rigorosa das leis lógicas. O fundamento de extensões incomensuráveis e dos números irracionais seria uma forma anômala, pois nada revela na tradução ou na previsão do mundo fenomênico. De caráter apenas quantitativo, os objetos da matemática ficariam desprovidos de valor ontológico e, nesse sentido, devem ser vistos como uma representação artificial do mundo. Em si mesma, a natureza não seria exata; tampouco mensurável. A crença no universo ontologicamente mensurável emergiria como uma

³⁶⁵ Cf. BRANCO, R. A., *A Percepção Visual em Berkeley*, pp. 231-232.

³⁶⁶ ANL, § 35.

³⁶⁷ ANL, § 13.

³⁶⁸ PKU, § 12.

apostasia, já que a linguagem do autor da natureza perderia o seu peso metafísico na revelação da fé e no desvelamento da verdade através do princípio dessa ciência primeira. Pela análise metodológica, o cálculo infinitesimal e a matemática moderna se mostrariam como um campo de experiências vazias e contraditórias, ou seja, carentes de uma boa geometria ou de razões lógicas. E, por não ser em todas as ocasiões sempre verdadeiras e lógicas, tal ciência não seria o melhor instrumento para validar ou excluir os postulados da fé cristã. Berkeley não deixa, então, de concluir que

se os analistas falharam no seu projeto de penetrar o infinito enganados por símbolos vazios é a religião e só ela quem, legitimamente, tem como horizonte o infinito.³⁶⁹

Na visão de Berkeley, a teoria das fluxões (ou cálculo infinitesimal) apresentava contradições, pois nela era ora afirmado como incremento de valor o zero ora como valor maior que zero.³⁷⁰ Semelhante problema surgia na geometria analítica, a exemplo de o cálculo da subtangente comportar resultados diferentes, e um anulava o outro, mostrando-se uma espécie de argumento falacioso. O alvo da metafísica de Berkeley era evidenciar que, se os dogmas da religião eram duvidosos e arbitrários, como afirmavam os analistas modernos, de igual modo os fundamentos e resultados da ciência exata exibiam mistérios.³⁷¹

Produto da vontade do Espírito governante, as leis da natureza apresentavam ordem e sucessões fixas embora pudessem não ser, visto que são produtos de uma criação arbitrária. Por sua vez, como uma linguagem artificial, a matemática para ser significativa deveria seguir rigorosamente as regras lógicas, pois não haveria referentes específicos para cada um dos seus termos.³⁷² Ora, estender os limites da ciência matemática para além das regras do uso contingente seria criar uma espécie de conhecimento especulativo, isto é, sem propósito ou utilidade. E, como um constructo da razão, o número não poderia ser classificado como uma qualidade primária, separada de qualquer referência ou contexto. A unidade é um objeto artificial que remete a um conjunto de idéias heterogêneas, quer dizer, “denominamos ‘uma’ janela, ‘uma’ lareira

³⁶⁹ BRANCO, R. A., *A Percepção Visual em Berkeley*, p. 253.

³⁷⁰ “Em suma, se 0 é uma igualdade positiva o resultado positivo de $2x + 0$ não é $2x$; mas se 0 é igual a zero, nada se obtém.” (WISDOM, J. O., *Berkeley’s Criticism of the Infinitesimal*, in **Berkeley Bicentenary**, p. 22.)

³⁷¹ Cf. ANL, § 2.

³⁷² “Não há um conteúdo ideacional único referido pelo numeral ‘2’, justamente como não há nenhum termo geral abstrato para ‘vermelho’ ou para ‘triângulo’.” (BROOK, R., **Berkeley’s Philosophy of Science**, p. 147.)

e até a casa, na qual há muitas janelas e muitas lareiras, tem o mesmo direito de ser referida como ‘uma’.”³⁷³

O número seria uma espécie de signo artificial operado no cômputo e no cálculo e cujo significado não se vincularia com qualquer abstração, mas apenas a idéias particulares advindas da experiência ou das convenções. Desse modo, Berkeley se serve da crítica à análise geométrica e ao cálculo infinitesimal para, em **The Analyst**, afirmar mais uma vez seus princípios epistemo-metafísicos, postulando a verdadeira matemática como um exemplo de ciência de grande rigor lógico.³⁷⁴ Para ele, seria justamente a concepção da matemática como uma abstração a origem dos paradoxos e das confusões nesse campo. Uma teoria que desprezasse o qualitativo e o discreto em favor apenas do quantitativo e do contínuo geraria idéia nenhuma, a saber, uma forma sem conteúdo contingente.

De herança aristotélica, a matemática concebida como de natureza especulativa e formal, chega à época de Berkeley como um estudo ocupando uma posição intermediária entre a física e a metafísica. A matemática pura dizia respeito às abstrações e a matemática aplicada consideraria o substrato material como dotado de número, pontos e linhas.³⁷⁵ A mescla entre filosofia e ciência, promovendo uma ontologia materialista e contemplada por axiomas da matemática ou da física, seria o *core* da negação dessa epistemo-metafísica.

Explicada pela teoria do cálculo e demonstrada através de operações algébricas, a geometria analítica deu origem à fusão da geometria com a álgebra, dissolvendo a distinção entre o estudo da magnitude discreta e o estudo da magnitude contínua, que passa a ser representada como uma espécie de relação entre grandezas abstratas. Para Berkeley, uma magnitude abstrata perderia o seu referencial, ou seja, não seria registrada nem como número nem como uma extensão, além de ser tratada como uma infinidade constituída de pontos infinitesimais, perdendo o caráter tátil e visível. “O infinitesimal parece pairar entre alguma coisa e o nada, porque é uma magnitude menor do que qualquer quantidade (positiva) e diferente de zero.”³⁷⁶

³⁷³ NTV, § 109.

³⁷⁴ “No exame da filosofia e da matemática desse período (sec. XVIII) é importante reconhecer que os dois campos estavam associados mais intimamente do que nos dias atuais, de modo que uma pessoa bem educada acompanharia o desenvolvimento e o trabalho de ambos.” (JESSEPH, D. M., *Berkeley's Philosophy of mathematics*, in **The Cambridge Companion to Berkeley**, p. 267).

³⁷⁵ Cf. JESSEPH, D. M., *Berkeley's Philosophy of mathematics*, in **The Cambridge Companion to Berkeley**, p. 270.

³⁷⁶ JESSEPH, D. M., *Berkeley's Philosophy of mathematics*, in **The Cambridge Companion to Berkeley**, p. 276.

Na tentativa de resolver o problema da abstração, a solução berkeleyana foi desprezar a tal fusão e voltar a considerar a geometria e a aritmética como ramos distintos da matemática. Enquanto a geometria cuidaria da extensão sensível, a aritmética tomaria o número como representando signos ou constructos da razão. E, assim como não haveria uma idéia de triângulo fora das qualidades particulares, não existiria de igual modo o número em si mesmo e fora de um sistema referencial. Nessa compreensão, o cálculo infinitesimal e a indivisibilidade infinita da extensão ficariam excluídos de qualquer consideração matemática, livrando a filosofia da matemática das teorias abstratas – supostamente, fontes de erros e de problemas insolúveis –,³⁷⁷ mas admitindo o intercâmbio entre a geometria e a aritmética na constituição da matemática aplicada e também a álgebra, como de competência da matemática pura.³⁷⁸

Tal como o **De Motu**, o **The Analyst** não é uma obra da ciência, a postular teses ou dispor de soluções positivas para um dado problema. Em verdade, é uma obra de pretensões apologéticas e metafísicas, a ressaltar antes que, independentemente de seus resultados práticos ou aplicados, a matemática não seria o melhor instrumento na explicação ontológica da realidade, nem um bom argumento para a negação ou para a afirmação da existência de Deus, visto que pode engendrar erros e contradições acerca do infinito.

A verdade dessa asserção ficara ainda mais evidente a qualquer um que considera essas linhas e esses ângulos sem existência real na natureza, sendo apenas uma hipótese formulada pelos matemáticos.³⁷⁹

Conquanto de grande valia quando aplicadas na descrição do sistema mundano ou mesmo para fins exclusivamente especulativos, as formulações matemáticas não seriam as melhores razões para a fundamentação filosófica. Por conseguinte, vai muito além do nosso propósito investigar se as alterações de Berkeley são legítimas ou não no estudo e na aplicabilidade de um problema matemático. Visamos tão-somente a recuperar os argumentos berkeleyanos de fundo eminentemente metafísico, a fim de mostrar como a sua filosofia da matemática é coerente com uma epistemo-metafísica idealista e imaterialista – obviamente, caso os seus postulados fiquem bem compreendidos.

Na geometria, um termo tornar-se-ia geral quando representa todas as idéias particulares. Por exemplo, uma linha desenhada num papel com uma polegada de extensão (prescindindo-se de uma abstração e preservando o poder de generalização ou

³⁷⁷ Cf. PC 365.

³⁷⁸ Cf. PC 770.

³⁷⁹ Cf. NTV § 14.

universalização característico de um conhecimento que se pretende verdadeiro), “representa todas as linhas possíveis, de modo que o demonstrado quanto a ela fica demonstrado para todas as linhas, ou por outras palavras, para a linha em geral”.³⁸⁰ O que se aplica ao termo geral deve também aplicar-se a qualquer idéia particular desse termo. Em outras palavras, não há um nome para cada idéia, mas antes é um nome que representa indiferentemente todas as idéias particulares. Dentro do raciocínio de Berkeley, a abstração levaria a uma inversão desse modelo, isto é, ela suporia erroneamente haver uma idéia padrão ou arquetípica, despida de qualquer traço particular e a representar, por um salto indutivo, todos os particulares.

Ora, é a dissolução da semelhança entre o percebido e o perceptível a causa da perda de critérios de verificação do conhecimento e, conseqüentemente, uma desconfiança na experiência levando ao ceticismo. Essa compreensão instrumentalista da geometria, mesmo sem aceitar a magnitude abstrata e a infinita divisibilidade, preservaria a geometria euclidiana em quase toda a sua inteireza, uma vez que não haveria distinção entre a extensão física e a extensão percebida. O objeto da geometria seria uma extensão com uma forma definida aplicada à experiência, em oposição a uma idéia de extensão como substrato material e da forma geométrica abstrata independente das características particulares.³⁸¹ Então, uma tese geométrica torna-se universal quando um segmento ou figura, tomados em particular, representam indiferentemente (e não por semelhança) todas as idéias circunscritas pelos respectivos conceitos.

Para Berkeley, os problemas e dificuldades da geometria nasceriam quando os seus teoremas são tomados como abstrações em lugar de termos particulares. Como uma abstração é vazia de conteúdo, não produziria nada de positivo. Em contrapartida, a utilização de um signo particular tem o seu significado determinado pelas regras do uso – nesse caso, pelas regras lógicas que permeiam as demonstrações geométricas. Desse modo, por exemplo, desprezando-se a exigência da soma dos seus ângulos internos como igual à de dois ângulos retos, um triângulo equilátero pode ser usado em demonstrações também aplicadas a triângulos oblíquos, escalenos, etc.³⁸² A esse respeito, alguns comentadores (como Jonathan Bennett) têm afirmado que a crítica de

³⁸⁰ PKU, Introduction, § 12.

³⁸¹ Cf. BROOK, R., *Berkeley's Philosophy of Science*, p.161.

³⁸² “Embora a minha idéia ao fazer a demonstração seja a de um isóscele retângulo, com determinada extensão de lados, eu posso generalizá-la a outros triângulos retilíneos quaisquer, porque nenhum ângulo reto nem a igualdade ou o comprimento dos lados entram na demonstração. É verdade que o meu diagrama inclui esses particulares, mas não se aludem na prova da proposição.” (PKU, Introduction, § 16).

Berkeley exigiria a cada demonstração uma idéia perceptual do objeto, reduzindo as chances nessa perspectiva de uma demonstração tornar-se universal, uma vez que não estaria assegurada a fixidez do objeto na demonstração, ficando esta à mercê das diferentes imaginações.³⁸³

Ora, a nosso juízo, um dos grandes problemas da interpretação da filosofia de Berkeley é sua leitura estar em muito circunscrita às suas três primeiras publicações, a saber, **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, o **Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano** e os **Três Diálogos entre Hilas e Filonous**. Por certo, são obras centrais desse sistema filosófico, que ademais comporta grande coerência. Entretanto, tais obras nem sempre são as únicas referências e, em certos casos, não constituem o melhor lugar para dirimir dúvidas ou afastar aparentes paradoxos. Assim, à medida que foi refinando as suas reflexões, Berkeley aprofundou determinados temas que ficaram à margem das obras primeiras. É, pois, no **Alciphron**, produto da maturidade, que encontramos uma resposta para o problema de interpretação aventado por Bennett.

Nesse diálogo, o representante dessa epistemo-metafísica berkeleyana, Euphranor, nos diz:

o símbolo algébrico que denota uma raiz quadrada de um número negativo tem uso determinado na operação algébrica, embora seja impossível formar uma idéia qualquer de tal quantidade.³⁸⁴

Em outras palavras, um signo não remete apenas a uma idéia, mas também a uma ação – nesse caso, a uma operação. A novidade aqui é o uso puramente simbólico, em lugar da necessidade de uma ocorrência ou reminiscência de uma idéia perceptual.

Em lugar de uma geometria de abstrações inacessível às provas demonstrativas, Berkeley propõe uma teoria baseada não na representação, mas na significação, em que o signo assumiria todas as idéias particulares por ele suscitadas. E, se as percepções são passivas e variáveis, é a capacidade de reprodução do signo que garantiria a demonstração, reforçando-lhe o caráter empírico e restaurando a confiança da produção do conhecimento útil e seguro da ciência geométrica, se comparada a uma geometria materialista e abstrata, que, ao contrário, supõe o mundo padrão diferente do mundo da apreensão da vida ordinária.³⁸⁵

³⁸³ Cf. BENNETT, J., **Locke, Berkeley, Hume: Central Themes**, pp. 145-160.

³⁸⁴ **George Berkeley Alciphron in Focus**, The Seventh Dialogue, p. 140.

³⁸⁵ “Essa abordagem toma a verdade matemática independente da estrutura ou conteúdo do mundo real e constrói as demonstrações matemáticas como dizendo respeito apenas às propriedades das idéias abstratas.” (JESSEPH, D. M., **Berkeley’s Philosophy of Mathematics**, p. 44).

O aprofundamento da teoria emotiva da linguagem, a saber, a disposição das palavras para influenciar ou conduzir ações através das regras acordadas pelo uso e, também, provocar paixões, disposições ou emoções, libertaria o signo de representar apenas idéias sensíveis, esmaecendo uma suposta oposição entre o uso prático e o uso teórico de uma língua, fazendo Berkeley passar a postular, para as questões da fé, o mesmo tratamento empregado nas questões da ciência.³⁸⁶ Da mesma maneira como o conceito de força é usado na descrição do movimento dos corpos celestes, sem que haja aí uma idéia distinta, as regras da lógica, da ação e do bom senso podem ser colocadas a serviço da promoção da fé. E, por não serem repugnantes à razão, as escrituras sagradas devem ser aceitas pelos livres pensadores – aqueles que pouco crêem na existência de Deus e, todavia, proclamam uma fé cega na ciência, pois “ciência e fé coincidem nisso: ambas implicam a anuência da mente.”³⁸⁷

Assim como a linguagem ordinária foi arbitrária apenas no instante primeiro da sua aplicação, regada pelo princípio de não contradição, a imaginação representaria o fenômeno da realidade ao reivindicar para o signo o *status* de um modelo livre da necessidade da semelhança. Dotadas ambas de regras de instrução para o uso, a linguagem da natureza e a linguagem ordinária encontram-se abertas às leituras e interpretações, mesmo para quem não domina uma gramática ou a outra. Portanto, assim como na leitura de um texto vemos os conceitos e não os caracteres, a ligação do caractere tátil com o caractere visível forma as noções da linguagem divina.³⁸⁸ A alegação de Deus como sendo de natureza incognoscível mostra-se dessa forma errônea e mesmo exibiria certa estreiteza de mente, pois quem é dado à reflexão não deixaria de ver a presença divina no mais superficial dos exames acerca das leis naturais. E o melhor exemplo da reflexão mais profunda é encontrado no **The Principia** de Newton.

Diferente da matéria como substrato de qualidades ou da existência externa como modelo padrão, que produzem, respectivamente, uma contradição ou um termo vazio e inacessível ao conhecimento, a substância pensante prova a sua existência a cada instante, quer pela ocorrência de eventos independentes de uma vontade humana, quer quando os homens escutam as palavras dos seus semelhantes. Seja por questão de

³⁸⁶ Cf. FLEW, A., *Was Berkeley a precursor of Wittgenstein?* in **George Berkeley Alciphron in Focus**, pp. 219-220.

³⁸⁷ **George Berkeley Alciphron in Focus**, The Seventh Dialogue, pp. 136-137.

³⁸⁸ “Ambas as linguagens podem provocar enlevo e graça, como também instruções; aqui poderíamos comparar o deslumbramento perante o por do sol com prazer na leitura de um poema.” (BERMAN, D., *Cognitive theology and emotive mysteries in Berkeley's Alciphron*, in **George Berkeley Alciphron in Focus** p. 203.)

fé ou por razões inteligíveis, todos ficam obrigados a aceitar a existência de Deus, bem como do mundo dotado de teleologia.³⁸⁹ Agora, pela teoria emotiva da linguagem, a crença na bondade e justiça da divindade e, de igual modo, as hipóteses matemáticas são justificadas em termos das ações que provocam ou da utilidade por elas produzidas.³⁹⁰ A correção de um ato por temor a justiça divina ou a valoração descritiva e preditiva da teoria científica agora têm o mesmo peso e igual medida avaliativa. Expressos na linguagem emotiva, os mistérios da fé e a universalização dos conceitos estariam justificados pragmaticamente pela metafísica e pela ciência com o raciocínio de paridade ou evidência única, quer dizer, seriam inconsistentes se e somente se repugnantes à razão.³⁹¹ Subordinados às regras lógicas e passíveis de verificação, os termos da linguagem emotiva, porquanto reforçados pelo hábito, teriam seu começo e fim na experiência sensível, isto é, determinados pelo uso e de fácil compreensão.

Na inferência, nada deve ser suposto além do permitido pelas premissas e a desobediência dessa regra lógica e epistemológica levaria a uma cadeia infinita de verificação, ou seja, a cada vez que a inferência fosse aludida seria preciso começar tudo de novo.³⁹² Nessa epistemo-metafísica, a prova significa a legítima concatenação de cada etapa do raciocínio e cuja demarcação seria traçada pelo escrutínio da legitimidade de tais raciocínios.³⁹³ Nesse sentido, uma teoria abstrata seria ou uma incompreensão para os sentidos ou uma impossibilidade lógica.

Modelada por essas regras epistemológicas, a geometria ficaria assegurada por princípios firmes e duradouros, ao passo que, a exemplo do cálculo infinitesimal, as partes da matemática mais intrincadas, misteriosas e de caráter especulativo seriam descartadas sem prejuízo da verdade. E “quem admite a doutrina das fluxões como uma fé implícita poderia por boa graça insultar outros homens por acreditar em fatos que eles não compreendem?”³⁹⁴ O problema da demarcação do que deve ser considerada como a estrutura mínima da realidade ou do conhecimento ficaria restrita à metafísica, que é o campo do estudo das relações de idéias, da compreensão do comércio entre percepção e

³⁸⁹ ANL, Qu. 64.

³⁹⁰ Cf. BERMAN, D., *Cognitive theology and emotive mysteries in Berkeley's Alciphron*, in **George Berkeley Alciphron in focus**, p. 209.

³⁹¹ Segundo Berman, a teoria emotiva da linguagem foi aprofundada no *Alciphron* com o objetivo de refutar os livres pensadores que afirmavam como vazia de significado qualquer palavra que não implicasse uma idéia distinta. (Cf. BERMAN, D., *Cognitive theology and emotive mysteries in Berkeley's Alciphron*, in **George Berkeley Alciphron in focus**, p. 207)

³⁹² Cf. ANL, § 15.

³⁹³ Cf. MESSENGER, T., *Berkeley and Tymoczko on Mystery in Mathematics*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p. 86.

³⁹⁴ ANL, Qu. 55.

mente e das regras avaliativas e normativas para o procedimento nas diversas esferas do conhecimento.³⁹⁵

6. A Linguagem da Natureza

Para mostrar a superioridade da sua teoria sobre uma metafísica baseada em teses mecanicistas, Berkeley serve-se de mais um dos experimentos de pensamento utilizado por Newton, nesse caso, o globo rotatório. O problema nasceria, sobretudo, da admissão de Newton do movimento do globo como absoluto e, logo, dissociado de qualquer referência ou contexto. Em resposta a isso, a teoria da linguagem da natureza, mais bem descrita por uma gramática fundada na heterogeneidade das idéias, mostrar-se-ia superior, pois aqui o que importa seria explicar como podemos compreender o movimento, descrevendo de modo simples as suas estruturas de referência. Assim, dirá Berkeley, o movimento só poderia ser relativo. Primeiro, o que não pode ser concebido não pode ser traduzido em linguagem alguma. Segundo, o movimento só poderia ser descrito na associação contingente entre a força (tangível) e o movimento (visível). Terceiro, mesmo que por um recurso retórico admitíssemos uma conexão arbitrária e ligássemos a força ao movimento, a tensão na corda só poderia ser mensurada pela perspectiva de um observador e tomando outro corpo como referência.³⁹⁶

A heterogeneidade das idéias mostra-se correlativa à crítica das idéias abstratas, que são causas do mau uso e do abuso da linguagem. Afinal, ao demonstrar que não há uma conexão necessária, mas sim uma mediada pelo hábito e cunhada pela experiência entre a visão e o tato, Berkeley usará sempre como analogia a linguagem. Assim, o nome significa um conjunto de idéias experimentado sempre de forma semelhante, sendo mais simples que a palavra denote várias idéias e não o contrário. A tese da heterogeneidade afirma que uma idéia só pode ser semelhante a outra idéia, em sentido fraco, isto é, não pode ser comparada a qualquer idéia, apenas àquelas do mesmo sentido. Desse modo, corroboraria a adequação entre o mundo e a percepção, afastando pelo mesmo golpe a diferença entre o representante e o representado, sendo tudo o mesmo, a saber, idéias.

³⁹⁵ Cf. MAULL, N. L., *Berkeley on the Limits of Mechanistic Explanation*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, pp. 102-105.

³⁹⁶ Cf. **DeM**, § 59.

Como em outras partes do conhecimento, na filosofia da matemática a terapia de Berkeley tem como objetivo evitar as abstrações, ou seja, a geometria deve reportar-se ao estudo das formas tangíveis e, enquanto constructo da razão e como operação simbólica, a aritmética representa coleções de idéias e deve seguir as regras lógicas de combinação e manipulação de símbolos. Álgebra e aritmética envolveriam uma interpretação, pois aqui o símbolo representa a unidade artificialmente construída. A geometria seria derivada de uma cadeia perceptual da contemplação e comparação de figuras.³⁹⁷ A utilidade de ambas mostra-se evidente como ferramenta nas considerações das leis naturais, auxiliando na descoberta e na formação de predições confiáveis pela filosofia da natureza. Dessa forma, fica evidente como a filosofia da matemática é central para a interpretação da crítica berkeleyana da abstração e, conseqüentemente, a visão da linguagem como lugar do erro e, por isso, de certa inclinação para provocar o abuso, estendendo as palavras além do que podem seguramente significar.³⁹⁸

Embora as observações feitas por Berkeley sobre a falta de rigor tenham se mostrado corretas, isso serviria pouco para lhe conceder um lugar qualquer na história da matemática. A relevância dessa filosofia da matemática evidencia-se antes pela coerência com a sua doutrina metafísica, que toma o mundo como uma coleção heterogênea de idéias, cuja união forma a unidade ou objeto. Essa união seria semelhante àquela entre o signo e o significado, tal como ocorre na linguagem ordinária, qual seja, uma ausência de ilações necessárias, nas quais a união se faz de maneira arbitrária. Porém, uma vez instituída tal conexão, ela se torna regular, podendo ser submetida à verificação através das análises dos conceitos ou das regras de instrução do uso dos símbolos.³⁹⁹

Tendo em conta os passos anteriores, poderíamos fazer a seguinte consideração: por obra e sabedoria do Autor, haveria uma ordem na natureza, comprovada na experiência e, ao mesmo tempo, lugar para a verificação das suas hipóteses e comprovação da sua previsão, caracterizando o *locus* da ciência. Nesse aspecto, não nos parece procedente a alegação de Lebrun, segundo a qual a visão berkeleyana relegaria a ciência a mero papel descritivo, enquanto nega a criatividade da descoberta. Ora, se a

³⁹⁷ Cf. **ALC**, § 2.

³⁹⁸ “A crítica da abstração e a teoria da generalização representativa são os fundamentos da filosofia da matemática de Berkeley e interpretadas corretamente como central a sua teoria como um todo.” (JESSEPH, D. M., **Berkeley’s Philosophy of Mathematics**, p. 299.)

³⁹⁹ **NTV**, § 147.

mente é a parte ativa do mundo e a ciência um ato de descrição, caberia a ela a seleção dos fatos derivados de tal ato, além da escolha, entre muitos aspectos, daquele que melhor se ajustaria à descrição. “O cientista seria ambos: o leitor e o autor das relações naturais.”⁴⁰⁰ De aplicação restrita às questões de fato, a teoria da ciência deve usar signos que remetem a conteúdos significativos, a saber, um fenômeno natural ou uma idéia inteligível.

Desse modo, como uma palavra só tem sentido quando aponta para uma significação de determinação contextual, o termo abstrato, por não comportar tal implicação, evidencia-se vazio ou contraditório. “Afirmar a existência de signos que nada significam é como afirmar a existência de uma palavra que não tem sentido e, portanto, não é parte de qualquer linguagem.”⁴⁰¹ Em contrapartida, se o *esse est percipi*, o que não pode ser concebido não se torna um signo, só podendo ser uma contradição. Logo, tudo que existe é parte de uma linguagem natural ou de uma linguagem artificial. Do mesmo modo como o idealismo e imaterialismo se explicam por razões semelhantes, temos aqui mais uma vez uma argumentação decerto circular, mas, segundo julgamos, não viciosa.

Ao traduzir os signos da linguagem natural (as percepções imediatas ou mediatas) para os signos da linguagem artificial lógico-matemática, a ciência deixa de lidar com fatos particulares e passa a manipular termos que podem ter significação geral. Por conseguinte, ao unir duas idéias imediatas e heterogêneas, junto com um denominador quantitativo, o deslocamento de um corpo e o esforço empregado com esse objetivo, pode ser transformado em uma equação da linguagem artificial do tipo $F=ma$. Verdadeira em todos os casos, torna-se desse modo universal e de uso prático.⁴⁰² E, se a relação entre tais elementos passa como de conexão necessária, é porque se trata de um artifício reforçado pela linguagem e que pode ser desvelado quando aí se procuram os elementos ontológicos constituintes da linguagem natural através da análise crítica.

A tentativa de a ciência falar sobre a origem da causa eficiente incorreria em um erro ao ultrapassar o limite de um conhecimento que, por estar baseado na experiência, não comportaria necessidade e só assim poderia pretender transformar-se numa dedução

⁴⁰⁰ MIRARCHI, L. A., *Dynamical Implications of Berkeley's Doctrine of Heterogeneity: A Note on the Language Model of Nature*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p. 249.

⁴⁰¹ MIRARCHI, L. A., *Dynamical Implications of Berkeley's Doctrine of Heterogeneity: A Note on the Language Model of Nature*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, p. 249.

⁴⁰² MIRARCHI, L. A., *Dynamical Implications of Berkeley's Doctrine of Heterogeneity: A Note on the Language Model of Nature*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**, pp. 254-257.

universalmente aceita. As leis da natureza seriam evidenciadas e determinadas pelas conexões arbitrárias entre signos e significados, apreendidas na experiência e aprendidas pelo hábito. As conexões, ao seguirem o critério de vividez, estabilidade e coerência, assegurariam ao ser a intermitência apenas na percepção e nunca na existência, tornando possível a descoberta e garantia de tais afirmações universais.

Então, a filosofia em Berkeley significa reflexão sobre o conhecimento, em que as idéias dos sentidos são as que constituem o mundo físico, procedendo, simultaneamente, uma análise do sentido do enunciado. Estar nessa posição é afirmar uma identidade forte entre o *esse* e o *percipi*. E, sobretudo, é estar imune a afirmações, para ele, tolas e ingênuas, tais como velhos mitos que teimariam em deturpar a natureza da ciência, como se ela pudesse operar independente da contingência das percepções e de um contexto interpretativo, com produção seminal de teses indubitáveis e sempre verdadeiras. É por isso que se torna claro por que, para Berkeley, os fundamentos de uma ciência empírica qualquer não poderiam ser estabelecidos por um método indutivo. Só poderiam estar alicerçados em uma base metafísica, por ser esta quem procura pelo ser das coisas, pela estrutura da experiência, que pode assim servir de alicerce para o conhecimento. Desse modo, realçar a metafísica berkeleyana, ao tempo que ela faz uma distinção entre filosofia e ciência, tem neste trabalho o sentido de transformá-la em mais do que um objeto de curiosidade relativo à estranha e episódica história da negação da matéria no século XVIII. Com isso, podemos ler e interpretar essa obra como uma metafísica vigorosa e coerente com seus postulados é fazê-la dialogar com nosso tempo, com força própria de um filosofar crítico e arguto.

CONCLUSÃO

1.

Esta pesquisa associa-se, a nosso juízo, a um certo modo de tratar a história da filosofia, que se materializa, neste caso, por uma flagrante resistência à idéia de filosofia como mera evolução, a envolver progresso semelhante ao que, com boas razões, esperamos para o conhecimento científico. Ao fazermos o resgate de um conjunto de idéias, advogamos que o filosofar supõe o domínio de conceitos e técnicas, inseridos no tempo e na história, e que, afinal, não cabe tratar filosoficamente um problema fora da filosofia, materializada, no caso, em sua própria história. Ao contrário, ao mostrarmos que a história interessa à filosofia, tentamos resgatar o passado para mostrar sua relevância tanto ontem, como agora. Insere-se ele naturalmente em debates contemporâneos, sem que perca os seus contornos e limites, pois contextualizar apontando a equidade da obra é, também, realçar o que ela tem de eterno e é, portanto, sempre novo.

Se a filosofia procura antes pela razão, possibilidade e sentido último das coisas, criando seus próprios critérios e signos, não lhe é estranho o elo com seu próprio passado, sendo interna à sua própria economia a verdade própria de cada sistema ou obra. Com isso, uma questão, à primeira vista, historiográfica pode servir como auxílio para o sutil e sofisticado esforço do pensar filosófico. Sob esse ponto de vista, avaliamos a teoria berkeleyana como singularmente filosófica e, grosso modo, bastante de uma ciência dita formal. Nesse caso, nossa perspectiva nos afasta de comentadores que, para valorizar sua obra, procuram antes sua semelhança com a perspectiva, por exemplo, de um Newton ou, não sendo isso possível, com o olhar deveras newtoniano.

Ao investigarmos mais de perto a situação, o problema específico da teoria da visão, perguntamos: estamos, de fato, perante uma teoria científica? Podemos responder sim e não; afinal, utilizando uma terminologia berkeleyana, caso pensemos em sentido fraco, ou seja, não por semelhança, mas por um parentesco de família, teríamos uma “teoria” da ciência, enquanto epistemologia; entretanto, caso pensemos em sentido

forte, ou seja, por semelhança e contigüidade, temos sim uma metafísica, isto é, uma ciência dos primeiros princípios do conhecimento humano. Contudo, quer a consideremos uma epistemologia, quer uma metafísica, rigorosa e estritamente falando, não pode ser classificada como uma obra científica. Antes estaríamos todos inclinados a dizer o contrário – para nos servirmos de uma das muitas invocações berkeleyanas da evidência.

Embora, muita vez, trate do óbvio, a filosofia nem por isso o faz de forma trivial, portanto, gostaríamos de ressaltar que seria uma trivialidade provar que Berkeley é um filósofo, uma vez que são temas constantes da nossa tese as hipóteses científicas e o tratamento crítico dado a elas por Berkeley. Porém, foi nosso propósito pesquisar como a filosofia emerge da obra berkeleyana enquanto crítica à ciência, ao tempo que afirma uma diferença radical entre uma e outra. Como referido anteriormente, escrevemos a nossa tese tomando como base fundamental a reflexão berkeleyana sobre a ciência, sendo essencial e especialmente freqüente em sua obra esse confronto.

Assim, em **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, Berkeley se serve do exemplo do cego de Molyneux, toma-o como o paradigma da percepção verdadeira, para justificar a heterogeneidade das idéias e estabelecer uma ontologia idealista, na qual a percepção ficaria mais bem explicada como associação de idéias passivas formadas na mente, o único agente ativo do mundo. A tese da unidade como uma coleção de diferentes idéias levou à quebra da causalidade, fazendo surgir com força uma crítica sofisticada da linguagem, mostrando-a como um meio de expressar pensamentos, mas não como um fim em si mesmo, porque é uma criação arbitrária que visaria à comodidade da comunicação entre os homens. Aliás, esse é um traço especial da filosofia de Berkeley. Sendo freqüente seu confronto com as contribuições da ciência que lhe era contemporânea, seu viés epistemológico se singulariza por uma constante análise conceitual, que chega a assumir a forma de uma terapia da linguagem.

Testemunha do progresso e avanço da ciência do século XVIII e confrontado com uma metafísica propalada pelos livres pensadores, enfeitiçados pelo canto da sereia que foi o sucesso estrondoso da teoria newtoniana, Berkeley publica o **De Motu** a fim de fazer a metafísica trilhar de volta o bom caminho. Admirador confesso de Newton, essa obra berkeleyana não nos parece então uma mera crítica ao **Principia** como um resultado no sentido estrito e rigoroso de um estudo físico sobre a natureza, mas uma crítica aos conceitos de força, de inércia, de gravidade, do movimento, do espaço absolutos enquanto estruturas do real, ontologicamente constituídas e a partir das quais

deve repousar o conhecimento fundamentador, tal como aquele disposto por uma filosofia primeira.

De igual modo, **The Analyst**, obra de teor apologético, serve para mostrar que, por engendrar contradições, o cálculo infinitesimal não poderia ser tomado pelos homens da ciência como prova de um mundo sem finalidade, a prescindir da providência divina. A matemática, bem como as escrituras sagradas, por operarem com noções, isto é, os conceitos produzidos por inferências, só poderiam ser refutados através das regras lógicas, daquilo que se mostra repugnante à razão.

Por fim, considerada como uma das mais belas peças literárias da língua inglesa, **Alciphron** nos pareceu relevante para o aprofundamento da compreensão do conceito de filosofia e da crítica da linguagem, temas centrais no sistema do nosso bispo irlandês, levando-nos a afirmar sua leitura como um instrumento imprescindível para aclarar algumas posições tratadas de forma ligeira nas suas obras de juventude. E aqui vale notar que, sendo um dos temas de **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão**, a quebra da causalidade é sistematizada em apenas três parágrafos. Por conseguinte, na nossa interpretação, as obras sobre a visão, bem como o **Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano** e os **Três Diálogos entre Hilas e Filonous**, ficariam mais bem explicitadas à luz da leitura desse profundo e portentoso diálogo que é o **Alciphron**. Com isso, aliás, tomamos distâncias de alguns trabalhos sobre Berkeley, sobretudo no Brasil, que não percorreram o arco inteiro de suas contribuições, reduzindo com isso o espectro de seu trabalho e comprometendo o sentido de suas posições.

Tomando assim como objeto o diálogo de Berkeley com as ciências, o propósito da nossa tese foi recuperar os seus argumentos, a fim de mostrar a sua coerência e também sua atualidade. Tida como uma filosofia exótica e composta de teses jocosas, esse filósofo padeceu de uma má interpretação desde a publicação da sua primeira obra, o que se estende até os nossos dias. As teses idealistas e imaterialistas, às vezes contrárias às posições da ciência e aparentemente opostas às idéias do senso comum, pareceriam à primeira vista incompatíveis com a afirmação daquele que se proclama o filósofo da experiência e defensor do vulgo. Mas foi justamente a negação da matéria, em favor do objeto como uma coleção heterogênea de idéias que, ao promover a percepção como critério último e verdadeiro acerca da realidade, pôde dissolver uma possível diferença entre a percepção e o seu conteúdo mental. Com isso, afasta com o mesmo golpe a oposição entre o mundo externo e os eventos mentais e se coloca ao

lado do homem comum, oferecendo ademais boas garantias para as hipóteses científicas. Agora, o objeto tem correspondência exata com a sua apreensão pela mente, fazendo dessa filosofia um empirismo ainda mais radical na defesa dos dados sensíveis como a base para o conhecimento, seja na ciência, seja na filosofia e até mesmo na teologia.

No sistema berkeleyano, a missão da filosofia é distribuir o conhecimento livre de barulho, rumores ou incômodos, colocando-se ao lado do senso comum, porquanto compreende que não há diferença entre a existência e a percepção, e também em um patamar acima porque tem uma melhor compreensão das relações causais dos fatos da natureza como de conexões contingentes, da linguagem como fonte de erro e da metafísica como princípio do conhecimento. Ir de encontro ao senso comum seria negar a heterogeneidade das idéias, desconhecendo que a experiência dependeria da apreensão dos sentidos capturada pela mente. Contrariamente, requerer a semelhança apenas para as idéias próprias de cada sentido é assegurar a percepção como dotada de real poder na formação das crenças acerca de tudo que nos rodeia. A unidade nada mais é que uma coleção de qualidades sensoriais compartilhadas pelos diversos sentidos. E por ser a informação de fácil acesso e ampla disponibilidade, a diferença do conhecimento entre o senso comum e a filosofia seria só qualitativa, estando presente em todos aqueles que por ventura se dedicam a reflexão dos próprios pensamentos ou, melhor dizendo, das suas percepções.

Para essa filosofia, compreender mais é sempre no sentido da horizontalidade, da ampliação do entendimento, enquanto que a dimensão da verticalidade, a visão de cada conexão contingente, seria da ordem da substância divina. A causalidade, produto da vontade divina, é anterior à constituição do mundo, assim como lhe seria exterior. Aos homens só seria permitido falar do ser no ato de ligação de uma percepção com a outra. A crença na matéria dotada de poder causal sugeriria a hipótese de uma diferença entre o que existe e o que é percebido, acarretando uma contradição e, o que há de pior para nosso filósofo, o ceticismo. Esse entendimento, para ele, separaria “o filósofo de primeira linha” do “filósofo de mente curta”. Usada desde Sócrates, a ironia é recurso berkeleyano por excelência, invocando o que é próprio do filosofar, mas também, em surpreendente acordo com o senso comum, permite-lhe desdenhar a um só tempo da abstração e dos doutos e, por conseguinte, para salvar-se do pântano, o filósofo pode puxar-se pelos próprios cabelos.

Considerada como a terapia da alma, Berkeley proclama a filosofia como o instrumento por excelência para a ampliação da mente. Ao proceder o exame minucioso da realidade, a filosofia estabeleceria a visão ontológica do mundo, ponto de partida para toda e qualquer investigação. Por essa teoria, de estrito significado metafísico, a filosofia teria como meta afastar os preconceitos e opiniões falsamente formulados e falar de lugar nenhum, a saber, ali onde repousa a *Verdade*. No entanto, se um discurso sem sectarismo é plausível dentro da experiência, não tocaria exclusivamente essa epistemo-metafísica de estranhas afirmações, porque idealista e imaterialista e, contudo, radicalmente empirista. O que nos parece é que esse problema é antes intrínseco à doutrina do empirismo, donde falar da experiência já é estar fora da experiência.

Ao mostrar uma certa desconfiança perante as palavras, ao tempo que afirma a supremacia da experiência a fim de afastar o que é ambíguo e duvidoso para alcançar as coisas mesmas, aquilo que é, a epistemo-metafísica berkeleyana torna-se um questionamento muito singular à ciência, haja vista não comportar *prima facie* uma preocupação com a experimentação ou com a colocação de proposições positivas, mas sim com a fundamentação da credibilidade do discurso científico.

2.

Os equívocos da metafísica materialista começariam pela confusão entre o mundo externo e o mundo percebido, isto é, por uma abstração que tenta separar as qualidades primárias das qualidades secundárias. E, se assim fosse, estaríamos condenados a conhecimento algum, estreitados por uma visão cética e inflados por um discurso vazio. De um lado a carência, do outro o abismo. Tomar a natureza como dotada de uma *vis* ínsita seria procurar as causas reais para além dos fenômenos. Tarefa de realização impossível, por levar a dupla existência do mundo ou a criação de arquétipos, como se houvesse uma essência aquém ou além da apreensão sensível, difundida por uma linguagem inautêntica e rebuscada.

O discurso berkeleyano, tal como pudemos acompanhar, mostra-se muitas vezes apaixonado, espalhando-se por temas e campos diversos, sem temer enunciados aparentemente paradoxais. Seu fôlego para parecer sintomático de dispersão. Entretanto, a reiteração e mesmo a repetição de temas, associada à reafirmação constante de posições e também o enunciado claro das posições contra as quais se opõem, tudo isso

faz resultar um quadro de unidade para a obra, uma perspectiva singular que, à falta de nome mais apropriado, ciframos como uma epistemo-metafísica, uma vez que nela questões relativas à natureza do conhecimento dependem de decisões de natureza ontológica, sem nunca se confundir com os meros resultados das ciências que, não obstante, mantêm constantemente sob seu escrutínio. No nosso entendimento, então, como a cifrar um possível estatuto da epistemo-metafísica idealista e imaterialista berkeleyano, esse poderia ser assim promulgado, comportando os seguintes princípios (ou teses), bastante exemplificados nos capítulos anteriores:

1°. Princípio Basilar: Ser é ser percebido em toda a ênfase idealista e imaterialista;

2°. Princípio Ontológico: O conhecimento ou a possibilidade de se fazer conhecer é a condição necessária para a existência do ser;

3°. Princípio do Conhecimento: Tudo que é conhecido é produto de uma percepção, quer imediata (a exemplo de objetos próprios de cada sentido), quer mediata (a relação entre o visível e o tangível) ou do entendimento (como as hipóteses matemáticas) ou por operações da mente (a imaginação e a memória); por inferências das noções;

4°. Princípio Epistemológico: a ocorrência dos eventos entre a mente e as idéias se dá como uma relação entre signo e significado, ou seja, a evidência de um enseja a presença do outro;

5°. Princípio de Verificação: a percepção é um modelo para a justificação das crenças, quer dizer, o que não é percebido ou conhecido não pode fazer parte da idéia;

6°. Princípio da Garantia: Deus na sua infinita benevolência fez os homens à sua imagem e semelhança, logo percebemos como ele percebe. E a diferença entre o conhecimento divino e o conhecimento humano seria apenas de grau. Devemos notar que até mesmo essa diferença encontrar-se-ia compensada pela ordem e fixidez do mundo, manifestadas nas leis naturais, produto da Sua boa vontade.

7°. Princípio da Semelhança: uma idéia corresponde ponto a ponto com o objeto percebido. Dependente da perspectiva de cada observador, não seria lógico sustentar para cada variação um modelo de idéia, por isso cada idéia deve ser afirmada como verdadeira em cada uma das suas variações. Afirmar o contrário é afundar-se em incertezas.

8°. Princípio da Demonstração: Por tratar exclusivamente da descrição da experiência, a ciência deve proceder por demonstração e dedução, banindo das suas hipóteses o método indutivo.

9 °. Princípio da Significação: O nome de representar indiferentemente todas as idéias subjetivas por ele evocadas;

10°. Princípio da Universalidade: um termo torna-se geral por representar todas as variações das idéias particulares de um mesmo tipo ou por suscitar ações determinadas pelas regras.

Crítico da tarefa da ciência como a busca pela essência ou poder causal, Berkeley encontra na matéria de existência externa o lugar do erro, recusando-se a crer na causalidade que repousaria sobre as coisas, como uma espécie de quimera que escaparia a cada medição quantitativa e qualitativa. Uma vez que somos dotados de capacidade de percepção, em todos os casos sempre verdadeira, dizer como a coisa é significaria perder-se nos labirintos da linguagem de jargões, já que, em oposição à descoberta do poder causal, acerca da natureza só poderíamos descrevê-la. Enquanto um conjunto de ações isolado do uso prático ou instrumentalista, a ciência se tornaria ininteligível porquanto o seu sentido seria determinado na criação de uma rede artificial lançada sobre as leis da natureza. A narrativa científica corre o risco de perder-se em um sem-número de fatos, quando não observa tais preceitos. É, pois, através da análise e crítica dos conceitos que a metafísica berkeleyana se transmuta em epistemologia. Nesse sentido, a contribuição do filósofo alimenta bem a ciência que o sustenta e o anima.

A rejeição de Berkeley à matéria tem parecido a alguns dos seus leitores como uma espécie de truque retórico. Como havíamos dito antes em favor do conhecimento da substância espiritual, Berkeley mostrava acerca disso como poderíamos ter uma noção quando comparada ao substrato material como de incompatibilidade com o conhecimento, uma vez que não poderia ser percebido ou mesmo deduzido por uma relação de idéias. Ora, a consideração da visão como a linguagem do Autor da Natureza, seria mais um ponto a favor da defesa da substância espiritual e superior às teses materialistas e vejamos as razões: se o mundo é uma criação do Autor na forma de uma linguagem, percebida de modo direto e sem qualquer intermediação de outra natureza, a semelhança entre a linguagem divina e a sua percepção humana estaria assegurada, embora houvesse de fato uma diferença tão somente de grau. Por outro lado, ainda que

variadas e subjetivas, na percepção haveria uma identidade de semelhança em cada perspectiva. Por conseguinte, o cego e o vidente poderiam falar sobre formas, ainda que para um fosse apenas a forma táctil, enquanto para o outro seria uma idéia do amalgama do tato com o visível. E, todavia, concordaríamos que ambos *vêm* a mesma coisa.

Em suma, o problema aqui subjacente é uma velha questão na história da filosofia, qual seja, o problema mesmo do conhecimento, mais precisamente o que ao fim e ao cabo informaria o começo da própria experiência. Longe de tentarmos achar que as respostas da filosofia de Berkeley poderiam ser definitivas e universais, ao contrário tenderíamos a vê-la sobretudo como uma atividade que coloca problemas que suscitam debates e questões. Ao mostrar o estatuto da experiência, cuja investigação compete à ciência, ou seja, a busca pela possibilidade do conhecimento das leis naturais, a filosofia de Berkeley ficaria aquém ou além de qualquer ciência, ao tempo que instiga uma posição crítica, isto é, retirando os véus de uma crença ingênua para ir ao encontro das coisas mesmas. Nesse caso, como a ciência, sendo uma atividade humana, está longe de verdades definitivas e intocáveis.

3.

Embora na maioria das vezes os problemas e questões filosóficos vêm a tona quando em diálogo com a ciência, essas duas formas de produzir conhecimento, na nossa visão, localizam-se em campos distintos. Por conseguinte, ao realizar a terapia dos conceitos científicos, Berkeley pretendia desnudar a ciência da intenção de revelar as relações causais com o propósito de limitar a ciência e a filosofia aos seus respectivos lócus. Defendendo uma epistemologia depurada da idéia de matéria esse filósofo contribui para livrar a ciência de certas posições céticas que grassam no senso comum. Desse modo, compreendemos que Berkeley pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico acerca do discurso científico e, conseqüentemente, contribuir para um diálogo em sala de aula mais rico e instigante, entre o professor de ciência e os seus discípulos.

Procurar a sabedoria em oposição às falsas crenças é ir ao encontro da realidade ou, no entendimento de Berkeley, alcançar as condições que determinam as possibilidades do conhecimento verdadeiro. Utilizando-se do conceito de filosofia como terapia, Berkeley a evidencia como o lugar central para percorrer os caminhos traçados

pelo pensamento na tentativa de recuperar o momento formador do problema, ainda que isso signifique abrir mão de posições afirmativas que buscam infundável e continuamente a explicação das relações da causalidade. Ao promover a filosofia como o lugar que investiga o momento exato da constituição do dado empírico, nosso filósofo parece acenar para a metafísica como o fundamento primeiro da experiência. O bom proceder em caminhos epistemológicos implica restringir a ciência à demonstração do que um objeto é ou deixa de ser, enquanto à filosofia caberia a tarefa de analisar e constituir os objetos do mundo, mostrando a sua regra de ouro, ou seja, o *esse est percipi*. Falar de ser e perceber como o mesmo é dobrar-se sobre o pensamento a fim de avaliar criticamente o conhecimento da realidade para determinar e orientar as ações humanas. Nessa perspectiva, o discurso filosófico visaria ao real, porém na medida em que é uma reflexão sobre o já pensado.

Ao defender a distinção entre a metafísica como estudo causa eficiente e a ciência como a descrição das relações das questões de fato, Berkeley ajudaria a realçar o que seria a tarefa da filosofia e o que caberia ao campo da ciência e de modo implícito auxiliaria na discussão sobre a noção de natureza científica. Por esse ponto de vista, a ciência é um sistema formal, cujos termos fundamentais não teriam uma referência sistemática, tornando-se necessária a clarificação dos seus fundamentos, através da análise dos signos da linguagem científica, a fim de determinar como as hipóteses podem se tornar gerais uma vez que remontam ao particular. Combatendo determinadas posições tidas como ingênuas, Berkeley entendia estar a combater uma certa idealização ou algo mesmo como uma concepção errônea da empreitada científica, com o objetivo de realçar o valor da ciência, qual seja, o lugar da descrição do mundo real, vivido e subjetivo, tendo em vista o alargamento da mente e a produção de técnicas e artefatos que contribuem para o nosso bem estar. Destarte, a filosofia berkeleyana pode servir como introdução a quantos se interessam pela questão do ensino de ciências. Por promover uma terapia dos conceitos científicos com a meta de pensar criticamente sobre as afirmações empíricas, esse pensador viria em auxílio de uma pedagogia que, beneficiada por essa visão da filosofia, poderia causar impacto e produzir inquietações, predispondo o estudante para uma participação maior em sala de aula ou no laboratório das práticas de experimentações.

Em suma, em lugar de olhar a literatura científica como o local exclusivo para pesquisa dos tópicos curriculares, o ensino mostrar-se-á mais rico ao perpassar a filosofia. Influenciado por tal campo de saber, combateria a compreensão ingênua da

ciência, a saber, uma atividade de posição neutra acerca da observação e da experimentação. Ainda que não possamos reconhecer a existência de um problema legítimo com respeito a natureza da ciência, a filosofia de George Berkeley não deixa de contribuir no refinamento e precisão dessa teoria, mesmo que de maneira enviesada.

A descoberta científica, a produção de novos conhecimentos, tem uma lógica bastante distinta de reconstrução racional do saber visando ao ensino. Nesse caso, o trabalho de Berkeley, segundo julgamos, pode ter um papel extraordinário, uma vez que tem em mira a articulação conceitual necessário à estrutura do saber científico, interrogando-o em sua possibilidade. Destacamos assim dois temas que bem podem servir para a elaboração de desafiadoras estratégias de transposição didática. Em primeiro lugar, tendo em conta sua restrição à noção de matéria (que costuma ser um preconceito comum a professores e alunos), o trabalho de Berkeley enseja ao desafio de transpor os conhecimentos próprios da física (ou da química) sem fazer uso dessa noção. O sucesso da tarefa mostraria por si a possibilidade de reconstrução econômica desse saber, ensejando ademais um olhar crítico a noções aparentemente naturais. Em segundo lugar, tendo em conta o ensino das matemáticas, vale notar uma contribuição de Berkeley das mais desafiadoras e célebres, quando ele se questiona acerca do que seria próprio de uma demonstração (o que vale para a lógica ou para as matemáticas), uma vez que, em uma demonstração (por exemplo, em geometria), decidimos de modo universal mas contando para tanto com materiais particulares, com triângulos concretos, etc. Com isso, fica o desafio de entender a própria natureza da prova, cuja suficiência parece ser ameaçada pela utilização de meios simbólicos diversos, que não podem todavia, à luz da lição berkeleyana, ser considerados sintomas de uma outra realidade mais elevada ou uma espécie de mal necessário, um recurso de condenados ao reino da contingência.

4.

Às vezes considerada muito científica pelos filósofos e filosófica em demasia pela ciência, do nosso ponto de vista, esta seria uma das causas do relativo abandono e mesmo da má interpretação desse filósofo irlandês. Em uma análise mais detida, não nos parece ser tão decisivo onde a ênfase é colocada, pois a obra de Berkeley, antes se beneficia de um deslocamento constante, de modo raro nos nossos dias no qual o

filósofo é um estudioso e profundo conhecedor dos avanços da ciência, fazendo da filosofia um terreno fértil para a investigação epistemológica. Afinal, é inconteste que estamos diante de um filósofo com conhecimento, interesse e preocupações de cunho científico; e mais, temos com ele um claro exemplo de um *pensador*, que uniu linguagem e percepção.

Homem de educação elevada, Berkeley tinha como propósito a justeza do conhecimento, a clareza do entendimento e, sobretudo, a sabedoria. Filho da aristocracia agrária, descendência que contribuiu para a sua aceitação nos salões da intelectualidade e da realeza britânica da sua época, Berkeley quando jovem se interessava por problemas genuinamente de natureza científica, que versavam desde a matemática até um estudo geológico sobre a formação de cavernas. Bispo por vocação, muito contribuiu para o estudo teológico, oferecendo soluções engenhosas para as questões acerca da existência de Deus, cujos pressupostos baseavam-se em idéias inteligíveis e relações lógicas.

De leitura agradável e de fácil entendimento, as obras de Berkeley de diálogo com a ciência serve decerto para os estudiosos da ciência e da filosofia. Por sua capacidade de provocar a disposição filosófica para a investigação e localização de problemas em meio ao trabalho do cientista, o trabalho de Berkeley mostra-se fascinante e desafiador e se datado historicamente é, todavia, delicioso e espantosamente atual. O que nos faz notar, a ausência de traduções da maioria das obras para a nossa língua, visto que poderiam enriquecer o debate epistemológico e tornar o seu sistema mais conhecido no nosso país.

Ao colocar o homem como o centro do mundo, condutor, descobridor e avaliador das suas ações, quer nas ciências, nas partes mais intelectivas do entendimento, no senso comum e na religião, essa metafísica inegavelmente antropocêntrica tentaria preservar a legitimidade de qualquer conhecimento que sirva como uma franja a cobrir o real, evocando aqui uma expressão de Whitehead. Essa elevação do homem e das suas sabedorias objetiva promover a vida reflexiva como o lugar do encontro entre a ampliação da mente e a ação justa, pois quem vai ao encontro da coisa mesma, conhece a si e tudo que lhe rodeia. E por isso mesmo semearia o conhecimento claro e evidente, depurado pela terapia da linguagem e acessível à todos. Dessa forma, o filósofo de primeira linha contribuiu para aclarar a visão e ampliar a mente daqueles que se dispõem ao conhecimento. Operando como uma espécie de onda, tal contribuição se faria presente agora e sempre, como nos mostra o trabalho desse irlandês.

O passado da filosofia é certamente relevante para sua reflexão do presente. É preciso, então, para ler uma obra, descobrir o encadeamento de suas razões, recuperando-a passo a passo, pois é neste diálogo que surgem os questionamentos. E, nesta análise delicada e tensa, a história da filosofia pode aparecer, também ela, como um filosofar. Assim, dentro dessa estrutura, a filosofia é reflexão e se interessa muito mais em colocar problemas do que em resolvê-los; e os grandes filósofos do passado e suas idéias estarão sempre vivos e atuais, suscitando interrogações, mesmo onde e quando, a uma leitura apressada, tudo pareceria bem resolvido e respondido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Berkeley

BERKELEY, G. **The Works of George Berkeley Bishop of Cloyne.** 9 vols., Edited by A. A. Luce and T. E. Jessop, Nendeln / Liechtenstein: Kraus Reprint, 1979.

_____. **Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano e Três Diálogos Entre Hílas e Filonous.** Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. **Works on Vision.** Edited by C. M. Turbayne, Connecticut: Greenwood Press, Publishers Westport, 1981.

_____. **De Motu and The Analyst.** Edited by Douglas M. Joseph. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 1992.

_____. **George Berkeley - Alciphron in focus.** Edited by David Berman. London: Routledge, 2004.

_____. **Um Ensaio para uma Nova Teoria da Visão e A Teoria da Visão Confirmada e Explicada.** Trad. José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH /UNICAMP, 2008.

Outras Obras

ADAMS, R. M. *Berkeley and Epistemology*, in **Essays on The Philosophy of George Berkeley**. Edited by Ernest Sosa, Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1987.

ARDLEY, G. **Berkeley's Renovation of Philosophy**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1968.

ARMSTRONG, D. M. **Berkeley's Theory of Vision**. Melbourne: Melbourne University Press, 1960.

ARMSTRONG, D. M. and MARTIN, C. B. **Locke and Berkeley – A Collection of Critical Essays**. Indiana, University of Notre Dame Press, 1968.

ATHERTON, M. **Berkeley's Revolution in Vision**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

_____, *Apprendre à voir: les enseignements de la Défense de la Théorie de la vision*, in BERLIOZ, Dominique (Org.). **Berkeley: langage de la perception et art de voir**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

AYERS, M. R. *Berkeley, Ideas, and Idealism*, in **Reexamining Berkeley's Philosophy**. Edited by Stephen H. Daniel. Canada: University of Toronto Press Incorporated, 2007.

BELFRAGE, B. *Vers une nouvelle interprétation de la Théorie de la vision de Berkeley*, in BERLIOZ, Dominique (Org.). **Berkeley: langage de la perception et art de voir**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

BENNETT, J. *Substance, Reality, and Primary Qualities*, in **Locke and Berkeley – A Collection of Critical Essays**. Edited by ARMSTRONG, D. M. and MARTIN, C. B., Indiana, University of Notre Dame Press, 1968.

_____. **Locke, Berkeley, Hume – Central Themes**. Oxford: Clarendon Press, 2004.

BERLIOZ, D. **Berkeley: langage de la perception et art de voir**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

BERMAN, D. (Editor) *Cognitive theology and emotive mysteries in Berkeley's Alciphron*, in **George Berkeley Alciphron in Focus**. London: Routledge, 2004.

BOLTON, M. B. *Berkeley's Objection to Abstract Ideas and Unconceived Objects*, in **Essays on The Philosophy of George Berkeley**. Edited by Ernest Sousa. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1987.

BRANCO, R. A. **A Percepção Visual em Berkeley**. Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1998.

BROOK, R. **Berkeley's Philosophy of Science**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1973.

BRYKMAN, G. *Microscopes and Philosophical Method in Berkeley*, in TURBAYNE, Colin (Org.). **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

_____. *L'hétérogénéité des idées sensibles et le "langage de la Nature" chez Locke et Berkeley*, in BERLIOZ, Dominique (Org.). **Berkeley: langage de la perception et art de voir**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

BUCHDAHL, G. **Metaphysics and the Philosophy of Science**. New York: University Press of America, 1988.

CROMBIE, A. C. **George Berkeley Bicentenary**. New York: Garland Publishing, INC, 1988.

DOWNING, L. *Berkeley's natural philosophy and philosophy of science*, in **The Cambridge Companion to Berkeley**. Edited by Kenneth P. Winkler. New York: Cambridge University Press, 2005.

DANIEL, S. H. **Reexamining Berkeley's Philosophy**. Canada: University of Toronto Press Incorporated, 2007.

_____. **New Interpretations of Berkeley's Thought**. New York: Prometheus Books, 2008.

DEGENAAR, M. **Molyneux's Problem**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.

DÉGREMONT, R. **Berkeley**, Paris, Ellipses Édition Marketing, S. A., 1999.

FLAGE, D. *Berkeley's Epistemic Ontology: The Tree Dialogues*, in **New Interpretations of Berkeley's Thought**. Edited by Stephen H. Daniel, New York: Prometheus Books, 2008.

FLEW, A. *Was Berkeley a precursor of Wittgenstein?* in **George Berkeley Alciphron in Focus**. Edited by David Berman, London: Routledge, 2004.

FURLONG, E. J. *On Being Embrangled by Time*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Edited by Colin M. Turbayne, Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

GIL, F. *Berkeley, uma Filosofia da Conexão*, in BRANCO, R. A. **A Percepção Visual em Berkeley**. Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1998.

GOLDMAN, A. I. **Epistemology and Cognition**, Massachusetts: Harvard University Press, 1986.

GRAYLING, A. C. *Berkeley's argument for immaterialism*, in **The Cambridge Companion to Berkeley**. Edited by Kenneth P. Winkler. New York: Cambridge University Press, 2005.

_____. **Berkeley The Central Arguments**. London: Duckworth, 1986.

JESSEPH, D. M. *Editor's Introduction in De Motu and Analyst*. Edited and translated by Douglas M. Jesseph, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 1992.

_____. **Berkeley's Philosophy of Mathematics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

_____. *Berkeley's Philosophy of mathematics*, in **The Cambridge Companion to Berkeley**. Edited by Kenneth P. Winkler. New York: Cambridge University Press, 2005.

LEBRUN, G. **A Filosofia e sua História**. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

LOCKE, J. **An Essay Concerning Human Understanding**. Edited by P. H. Niddith. Oxford: Clarendon Press, 1975.

LUCE, A. A. *Editor's Introduction in An Essay Towards a New Theory of Vision*, in BERKELEY, George. **The Works of George Berkeley Bishop of Cloyne**. Nendeln / Liechtenstein: Kraus Reprint, 1979.

MAULL, N. L. *Berkeley on the Limits or Mechanistic Explanation*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Edited by Colin M. Turbayne, Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

McCRACKEN, C. J. *Berkeley's Realism*, in **New Interpretations of Berkeley's Thought**. Edited by Stephen H. Daniel, New York: Prometheus Books, 2008.

MESSENGER, T. *Berkeley and Tymoczko on Mystery in Mathematics*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Edited by Colin M. Turbayne, Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

MIRARCHI, L. A. *Dynamical Implications of Berkeley's Doctrine of Heterogeneity: A Note on the Language Model of Nature*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Edited by Colin M. Turbayne, Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

MORGAN, M. J. **Molyneux's Question**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MULEMANN, R. G. **Berkeley's Metaphysics**. Pennsylvania State: Pennsylvania University Press, 1995.

NEWTON, I. **Princípios Matemáticos**, Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

_____. **The Principia**, Translated by I. Bernard Cohen and Anne Whitman. Los Angeles, University of California Press, 1999.

PAPPAS, G. *Berkeley, Perception and Common Sense*. in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Edited by Colin Turbayne. Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

PARK, D. *On Taking Ideas Seriously* in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Edited by Colin Turbayne. Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

PITCHER, George, **Berkeley**, London: Routledge & Kegan Paul, 1977.

POPPER, K. *A Note on Berkeley as Precursor of Mach*, in **George Berkeley Bicentenary**. Edited by A. C. Crombie, New York: Garland Publishing, INC, 1988.

PRADO, B. J. **Alguns Ensaios**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RUSSELL, B. **The Problems of Philosophy**. New York: Barnes & Noble, 2004.

SCHWARTZ, R. *Seeing Distance from a Berkeleian Perspective*, in **Berkeley's Metaphysics**. Edited by Robert. G. Mulemann, Pennsylvania State: Pennsylvania University Press, 1995.

_____. **Vision**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1994.

SOSA, E. **Essays on The Philosophy of George Berkeley**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1987.

THRANE, G. *The Spaces of Berkeley's World*, in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Edited by Collin M. Turbayne, Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

TURBAYNE, C. M. **The Myth of Metaphor**. Columbia: University of South Carolina Press (S. C.), 1963.

_____. *Editor's Commentary*, in **George Berkeley Works on Vision**. Connecticut: Greenwood Press, Publishers Westport, 1981.

_____. **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

WHITROW, G. J. *Berkeley's Philosophy of Motion*, in **George Berkeley Bicentenary**. Edited by A. C. Crombie, New York: Garland Publishing, INC, 1988.

WILSON, M. D. *The Phenomenalisms of Leibniz and Berkeley*, in **Essays on The Philosophy of George Berkeley**. Edited by Ernest Sousa, Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1987.

_____. *Did Berkeley Completely Misunderstand the Basis of the Primary – Secondary Quality Distinction in Locke?* in **Berkeley Critical and Interpretive Essays**. Edited by Colin Turbayne. Minnesota: University of Minnesota Press, 1982.

WINKLER, K. P., **The Cambridge Companion to Berkeley**. New York: Cambridge University Press, 2005.

WISDOM, J. O., *Berkeley's Criticism of the Infinitesimal*, in **Berkeley Bicentenary**. Edited by A. C. Crombie, New York: Garland Publishing, INC, 1988.

B333 Batista, Cláudia Bacelar
A ciência em Berkeley / Cláudia Bacelar Batista. – Salvador, 2010.
140 f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. João Carlos Salles Pires da Silva

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós- Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2010.

1. Berkeley, George, 1685-1753. 2. Filosofia e Ciência. 2. Newton, Isaac, 1642-1727. 3. Metafísica. 4. Teoria do conhecimento. 5. Empirismo. I. Silva, João Carlos Salles Pires da II. Universidade Federal da Bahia. III. Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós- Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. IV. Título.

CDD – 192
